

**CA  
DER  
NOS**  
DO INSTITUTO  
DE SOCIOLOGIA

**N.º 5 | Setembro 2024**

# CADERNOS IS-UP

CADERNOS DO INSTITUTO DE SOCIOLOGIA DA  
UNIVERSIDADE DO PORTO, 5

2024

## Ficha Técnica

**Editor:** Universidade do Porto. Faculdade de Letras

**Título:** Cadernos IS-UP – Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (N.º 5, 2024)

**Direção:** Lúgia Ferro, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP)

**Coordenação editorial:** Maria João Oliveira (FLUP e IS-UP)

**Equipa editorial:** Sílvia Correia (FLUP e IS-UP)

**Assistência editorial:** Beatriz Lacerda

### Conselho Editorial Nacional

Ana Brandão, Universidade do Minho  
Ana Paula Marques, Universidade do Minho  
António Firmino da Costa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa  
Dalila Cerejo, Universidade Nova de Lisboa  
Fernando Bessa Ribeiro, Universidade do Minho  
João Filipe Marques, Universidade do Algarve  
Karin Wall, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa  
Luís Baptista, Universidade Nova de Lisboa  
Luísa Veloso, ISCTE-IUL  
Madalena Ramos, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa  
Nuno Jerónimo, Universidade da Beira Interior  
Paula Abreu, Universidade de Coimbra  
Paulo Peixoto, Universidade de Coimbra  
Pedro Abrantes, Universidade Aberta e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa  
Sandra Mateus, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa  
Vitor Sérgio Ferreira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

### Conselho Editorial Internacional

Apostolos Papadopoulos, Harokopio University, Atenas, Grécia  
Heitor Frúgoli Jr., Universidade de São Paulo, Brasil  
Julia O'Donnell, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
Luciana Andrade, PUC Minas, Brasil  
M. Victoria Gómez, Universidad Carlos III, Madrid, Espanha

Marta Soler Gallart, Universitat de Barcelona, Espanha  
Marta Smagacz-Poziemska, Jaggielonski University, Cracóvia, Polónia

Sari Hanafi, American University of Beirut, Líbano  
Teresa Consoli, University of Catania, Itália  
Thomas Faist, Universitat Bielefeld, Alemanha  
Victoria Alexander, Goldsmiths, University of London, Reino Unido  
Yasmine Siblot, Université Paris 8, França

## PUBLICAÇÃO BIANUAL

**URL:** [https://ojs.letras.up.pt/index.php/%20Cadernos-ISUP\\_1](https://ojs.letras.up.pt/index.php/%20Cadernos-ISUP_1)

**Edição:** Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

**ISSN:** 2975-8033

**DOI:** <https://doi.org/10.21747/2975-8033/cad5>

**Design Capa:** Jorge Almeida

**Design e Paginação:** José Teixeira

**Data:** setembro de 2024

**Local de Edição:** Porto

**Suporte:** Eletrónico

**Formato:** PDF / PDF/A

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UIDB/00727/2020

## **SUMÁRIO**

### **Editorial**

Lígia Ferro, Maria João Oliveira e Sílvia Correia

### **ARTIGOS**

#### **Child labour trajectories of girls and adolescents in the cross-border region of Posadas (Argentina) - Encarnación (Paraguay)**

María Gabriela Miño, Carla Antonella Cossi, Raimundo Elias Gómez, Alina Jiménez García

#### **Parents' Expectations and Teachers' Work: Producing 'Good' Student Outcomes**

Adrienne Atterberry

#### **Compreender as Desigualdades Sociais e os Territórios pelas Histórias de Vida: reflexões partir das experiências do Núcleo IS-UP do Museu da Pessoa**

Catarina Figueiredo, Leonor Medon e João Teixeira Lopes

#### **"Go back to your land"? A critical overview of racist discrimination in Portugal**

Yasmine Loza

#### **Comunidades criativas para a inclusão digital: laboratórios de Prestígio Social das Línguas da Guiné-Bissau avaliado pelos seus falantes**

Ronaldo Mendes e Carlos Silva

#### **A dor na Dança: Identificar tipologias de dor e apontar (alguma ) estratégias para as minorar**

Vanda Nascimento

#### **Charting the course of social banking: Analysing the theoretical and empirical dimensions of social criteria**

Yolanda Coteló

## EDITORIAL CADERNOS IS-UP | 5

Lígia Ferro, Maria João Oliveira e Sílvia Correia  
Comissão Editorial

É com prazer que apresentamos o quinto número dos Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Na renovação dos corpos sociais, apresentamos uma equipa de continuidade, manifestando o nosso agradecimento aos colegas que fizeram parte da equipa anterior, João Teixeira Lopes, Inês Barbosa e Eduardo Silva, pelo seu contributo decisivo para o lançamento e consolidação deste projeto editorial.

Seguindo a linha de trabalho dos últimos anos, apresentamos o número generalista de setembro, o mais concorrido em termos de propostas e também o mais diverso em termos disciplinares, temáticos e de espaços de pesquisa. Assim, intensifica-se a internacionalização desta publicação, em linha com a estratégia adotada pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Miño, Cossi, Gómez e García apresentam-nos um trabalho realizado na região transfronteiriça Posadas-Encarnación (Argentina e Paraguai) no qual demonstram, com base em dados obtidos através de uma metodologia robusta, que o trabalho infantil existente nessa área se constrói a partir da divisão de papéis de género, com impactos temporais ampliados. Para além dos direitos das crianças, o artigo contribui para a reflexão sobre a construção de desigualdades sociais baseadas no género.

Adrienne Atterberry, investigadora visitante do Instituto de Sociologia em 2023, escreve sobre a sua pesquisa numa escola internacional em Bangalor, Índia (The Richmond Academy of Science), analisando os aspetos estruturais relacionados com a configuração dos papéis sociais dos professores, alunos e pais. A relação entre professores e estudantes configura-se como uma espécie de prestação de serviços que transforma as experiências profissionais dos professores.

O Núcleo Museu da Pessoa do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto tem desenvolvido várias iniciativas de recolha de depoimentos e histórias de vida de pessoas desprivilegiadas e socialmente vulneráveis. Partindo das trajetórias e experiências dos próprios, Figueiredo, Medon e Lopes refletem sobre as principais iniciativas do Museu da Pessoa, iluminando dinâmicas associadas a processos de desigualdade social na região Norte de Portugal.

O racismo na sociedade portuguesa tem sido um dos temas presentes ao longo dos diferentes números dos Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Nesta edição, Loza explora esta problemática colocando em diálogo o contexto português e europeu, questionando como o Sul Global é perspectivado nos discursos “neocoloniais” na União Europeia e qual o contributo dessa reflexão para o estabelecimento de agendas antirracistas.

Mendes e Silva analisam as representações sociais dos guineenses acerca das línguas faladas no seu território. Particularmente, analisam

processos de valorização/desvalorização social associados às práticas de falar português, crioulo e outras línguas africanas. A idade constituiu um fator de diferenciação na formação das representações sociais dos guineenses. Através dos dados da pesquisa empírica, os autores discutem a influência da língua portuguesa no território, 50 anos depois da Independência.

Dos usos e representações da língua, passamos à prática da dança, a qual envolve tipologias de dor identificadas e descritas por Nascimento. Para além da compreensão da dor e do lugar do corpo na prática artística e social da dança, a autora aponta estratégias para evitar, lidar e amenizar os seus efeitos.

No âmbito da sua tese de doutoramento em Sociologia, Coteló analisa formas de concretização e institucionalização do “banco social” de modo a contribuir para a sustentabilidade do setor bancário. São identificadas essencialmente duas perspetivas sobre estes modos de institucionalização, uma corporativa e outra de tensão. O texto contribui para debater o conceito de banco social nos nossos tempos.

Com este quinto número, desejamos a todas/os um excelente início de época depois de um período de férias que esperamos ter sido revigorante. Esperamos receber a sua proposta de texto e deixamos desejos de boas leituras!

## EDITORIAL CADERNOS IS-UP | 5

Lígia Ferro, Maria João Oliveira e Sílvia Correia  
Editorial Board

With the renewal of the board, we present a team of continuity and we thank our colleagues who were part of the previous team, João Teixeira Lopes, Inês Barbosa and Eduardo Silva, for their decisive contribution to the launch and consolidation of this editorial project.

In line with the work of recent years, we are presenting the September generalist issue, the most popular in terms of proposals and the most diverse in terms of disciplines, themes and research areas. In this way, the internationalisation of this publication will be strengthened, in line with the strategy of the Institute of Sociology of the University of Porto.

In their article, Miño, Cossi, Gómez and García present work carried out in the Posadas-Encarnación cross-border region (Argentina and Paraguay) in which they demonstrate, using data obtained through a robust methodology to demonstrate that child labour that exists in this area is based on gender-specific roles, with significant temporal implications. In addition to examining child rights, the article contributes to the ongoing reflection on the construction of social inequalities based on gender.

Adrienne Atterberry, a visiting researcher at the Institute of Sociology in 2023, publishes an article analysing the structural aspects of an international school in Bangalore, India (The Richmond Academy of Science), in relation to the configuration of the social roles of teachers, students and parents. The relationship between teachers and students is structured in a way that transforms the professional experiences of teachers.

The Museu da Pessoa Centre of the Institute of Sociology at the University of Porto has developed various initiatives with the objective of collecting testimonies and life stories from underprivileged and socially vulnerable people. Based on their own trajectories and experiences, Figueiredo, Medon and Lopes reflect on the main initiatives of the Museu da Pessoa, shedding light on the processes and dynamics of social inequalities in the northern region of Portugal.

Racism in Portuguese society has been a theme throughout the various issues of Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. In this issue, Loza examines this topic by situating the Portuguese and European contexts in a dynamic interplay, questioning how the Global South is perceived within the neocolonial discourses of the European Union and the implications of this discourse for the formulation of anti-racist agendas.

Mendes and Silva analyse Guineans' social representations of the languages spoken in their territory. In particular, they analyse processes of social valuation/devaluation associated with the practices of speaking Portuguese, Kriol and other African ethnic languages. The age of the respondents was found to be a significant differentiating factor in the

formation of their social representations. The authors discuss the influence of the Portuguese language in the territory, 50 years after the country's Independence, through the research data presented for discussion.

From the uses and representations of language, we move on to the practice of dance, which involves typologies of pain identified and described by Nascimento in this text. In addition to understanding pain and the place of the body in the artistic and social practice of dance, the author points out strategies for avoiding, dealing with and softening its effects.

As part of her doctoral thesis in Sociology, Cotelo analyses ways of implementing and institutionalising 'social banking' to contribute to the sustainability of the banking sector. Essentially, two perspectives on these modes of institutionalisation are identified, one corporate and the other one of tension. The text contributes towards debating the concept of social banking in our times.

We would like to take this opportunity, with the publication of this fifth issue, to extend our best wishes to you all for an excellent start to the season, following what we hope has been an invigorating holiday period. We look forward to receiving your text proposals and wish you happy reading!



## CHILD LABOUR TRAJECTORIES OF GIRLS AND ADOLESCENTS IN THE CROSS-BORDER REGION OF POSADAS (ARGENTINA) - ENCARNACIÓN (PARAGUAY)<sup>1</sup>

María Gabriela Miño  
Universidad Nacional de Misiones  
Carla Antonella Cossi  
Universidad Nacional de Misiones  
Raimundo Elias Gómez  
Universidade do Porto  
Alina Jiménez García  
Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villas

### Abstract

The main objective of this article is to analyze the relationship between gender and child labor trajectories, considering as a case study the situation of working girls and adolescents in the cross-border region connecting the cities of Posadas (Argentina) and Encarnación (Paraguay). To achieve this, the characterization outlines the activities carried out by women, emphasizing the significance of gender in the construction of social inequalities from childhood. Regarding its methodology, the study incorporates primary sources, including interviews with women and municipal and provincial administration officials with political responsibility on the subject; field observations and localized surveys; and structured information from open-access government statistics and articles from scientific repositories. In conclusion, it is suggested that girls and adolescents predominantly undertake household tasks. Furthermore, despite girls and adolescents also engaging in work outside the home – in businesses with family members or in street food vending – it is often boys of the same age who are tasked with solitary jobs that require strength, physical dexterity, and handling of monetary transactions.

**Keywords:** Gender, Child Labour, Inequalities, Borders

<sup>1</sup> The results of this study were partially presented at the IV Latin American Congress of Social Theory, held in March 2023, in the city of Santiago, Chile.

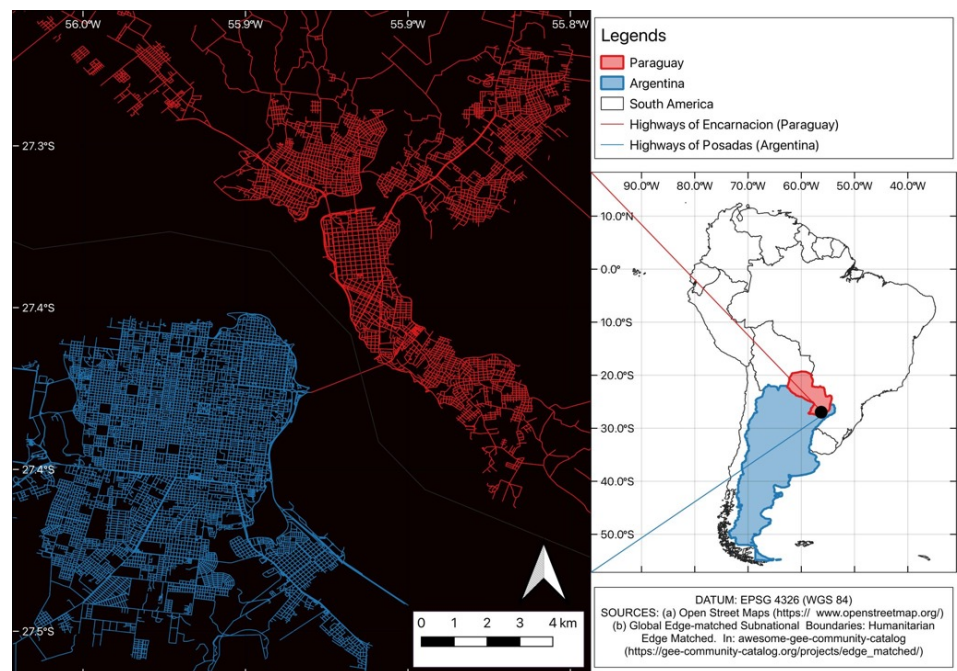
## TRAJETÓRIAS DE TRABALHO INFANTIL DE MENINAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE POSADAS (ARGENTINA) - ENCARNACIÓN (PARAGUAI)

María Gabriela Miño  
Universidad Nacional de Misiones  
Carla Antonella Cossi  
Universidad Nacional de Misiones  
Raimundo Elias Gómez  
Universidade do Porto  
Alina Jiménez García  
Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villas

### Resumo

*O principal objetivo do artigo é analisar a relação entre gênero e trajetórias laborais infantis, considerando como caso de estudo a situação das meninas e adolescentes trabalhadoras na região transfronteiriça que une as cidades de Posadas (Argentina) e Encarnación (Paraguai). Para isso, a caracterização destaca as atividades desenvolvidas pelas mulheres, ressaltando a importância do gênero na construção de desigualdades sociais desde a infância. Em relação à metodologia, o trabalho incorpora fontes primárias, incluindo entrevistas com mulheres e funcionárias municipais e provinciais com responsabilidade política sobre o tema; observações e notas de trabalho de campo; informações estruturadas de estatísticas governamentais de acesso aberto e artigos de repositórios científicos. Como conclusão, sugere-se que são as meninas e adolescentes que predominantemente realizam as tarefas domésticas. Além disso, apesar de também desempenharem atividades laborais fora de casa – em estabelecimentos comerciais com familiares ou na venda ambulante de alimentos –, são os meninos da mesma idade que executam trabalhos solitários que exigem habilidades de força, destreza física e transações monetárias.*

**Palavras-chave:** Gênero, Trabalho Infantil, Desigualdades, Fronteiras.



## Introduction

Child labour is defined as the utilization by an adult (over 18 years old) of children and adolescents in activities, both within and outside the home, with repercussions on their present well-being and life trajectories (ONU, CEPAL, and OIT, 2018). It is a multidimensional problem, conditioned by social, economic, cultural, and symbolic factors (Miño, Cossi, and Gómez, 2023), which constructs inequalities in trajectories in terms of positions, capitals, and strategies of social mobility, promoting, in turn, a differentiation between different types of households and their related childhoods (Bourdieu, 2007; 2011).

Among the boys and girls engaged in labour activities, there are differences regarding the type of work – street vending, household chores, caregiving for dependent individuals, or continuity in family businesses and commerce – and differences regarding the situational context in which the activity is framed (Padawer, 2018; Labrunée, 2024). In this sense, the commodification of childhood trajectories aligns with socialization processes that favor greater autonomy for the trajectories of boys and adolescent males in activities that require negotiation and calculation skills, entering the labour market even earlier than girls (Crovetto et al., 2018).

Following this argument, the main objective of this article is to summarize a characterization of the gender constraints in child labour (Martínez, Del Carpio Ovando, and López Mateo, 2023), focusing on the situation of working girls and adolescents (under 14 years old) in the cross-border region connecting the cities of Posadas (Argentina) and Encarnación (Paraguay). Thus, the initial research questions suggested are: Does gender

**Illustration 1: Map of the cross-border region connecting the cities of Posadas (Argentina) and Encarnación (Paraguay).**

serve as a critical factor in the trajectories of working girls? Are case studies approached from a gender perspective necessary as a critical contribution to statistical data on working childhoods in the region? Are there differentiations in time use according to gender, starting from childhood? Based on these research questions, we will synthesize the methodology used for the study.

## Methodology

This research is framed within a qualitative case study conducted during the years 2020–2023. This study includes interviews with women and administration officials with political responsibility on the subject (N = 20) and fieldwork observations in the cities of Posadas (Argentina) and Encarnación (Paraguay). As secondary sources, official documents, open-access statistics, and research background from scientific repositories were considered.

In terms of the study location, the choice to focus on two cities in the region is due to the need to analyse the research problem, taking into account the particularities that unprotected child and adolescent labour acquires in urban environments. In this sense, we note that there are currently few studies on the issue in the region, and proposed interventions to prevent child labour situations are mainly developed in rural settings (Miño, 2023). Below is an indicative map of the cross-border region where the research was conducted (illustration 1).

## Gender Constraints in the Labour Trajectories of the Studied Region

According to the data from the latest Time Use Survey in Argentina and Paraguay, there is differentiation based on gender both in the type of work and the number of hours dedicated to various activities. In Paraguay, women over 14 years old dedicate an average of 28.7 weekly hours to unpaid work, such as household chores, work for other households and the community, caregiving, and activities for self-consumption (INE, 2017). Thus, women spend approximately 4 hours a day on unpaid tasks, which is twice the time men dedicate to the same type of activities. Among unpaid domestic tasks, activities such as laundry, dishwashing, and household cleaning represent the highest hourly burden for women in Paraguay, with food preparation and cooking being the most time-consuming (INE, 2017).

In Argentina, there is also a clear gender differentiation in time use for various activities. Women over 14 years old spend more time than men on unpaid work, with a greater daily dedication to domestic work (INDEC, 2022). The activities with the highest time commitment for women in Argentina are household care tasks, where there is a difference compared to men of double the daily hours dedicated—6:07 hours for women compared to 3:30 hours for men (INDEC, 2022).

Therefore, it is feasible to assert that this representation illustrates a deeply rooted model of work division in the region, one that originates and perpetuates culturally from childhood (Oviedo and Cossi, 2019). In this model, women generally take on all domestic tasks with a very uneven contribution from men without receiving any compensation. In contrast, men grow up and socialize, assuming, as a given fact, all domestic work. Under this dynamic, girls are raised in an environment where they learn and emulate this way of managing and resolving daily tasks and reproductive work, considering in most cases that it is their duty, and therefore, they do it without questioning too much about it. Even discursively, there is often reference to the satisfaction that domestic and caregiving tasks bring as sufficient

compensation (Batthyány, Karina; Genta, Natalia; and Scavino, Sol, 2017).

“I am a mother, homemaker, and wife, and I am very proud of my role; I have never felt exploited. It all depends on the upbringing you had and the one you, along with your husband or not, give to your children.” (Norma, 62 years old, homemaker).

“Before, it was called a division of tasks; the man worked outside and the woman at home. Now, if both work and the woman does everything at home, it doesn’t work anymore.” (Adriana, 34 years old, is a Commerce employee).

As seen through these fieldwork quotes, being a cultural pattern in the studied region, women often do not perceive themselves as exploited under such dynamics, something that is slowly changing thanks to the struggles, achievements, and awareness activities that feminist groups have historically promoted.

“How disappointing and incredible that even today, many people still cannot see how this model that leaves women enslaved is perpetuated, and although it may sound strong, it is because it is a task without any remuneration, therefore, without financial freedom, so much that those concepts are in fashion.” (Natalia, 36 years old, teacher).

From this perspective, the differentiation in time use – referenced in the presented data from both countries – is not constructed in adulthood but is a situation reflected in structural processes established in childhood. Thus, we consider that the sexual division of labour arises from an early dichotomization observed in working childhoods, both in domestic tasks and other activities (Del Río and Cumsille, 2008; Leyra Fatou, 2012). In this sense, the positions occupied by women from childhood configure a role linked to lower-paying activities compared to the male gender, with low social hierarchization and, in the long term, a higher degree of economic dependence (Nemcovsky, 2013). Next, we will refer to the situation of working girls and adolescents in the Posadas-Encarnación region.

## The situation of girls and adolescent workers in the Posadas-Encarnación region

The data from the latest Survey of Activities for Children and Adolescents in Paraguay (OIT and DGEEC, 2013) indicates that girls represent a higher percentage in the performance of domestic tasks compared to boys. The average weekly hours dedicated to domestic tasks by girls and adolescents—between 5 and 17 years old—in relation to the time spent by boys remains consistent in both rural and urban areas, increasing with age. Thus, the inequality gap in time uses between girls and boys in Paraguay reveals a differentiation of 20 percentage points, with girls dedicating more time to house cleaning, laundry, and food preparation. This difference increases by 30 percentage points in the older age group, from 14 to 17 years old. In general terms, in Paraguay, girls tend to spend double the weekly hours than boys on all types of domestic activities – around 11.6 hours for girls and adolescent females compared to approximately 6.2 hours for boys and adolescent males-. Within domestic tasks, boys show a greater dedication to activities such as carrying water, firewood, and doing household shopping, tasks that require physical strength or take place outside the home (OIT and DGEEC, 2013).

In Argentina, data from the latest state records on child labour also indicate a greater dedication of girls and adolescent females to domestic tasks within the private home. According to data from the Survey of Activities for Children and Adolescents in Argentina (INDEC, 2018), in the north-east region, girls and adolescents between 5 and 15 years old dedicate more time than boys of the same age to intensive domestic work. This type of activity, specified in terms of intensity based on the number of hours performed, includes cleaning, cooking, caring for siblings, or caring for another person living in the home (INDEC, 2018). It is noteworthy that, in Argentina, according to official statistical data, remunerated activities outside the home, such as caring for the elderly, sick, or children, house and business cleaning, laundry and ironing, kitchen tasks, and crafts, are also mainly carried out by girls and adolescent females. In

contrast, activities such as mowing the lawn, tree pruning, construction-related tasks, food delivery, and merchandise transportation are mostly performed by boys (INDEC, 2018).

In general terms, it is asserted that both in childhood and adulthood, the care of individuals such as small children or dependent older adults is predominantly carried out by women. This type of work, which takes place in the privacy of homes, due to its nature, maintains a hidden character and is a social issue that has been poorly studied and measured for a long time (Figari, 2001; OIT, 2004). However, according to referenced data from fieldwork conducted within the framework of this research, in the cross-border region of Posadas-Encarnación, girls were also observed working in secondary production activities such as commerce in local establishments with family members, in food stalls at fairs, or in street vending of fruits, baked goods, or handicrafts. In this regard, girls, evidently under the age of 12, were observed in Posadas selling bags of lemons. These situations align with references to child labour made by interviewed public administration official, who stated that “the boys and girls who sell in the downtown area of Posadas are usually between 7 and 12 years old and belong to the fourth generation of families dedicated to street vending” (public administration official, year 2022). The interviewed professionals suggested that there might be a differentiated use of children in this type of street vending because “families send children at these ages because they recognize, as a sales strategy, that people tend to buy more from a child than from an adult” (public administration official, year 2022).

Street vending by girls and adolescents has been observed in Posadas for over 10 years. In this regard, public administration official working in a childhood protection institution pointed that “the boys and girls who sell on the street can generate a considerable amount of money and usually spend it on products unrelated to the daily consumption of their origin families” (provincial public administration official, year 2021). The interviewees emphasized that when they started city patrols more than 10 years ago, it was difficult to convince girls and boys to attend a programme

or pursue a different path since the money they earned allowed them to stay in the city streets with greater autonomy, consuming products that they did not have access to through their families. In addition, regarding the sale of bags of lemons, those involved in the issue of politics of prevention of child labour hypothesized that “there are adults who distribute the lemons for sale and then take part of the profits” (provincial public administration official, 2021). Thus, it is noted that the street vending of lemons would be managed by a third party, unrelated to the selling families, and therefore, it would constitute an informal business involving child labour.

On the other hand, in the fieldwork, it has been observed boys washing cars outside restaurants, supermarkets, or in the central areas of both cities, and taking care of cars in the long lines formed at the Paraguayan head of the San Roque Gonzales de Santa Cruz International Bridge. All of them usually offer payment for these informal services through bank transfers, indicating how child labour becomes naturalized within the urban settings of the region under study.

## Conclusions

Currently, both in Argentina and Paraguay, there is a clear gender delineation as a determining factor – from childhood with continuity into adult life – in relation to the type of work and the number of hours dedicated. According to the gathered data, women, from childhood onward, dedicate a greater number of working hours than men to domestic activities involving care, both inside and outside the home, with little or no remuneration. In Argentina and Paraguay, girls and adolescent females dedicate up to twice the time that boys and adolescent males do, primarily to caring for others – children or dependent individuals, inside or outside the home – and to food preparation and cooking.

The gap in the differentiation of the type of activity based on gender tends to widen as the age of the child or adolescent increases. Additionally, it was observed in the studied region that girls also engage in other secondary activities,

such as commercial employee, accompanied by a family member. This delineation could be seen as an investment by the household linked to future expectations and the preparation of the child for the local job market through informal skill-building. Furthermore, it was observed boys and adolescents of the same age engage in activities outside home, exposed to potential social conflict, performing tasks such as car care or involvement in illegal activities on the International Bridge “San Roque González de Santa Cruz” independently. These observations lead us to emphasize the importance of integrating a gender perspective into studies on socialization processes and, specifically, child labour in often-hidden activities that impact the work and social trajectories of children and adolescents. Furthermore, considering the unique aspects of the social participation space studied, future research could beneficially examine the role of tourism as a potential risk factor for labour exploitation of girls and adolescents in the region.

## References

- Batthyány, Karina; Genta, Natalia & Scavino, Sol. (2017). Análisis de género de las estrategias de cuidado infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 292-319.
- Bourdieu, P. (2007). *El sentido práctico*. Buenos Aires: Siglo XXI ED.
- Bourdieu (2011). *Las estrategias de la reproducción social*. Buenos Aires: Siglo XXI ED.
- Crovetto, M. M., Ejarque, M., & Nessi, M. V. (2018). El trabajo infantil y adolescente del agro argentino: consideraciones sobre su medición en las estadísticas públicas y una propuesta alternativa. *Revista Latinoamericana De Metodología De Las Ciencias Sociales*, 8(1), e035. <https://doi.org/10.24215/18537863e035>
- Del Río, M. F., & Cumsille, P. (2008). ¿Necesidad Económica o Preferencias Culturales? La Justificación Parental del Trabajo Infantil en Chile. *Psykhe*, 17(2). <https://doi.org/10.4067/S0718-22282008000200004>
- Figari, C.E. (2001). La Problemática de género en el trabajo infantil. En: *Declaración Universal de Derechos Humanos: Texto y comentarios inusuales* ( p.353-362). San José de Costa Rica: ILANUD
- Instituto Nacional de Estadística de Paraguay (2017). *Encuesta Sobre el Uso del Tiempo*. Fernando de la Mora: DGEEC. <https://www.ine.gov.py/publication-single.php?codec=Mjk=>

- Instituto Nacional de Estadística y Censos (2018). Encuesta de Actividades de Niños, Niñas y Adolescentes 2016-2017. [https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/sociedad/eanna\\_2018.pdf](https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/sociedad/eanna_2018.pdf)
- Instituto Nacional de Estadística y Censos (2022). Encuesta Nacional de uso del tiempo 2021. Resultados definitivos. [https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/sociedad/enut\\_2021\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/sociedad/enut_2021_resultados_definitivos.pdf)
- Jaimes Martínez, K. L., del Carpio Ovando, P. S., & López Mateo, C. (2023). Motivos educativos y familiares que propician trabajo infantil en municipios de Guanajuato. *IE Revista de Investigación Educativa de la REDIECH*, 14, 1-17. [https://doi.org/10.33010/ie\\_rie\\_rediech.v14i0.1572](https://doi.org/10.33010/ie_rie_rediech.v14i0.1572)
- Labrunée, María Eugenia (2024). Niños, niñas y adolescentes en contexto de pandemia en Argentina ¿Trabajar o estudiar? ¿Trabajar para estudiar? *Espacios en Blanco*, 1(34). <https://doi.org/10.37177/UNICEN/EB34-382>
- Leyra Fatou, B. (2012). *Las niñas trabajadoras. El caso de México*. Madrid: La Catarata-IUDC-ICEI.
- Miño, M. G.; Cossi, C. A. & Gómez, R. E. (2023). Las contribuciones de la perspectiva Bourdieana a la investigación del trabajo infantil en Argentina. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales* 13 (1).
- Miño, M. G. (2023). ¿Qué es y qué no es trabajo infantil? Abordajes reflexivos desde un estudio de caso en el nordeste argentino. *Revista Perspectivas: Notas sobre Intervención y Acción Social*, 40, 73-92. <https://doi.org/10.29344/07171714.40.3270>
- Nemcovsky, M. (2013). Género y Trabajo Infantil. Memorias en contextos de conformación socio-urbana. en *Zona Franca. Revista del Centro de Estudios Interdisciplinario sobre Mujeres* 22, 41-53. <https://rephip.unr.edu.ar/handle/2133/12194>
- Organización de las Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe & Organización Internacional del Trabajo (2018). Modelo de identificación del riesgo de trabajo infantil: Metodología para diseñar estrategias preventivas a nivel local. OIT-CEPAL. <https://dds.cepal.org/redesoc/publicacion?id=4885>
- Organización Internacional del Trabajo (2004). *Una mirada de género al trabajo infantil doméstico*. San José de Costa Rica: OIT. [https://www.researchgate.net/publication/272505658\\_Una\\_Mirada\\_de\\_Genero\\_al\\_Trabajo\\_Infantil\\_Domestico](https://www.researchgate.net/publication/272505658_Una_Mirada_de_Genero_al_Trabajo_Infantil_Domestico)
- Organización Internacional del Trabajo y Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos del Paraguay (2013). *Encuesta Nacional de Actividades de Niños, Niñas y Adolescentes 2011: Magnitud y características del trabajo infantil y adolescente en el Paraguay*. Asunción: OIT.
- Oviedo, N. & Cossi, C. (2019). *Historias de mujeres y mujeres en la historia regional*. Posadas: Editorial Universitaria.
- Padawer, A. (2018). Garotas da colônia: aprender e trabalhar na infância rural. *Revista Desidades* 6 (21), 33-45. [https://www.researchgate.net/publication/337886456\\_Garotas\\_da\\_colonia\\_aprender\\_e\\_trabalhar\\_na\\_infancia\\_rural](https://www.researchgate.net/publication/337886456_Garotas_da_colonia_aprender_e_trabalhar_na_infancia_rural)

**María Gabriela Miño** Doctor in Human and Social Sciences. Professor and postdoctoral researcher at the National University of Misiones, Argentina. Her research focuses on childhood trajectories, social inequalities, border issues, and the environment. Email: [tsgabrielam@gmail.com](mailto:tsgabrielam@gmail.com)  
ORCID ID  
<https://orcid.org/0000-0002-5057-5158>

**Carla Antonella Cossi** Doctor in Social Anthropology. Professor and postdoctoral researcher at the National University of Misiones, Argentina. Her research focuses on working conditions, gender studies, and issues related to borders. Email: [carlacossi@gmail.com](mailto:carlacossi@gmail.com)  
ORCID ID  
<https://orcid.org/0000-0002-3309-2912>

**Raimundo Elias Gómez** Doctor in Social Anthropology. Marie Curie Fellow at University of Porto, Portugal. His research focuses on social space, inequalities, nature conservation, and the environment. Email: [rgomez@letras.up.pt](mailto:rgomez@letras.up.pt)  
ORCID ID  
<https://orcid.org/0000-0002-4468-9618>

**Alina Jiménez García** Doctor in Education Sciences. Marta Abreu University of Las Villas, Cuba. Professor and postdoctoral researcher. She conducts research on topics related to the education of children and adolescents, with a focus on those with psychopedagogical issues. Email: [alinajg45@nauta.cu](mailto:alinajg45@nauta.cu)  
ORCID ID  
<https://orcid.org/0000-0001-9896-3996>

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 15 de março de 2024. Aprovado para publicação a 14 de junho de 2024.



## TRUSTED PROFESSIONALS OR EXPENDABLE FUNCTIONARIES? EXPLORING THE SOURCES OF ROLE STRAIN AMONG TEACHERS AT AN ELITE HIGH SCHOOL

Adrienne Atterberry  
University of Massachusetts Lowell

### Abstract

In this qualitative study, I examine the sources of role strain among teachers at The Richmond Academy of Science (the Academy) – one of the most exclusive English-medium international schools in Bangalore, a city in southwest India. I address the following question: How does the Academy's position, as one of the premiere international schools, impact teachers' interactions with students, parents, and senior administrators? The analysis of interviews with 24 teachers at the Academy indicates that structural aspects of the school, such as its dependence on recruiting students from wealthy families, inform how students, parents, and senior administrators interact with teachers. In some cases, teachers are treated as trusted professionals whose opinions are valued, whereas in other instances, they are treated as expendable functionaries whose job involves fulfilling the goals set by others – namely parents and senior administrators. Teachers' attempts to satisfy these conflicting expectations lead to role strain, which they express as resignation and frustration. Interrogating how teachers at one elite school experience their work provides important insight into how schools' structural characteristics and the behaviour of key stakeholders shape teachers' professional experiences.

**Keywords:** Teaching; Teachers; Family-School Interactions; Private Schools

## PROFISSIONAIS DE CONFIANÇA OU FUNCIONÁRIOS DISPENSÁVEIS? EXPLORANDO AS FONTES DE TENSÃO ENTRE OS PROFESSORES DE UMA ESCOLA SECUNDÁRIA DE ELITE

Adrienne Atterberry  
University of Massachusetts Lowell

### Resumo

*Neste estudo qualitativo, examino as fontes de tensão entre os professores da Richmond Academy of Science (a Academia) – uma das mais exclusivas escolas internacionais de inglês em Bangalore, uma cidade no sudoeste da Índia. Abordo a seguinte questão: Como é que a posição da Academia, como uma das principais escolas internacionais, influencia as interações dos professores com os alunos, os pais e os administradores? A análise das entrevistas com 24 professores da Academia indica que os aspectos estruturais da escola, como a sua dependência do recrutamento de alunos de famílias com mais recursos económicos, influenciam a forma como os alunos, os pais e os administradores interagem com os professores. Nalguns casos, os professores são tratados como profissionais de confiança cujas opiniões são valorizadas, enquanto noutros casos, são tratados como funcionários dispensáveis cujo trabalho envolve cumprir os objetivos estabelecidos por outros – nomeadamente os pais e os administradores seniores. As tentativas dos professores para satisfazer estas expectativas contraditórias levam a uma tensão de papéis, que eles exprimem sob a forma de resignação e frustração. Questionar como os professores de uma escola de elite vivenciam o seu trabalho fornece uma visão importante de como as características estruturais das escolas e o comportamento dos principais intervenientes moldam as experiências profissionais dos professores.*

**Palavras-chave:** Ensino; Professores; Interações família-escola; Escolas Privadas

## Introduction

[The Academy] is a golden opportunity for any student to get into any of the Ivy League universities or any of the equally good universities that are not part of the Ivy League.

This quote comes from Parvati, a high school teacher at The Richmond Academy of Science (the Academy). The Academy is an English-medium international school located in the eastern suburbs of Bangalore, a city in southwest India. The school opened in the early 2000s and is among the pioneers of international education in the area. It educates students from preschool through high school. Students in grades 9 and 10 study the International General Certificate of Secondary Education (IGCSE) curriculum. Then, in the last two years of high school, they complete the requirements for the International Baccalaureate Diploma Programme – commonly referred to as the IB. In its more than 20-year history, the Academy has earned accolades that place it among the top international schools in the country and the world.

Tuition at the Academy is upwards of \$10,000 USD per year in a country with a per capita GDP around \$2,485 (World Bank, 2024). Only the most affluent families can afford to educate their children at this school. The Academy's ability to attract wealthy parents depends on the dedication of its talented teachers, who work directly with students: advising them about course selection, aiding them in the process of applying to college, and designing engaging lesson plans. The work of teachers produces students capable of earning the high marks on board examinations and the admission to competitive colleges that support the school's status. Teachers' work is thus deeply intertwined with the Academy's image as one of the best international schools in Bangalore and its ability attract affluent parents capable of paying the school's steep tuition fees.

Between May and June 2015 and then March 2017 through January 2018, I completed interviews with 24 Academy educators and junior-level administrators (e.g., instructors, admissions personnel, and the head of college counselling) who

work directly with high school students (those enrolled in grades 9 to 12). They all interact with current or prospective students on a weekly, if not daily, basis. I refer to this group as “teachers” throughout the rest of this article. Among the sample of teachers I interviewed, twenty-one are from India, two are from the USA, and one is from the UK. Most have a graduate degree, and many have been teaching at the school for nearly a decade. I learned that Academy teachers must consistently demonstrate their professional competence by producing students capable of earning high marks on board examinations and gaining admission to prestigious colleges and universities. As will be discussed later, failure to produce high performing students may lead to teachers losing their jobs.

While all the teachers I interviewed expressed a genuine passion for their work, I noticed that many recounted a litany of responsibilities and interactions with students, parents, and senior administrators that left them feeling emotionally exhausted or frustrated. These teachers' experiences prompted me to ask the question: How does the Academy's position, as one of the premiere international schools, impact teachers' interactions with students, parents, and senior administrators?

I found that the Academy's efforts to maintain its status as one of the top international schools results in role strain for the school's teachers. Michelle Hindin (2007, Key Concepts section, para. 12) defines role strain as “the difficulty of meeting the normative expectations of the role that an individual either chooses or is pressured to play.” For teachers, role strain, which is also referred to as intra-role conflict, arises when they face challenges in meeting the conflicting expectations different groups place on them (Richards et al., 2018). Academy teachers experience role strain because they are treated as alternately trusted professionals or expendable functionaries. When others – parents, students, and senior administrators – expect them to fulfil the role of a trusted professional, teachers engage in meaningful conversations about how to best promote student progress. On the other hand, teachers' ability to

fulfil their role as trusted professionals is curtailed by factors that include benchmarks for students' grades set by the school's senior administrators and occasionally obstructionist and obdurate behaviour from parents. In moments where teachers' opinions are ignored, marginalized, or otherwise deemed irrelevant, they are put into a role by others that is more akin to that of an expendable functionary. A school's structural characteristics (Breidenstein et al., 2020) and how key stakeholders treat teachers (Richards et al., 2018) influence teachers' experience of role strain. The inconsistent treatment teachers encounter results from three conditions. One, the Academy's need to continuously attract wealthy families. Two, the pressures senior administrators place on teachers to produce the student outcomes needed to appeal to affluent families. Three, teachers' limited ability to address the dismissive and demeaning behaviour they occasionally encounter from students and parents. The vacillation between being treated as a trusted professional or as an expendable functionary produces role strain for Academy teachers as they struggle to adapt to these conflicting expectations of their professional role. As I outline in the next three sections, teachers vocalize their experiences of role strain by expressing resignation about and mild frustration with their circumstances.

### **Promoting Student Academic Achievement: Course Selection**

To help students achieve the highest marks possible in their classes, teachers counsel students about which courses to take. I spoke with one teacher, Parvati, about how she advises students who may be struggling academically. One of the biggest problems she encounters is students who enrol in math classes that are too advanced for them.

The Academy offers three tiers of mathematics courses: a higher-level course (top-tier), and two standard-level courses – Mathematics Methods (mid-tier) and Mathematics Studies (lower-tier). Parvati proactively works with struggling students to get them to take a more appropriate, lower-level math course. She describes how she does so by saying:

So, that's when we tend to counsel them and we say, 'You're not able to manage this particular subject. You struggle with it. You're going to end up getting a very low score and that will add up to your overall score, which might affect your placement at university.'

She told me that "We generally say, for students who intend to go into medicine, there's no requirement to take math higher-level, you can comfortably go in for math standard-level and Math Studies." To help get her point across, she likes sharing the example of an Academy alumna who earned admission to Ireland's Royal Society for Surgeons and did so having taken a standard-level mathematics course. Overall, students are receptive to the counselling they receive from Parvati (and others). Parvati shared that "In the present Grade 12, we have the majority of students being sensible enough and shifting to SL [standard-level] mathematics. We had almost 50% of students taking SL in mathematics."

Examples of students moving to a less rigorous math class demonstrate trust in their teachers' professional knowledge; however, students switch their math class at different points in the academic year. Some switch almost immediately, after having a conversation with their advisors, whereas others take up to one year to change their class. Parents' varied willingness to let their children switch to a less rigorous math class may explain the variation in this behaviour pattern.

Darpana, the 11<sup>th</sup> grade IB coordinator, shared that she often must counsel parents, in addition to students, when she advises her students to complete a lower-level math course. Counselling parents often takes a lot of time, she acknowledged, but leads to at least some parents allowing children to move to a less rigorous math class. In cases where parents and, consequently, students remain adamant about staying in a class above their ability level, she acknowledges her powerlessness to change the situation and says, "I just let go." For parents who refuse to permit their children to move to a more appropriate math class she simply says, "My job is to tell you. What you do with it is finally your call." Darpana acknowledges her relative powerlessness in situations where parents disregard

her professional advice. In these moments, parents' expectations of her as an expendable functionary become clear. While she may have an opinion about her students' competence, her role is simply to enact parents' wishes to the best of her ability. These circumstances may be especially troubling for Academy teachers because they are evaluated based on their students' academic outcomes (e.g., grades on board examinations). Having too many students enrolled in math classes above their ability level may result in low board examination scores, which may put teachers' jobs at risk.

### **Facilitating Access to Competitive Colleges and Universities: College Counselling**

The Academy is unique in having a dedicated staff of junior-level administrators and instructors who advise students about where to apply to college, help organize their recommendation letters and provide feedback on their college essays. The college counselling office works reasonably well with most parents during students' college application process. However, there are a vocal minority of parents who make their jobs more difficult. This minority engages in what I refer to as 'demanding' behaviour (Atterberry, 2022). 'Demanding' behaviour is "characterised by parents' repeated attempts to structure their children's schooling experiences that somehow affect the normal operation of the school" (Atterberry, 2022, p. 120). These instances of 'demanding' behaviour are notable because they highlight how some parents see teachers not as professionals with whom they should work closely but rather as functionaries who should capitulate to their commands.

One of the best examples of parents exhibiting this type of behaviour comes from Yvonne, the school's head of college counselling. She shared with me how the father of one student would make frequent calls to the college counselling office. She said, "He was kind of going on and on and on. Every day, he would say, 'I sent you this, so you'll look over everything, send it back to me.' This whole thing." He felt comfortable saying this to the school's staff because he expected the college counselling office to follow his directions when it came to determining how best to prepare his child

to apply for college. He was once bold enough to tell Yvonne, "I pay your salary. You will do what I ask you to do." This father believed that paying money to the school – in the form of tuition and fees – entitled him to dictate how the professionals hired by the school would work. In our conversation, Yvonne alluded to the idea that his behaviour was more aligned with how parents may interact with independent college counsellors (external to the Academy), but that this was not appropriate conduct for parental behaviour with school faculty and staff. As a result, she and her staff "had to have several difficult conversations with that parent" to socialize him in appropriate interactions with the college counselling department. His behaviour eventually changed.

Parents infrequently exhibit 'demanding' behaviour. It is more common for them to say or do things that make teachers feel insignificant. For instance, despite the effort that the college counsellors dedicate to helping students apply to college, parents do not necessarily recognize the importance of their work and often hire private college counsellors for their children anyway. Yvonne shared with me that the college counselling team has "had many, many examples at the end of the day when they [the students] finally get the admission," and parents do not credit the team for their work. Some parents feel so confident about the irrelevance of teachers' work that they openly share their opinion with the teachers. Yvonne told me, "We've had even a parent tell us to our face during a one-on-one meeting, 'Well, he got that admission not because of you guys, but because he was working with the consultants all along.'"

Yvonne describes the impact this has on her work as "disheartening." She expressed a sense of hopelessness and frustration about changing the situation by saying:

And you kind of think, alright, and that's the way that it is. Parents are going to see that it's the consultant's energy and effort that got the admission and not you. That definitely puts an additional pressure because then you kind of think, is it worth it?

### **Demonstrating Teaching Effectiveness: Limits on Pedagogical Innovation**

Teachers are ultimately accountable to the school's senior administrators: the principal, senior principal, and chairperson. The individuals who hold these roles do not work with students on a day-to-day basis but oversee the functioning of the school. One way in which teachers demonstrate their accountability to the senior administration is through professional meetings where the heads of the department talk about student outcomes. Robert, the head of the arts department, described the experience of presenting student outcomes at one of these meetings as akin to "a quarterly earnings report by a corporation where we're expected to kind of talk about those results and what went into it, what we did differently."

According to Robert, the focus on results stifles pedagogical innovation. He pointed out that "if your grades aren't at a certain standard, you might not get your contract renewed and especially if you have kids that can be very problematic. So, at the back of your mind, you start thinking very objectively about the results of your students." While he has some concerns about the Academy's culture of teaching to the test, he also recognizes his inability to change this facet of the school. Additionally, Robert's stepson is a student at the Academy, and he does not want to compromise his child's enrolment by failing to meet the Academy's rigorous standards for academic achievement. He navigates these circumstances by leaning into the Academy's results-oriented culture. Robert shared with me:

I'm interested in authentic learning to the extent that I can be, but at the bottom line I know that, and the students understand. The students understand that they also want to do whatever they think will get them the highest results.

While he may want to engage in more pedagogical innovation and what he refers to as "authentic learning," he knows that what ultimately matters are students' results. Consequently, his teaching is geared toward guaranteeing that his students will perform well on their board examinations. Efforts

like these meet the needs of students (and their parents) who want to demonstrate high levels of academic achievement, help the school maintain its position as one of the best international schools in Bangalore, and – most importantly – enable teachers to keep their job.

### **Concluding Thoughts: Why Examining Teachers at Elite Schools Matters**

The Academy's relatively vaunted position within Bangalore's educational landscape is due to the work of its teachers. The Academy's teachers help fulfil the goals of parents who want their children to attend some of the best colleges in the world and nurture the dreams of its students who desire to study at prestigious colleges and pursue meaningful careers. The school's teachers also buttress the Academy's relatively high status among other English-medium international schools, which helps to justify its steep tuition and enables it to attract wealthy families.

Because teachers' work is central to meeting the goals and aspirations of parents, students, and senior administrators, one might expect them to have a relatively prestigious position within the school itself; however, this is not always the case. Sometimes, teachers are treated like trusted professionals. This treatment occurs when they are giving advice to students about their courses and students act upon this advice for their own benefit. When teachers engage in meaningful conversations with senior administrators about their pedagogical techniques they are also treated as trusted professionals. In other cases, parents, students, and senior administrators treat teachers like expendable functionaries by ignoring their advice, not acknowledging their work, and deeming their experience insignificant. Teachers often lack the ability to change these circumstances. For example, teachers' limited power to rebuke disrespectful parents is demonstrated by Yvonne's story about the parent who boldly claimed that their child's college admission was the result of working with an independent consultant – not the hard work of the people in her office. Meanwhile, as Robert

shared, teachers who fail to meet the benchmarks set by the senior administrators may risk not having their contract renewed and losing their job. Therefore, as his example highlights, teachers are more likely to teach in a way that will facilitate their ability to meet the benchmarks established by the school, even if that means not implementing innovative, and possibly better, teaching techniques. Academy teachers constantly manoeuvre between performing the role of a trusted professional and an expendable functionary. At times, their opinions are valued, whereas at other times, they are expected to simply perform the task at hand. Navigating between contradictory expectations produces role strain for Academy teachers.

School structure (Breidenstein et al., 2020) and the treatment of teachers by key stakeholders (Richards et al., 2018) affects teachers' experience of work. As this study shows, role strain is context specific and will therefore differ from school to school. Thus, it is important for scholars to continue to investigate the sources of role strain for teachers in hopes that by doing so we can improve working conditions for all teachers.

## References

- Atterberry, A. L. (2022). Intensive Teaching: Examining Teachers' Professional Pressures and Pedagogical Practices at an Elite School. *Contemporary Education Dialogue*, 19(1), 107-131. <https://doi.org/10.1177/09731849211063240>
- Breidenstein, G., Krüger, J. O., & Roch, A. (2020). Parents as 'customers'? The perspective of the 'providers' of school education. A case study from Germany. *Comparative Education*, 56(3), 409-422. <https://doi.org/10.1080/03050068.2020.1724485>
- Hindin, M. J. (2007). Role Theory. In *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. <https://doi.org/10.1002/9781405165518.wbeosr078>
- Richards, K. A. R., Hemphill, M. A., & Templin, T. J. (2018). Personal and contextual factors related to teachers' experience with stress and burnout. *Teachers and Teaching*, 24(7), 768-787. <https://doi.org/10.1080/13540602.2018.1476337>
- World Bank Open Data. (2024). GDP per capita (current US\$). <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=IN>

**Adrienne Atterberry** Adrienne Lee Atterberry is a US-based sociologist. She is a Visiting Assistant Professor of Sociology at the University of Massachusetts Lowell (USA). Her research interests include education, childhood and youth, and families.

Email: [atterberrya@gmail.com](mailto:atterberrya@gmail.com);

[adrienne\\_atterberry@uml.edu](mailto:adrienne_atterberry@uml.edu)

ORCID ID

<https://orcid.org/0000-0003-1147-4642>

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 15 de março de 2024. Aprovado para publicação a 12 de agosto de 2024.



## COMPREENDER AS DESIGUALDADES SOCIAIS E OS TERRITÓRIOS PELAS HISTÓRIAS DE VIDA: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO NÚCLEO IS-UP DO MUSEU DA PESSOA

Catarina Figueiredo  
Universidade do Porto / ISCTE  
Leonor Medon  
Universidade do Porto  
João Teixeira Lopes  
Universidade do Porto

### Resumo

O Núcleo IS-UP do Museu da Pessoa foi criado com o intuito de construir um arquivo digital de dados qualitativos, embora também promova exposições e debates nos contextos de pesquisa. Sob a forma de depoimentos orais, são recolhidas e divulgadas histórias de vida de uma diversidade de atores sociais, espalhados pelo território nacional e que enfrentam desigualdades ou vulnerabilidades diversas. Com o interesse de aprofundar os processos de estruturação das desigualdades sociais e das suas inscrições individuais, este projeto democratiza o acesso à memória e confere visibilidade a grupos socialmente vulneráveis.

Partindo das experiências resultantes das três principais iniciativas desenvolvidas no âmbito do Núcleo IS-UP do Museu da Pessoa, desenvolve-se uma reflexão sobre os contributos dados por estas iniciativas que, sendo enquadradas por um referencial teórico-metodológico relativo ao uso das histórias de vida na investigação sociológica e estando inscritas em três diferentes contextos socioterritoriais da região norte de Portugal, se debruçam sobre diferentes problemáticas sociais e permitem reflexões e análises sobre diversas formas de desigualdade social. Defender-se-á que este modelo permite, em simultâneo, conhecer, participar e comunicar, unindo investigação fundamental com transferência e coprodução de conhecimento.

**Palavras-Chave:** Desigualdades Sociais, Territórios, Sociologia Oral, Histórias de Vida, Portugal.

## UNDERSTANDING SOCIAL INEQUALITIES AND TERRITORIES THROUGH LIFE HISTORIES: REFLECTIONS BASED ON THE EXPERIENCES OF THE IS-UP NUCLEUS OF THE MUSEU DA PESSOA

Catarina Figueiredo  
Universidade do Porto / ISCTE  
Leonor Medon  
Universidade do Porto  
João Teixeira Lopes  
Universidade do Porto

### Abstract

*The Nucleus of the 'Museu da Pessoa' (People's Museum) was created to build a digital archive of qualitative data, while also promoting exhibitions and debates in research contexts. Through oral testimonies, life stories are collected and disseminated from a diversity of social actors across the national territory, facing various inequalities or vulnerabilities. With the aim of deepening the processes of structuring social inequalities and their individual inscriptions, this project democratizes access to memory and gives visibility to socially vulnerable groups.*

*Based on the experiences from the three main initiatives developed within the scope of the IS-UP Nucleus of the 'Museu da Pessoa', a reflection is made on the contributions of these initiatives. Framed by a theoretical-methodological framework related to the use of life stories in sociological research and situated in three different socio-territorial contexts in the northern region of Portugal, these initiatives focus on different social issues. They allow reflections and analyses on various forms of social inequality. It is argued that this model enables simultaneous knowledge acquisition, participation, and communication, combining fundamental research with the transfer and co-production of knowledge.*

**Keywords:** Social Inequalities, Territories, Oral Sociology, Life Histories, Portugal.

## Introdução

Neste artigo reflete-se sobre as experiências do Núcleo IS-UP do Museu da Pessoa, discutindo-se a recente colaboração entre o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) e a sede do Museu, bem como as suas implicações no contexto português. O Museu da Pessoa, fundado em 1991 no Brasil, coleciona e compartilha histórias de vida de indivíduos de todo o mundo. Disponível online, aberto ao público, promove uma compreensão inclusiva das experiências coletivas e da sua complexidade, contribuindo para a democratização da memória (qualquer pessoa pode aí depositar a sua história). Com a internacionalização do modelo do Museu da Pessoa, o Instituto de Sociologia uniu-se ao projeto em 2023, estabelecendo o seu próprio Núcleo, que combina a metodologia do Museu com uma perspetiva sociológica, tendo em vista criar um repositório digital de depoimentos orais em Portugal para entender melhor, a partir da escala biográfica, as desigualdades sociais e seus territórios. Atualmente, é o único núcleo fora do Brasil.

Ao mesmo tempo, constitui-se como oportunidade de investigação e análise, quer utilizando as histórias de vida e os testemunhos como fonte secundária, quer construindo roteiros próprios que recolhem em primeira mão, dentro de uma certa orientação teórico-conceitual, testemunhos resultantes de entrevistas e/ou de histórias de vida. Nesta segunda modalidade, além dos testemunhos e das histórias transcritas e filmadas para o site, geram-se programas de pesquisa sobre dimensões territorializadas de desigualdades sociais que ora redundam em exposições (físicas e virtuais), em peças de teatro ou em publicações científicas que integram as “dobras do social” (individual e coletivo-estrutural) nos processos de formação/reprodução e recomposição das desigualdades, amiúde trabalhando o material das histórias de vida como “retratos sociológicos” (Lahire, 2002).

Os principais objetivos deste Núcleo são, em síntese: criar uma base de dados qualitativos disponível para futuras investigações e intervenções sociais; fomentar dinâmicas ativas de envolvimento com

as comunidades; divulgar informação e conhecimento à sociedade civil; promover a reflexão e o conhecimento sobre vulnerabilidades sociais, valorizando-se as vozes e histórias das pessoas e comunidades em situação de exclusão social e vulnerabilidade; e preservar memórias, tradições e modos de vida promovendo uma reflexão transformadora sobre o futuro; construir, integrar e relacionar conhecimento sobre as desigualdades sociais territorializadas produzido através da análise das histórias de vida.

Enquanto projeto de extensão universitária, estabelece-se um compromisso entre a investigação académica e o serviço às populações, usando a Sociologia oral como recurso qualitativo de investigação sobre os quotidianos e suas incrustações estruturais, ao mesmo tempo que se envolvem as pessoas na reapropriação das suas vivências através das memórias reconstruídas pelas histórias de vida.

No presente texto quedar-nos-emos por uma breve apresentação do percurso já delineado do núcleo do IS-UP através de três exposições, representando, cada uma delas, uma abordagem a questões sociais concretas.

### 1. A sociologia e as histórias de vida: algumas reflexões teórico-metodológicas

A sociologia, como ciência que examina a realidade social por meio das coletividades humanas e das relações entre indivíduos, parte do princípio de que as características de um grupo não são meramente a soma das características dos indivíduos que o compõem (Silva & Pinto, 2014). Esta abordagem foca no estudo do ser humano como membro de uma coletividade, mas reconhece a importância dos percursos pessoais na construção das sociedades.

O debate sobre a relação entre indivíduo e sociedade é complexo e antigo no campo da sociologia, mas esta tem conseguido, através do seu “vasto leque de teorias e conceitos, com elevado grau de elaboração, ferramentas cognitivas de grande utilidade para a caracterização e análise das relações sociais, da constituição das sociedades e

dos processos que nestas se vão desenrolando” (Costa, 2001, p. 8), combinando perspetivas centradas tanto nas estruturas como na ação social (Silva & Pinto, 2014). Ganha força, por isso, a ideia, que Elias sugere, de uma “sociedade dos indivíduos”, resultado das relações de interdependência que entre eles se estabelecem e que não podem ser reduzidas à mera soma dos esforços individuais (Elias, 1993). Afinal, como lembra o autor numa das suas frequentes metáforas, não se compreende a casa se isolarmos cada uma das suas partes, tampouco se percebe a dança sem a interação entre quem baila e o seu contexto.

Esse enfoque torna-se ainda mais relevante diante dos desafios contemporâneos enfrentados pela sociologia. A diversidade dos objetos de estudo e a complexidade das mudanças sociais exigem novas ferramentas para uma análise precisa dos fenómenos sociais. Nesse contexto, as histórias de vida emergiram como um procedimento respeitador dos percursos e discursos dos sujeitos sociais, com especificidades e vantagens concretas, utilizadas pela sociologia, antropologia e história para estabelecer um diálogo mais profundo com a sociedade e seus agentes. Elas permitem um acesso holístico às trajetórias de vida, oferecendo uma visão relacional dos percursos individuais. Aplicadas ao estudo das desigualdades, sem procurar generalizações a partir de casos únicos, fornecem importantes “pistas para compreendermos a interseção entre as biografias e a sociedade portuguesa” (Lopes, 2023a, p. 292).

Bertaux (2021) descreve as narrativas de vida como uma “técnica de observação” originária da etnografia, que até os anos 70 do século passado não era amplamente utilizada na sociologia, exceto pela Escola de Chicago nos anos 20, tendo sido “completamente excluída pelo establishment sociológico internacional, após 1945, do pequeno número de técnicas de observação consideradas legítimas em sociologia” (Bertaux, 2021, p. 13). Por disso, o autor procura reabilitar a sua utilização, mostrando de que forma o uso de narrativas de vida pode ser uma das principais formas de recolha de dados empíricos.

Mesmo não constituindo um estudo estatisticamente representativo, no modo tradicional, e sem

pretender estabelecer generalizações abstratas ou mesmo leis gerais, permite, ainda assim, encontrar tendências e forças com validade sociológica e densidade analítica. Aliás, o autor acrescenta que o uso destas narrativas é pertinente por também elucidar a existência de contratendências, através da descoberta de casos que funcionam de maneira diferente, isto é, os “casos negativos” (Bertaux, 2021), o que elucida sobre as forças em disputa numa dada sociedade.

Bertaux argumenta que, em certas condições, a análise qualitativa pode gerar generalizações plausíveis sem uma amostra estatisticamente representativa. Assim, deverá ser feita uma análise cuidadosa das histórias recolhidas, identificando padrões, temas e contradições que podem fornecer insights significativos sobre a experiência humana. Franco Ferrarotti, pioneiro no uso das histórias de vida na investigação sociológica e da “sociologia como participação” (Ferrarotti, 1991, p. 171), demonstra a importância de entender as narrativas individuais como reflexos da interação entre estruturas sociais e experiências pessoais enfatizando que as histórias de vida não revelam apenas informações sobre as vidas individuais, mas permitem, no mesmo movimento analítico, compreender as condições sociais e culturais que as moldam.

Além disso, as histórias de vida e o método biográfico em geral ressaltam as interações entre trajetórias individuais e as grandes linhas de força coletiva (constrangimentos, oportunidades e condições). Elas cruzam diversidade com o contexto, a reflexividade e a performatividade das práticas, oferecendo um exercício metódico que possibilita um conhecimento intersubjetivo sobre si mesmo (Lechner, 2015), e um trabalho narrativo de construção de sentido.

Partindo destes pressupostos, o Núcleo IS-UP construiu a sua própria metodologia, alinhada com os objetivos e orientações do Museu da Pessoa no Brasil. O Núcleo tem várias modalidades de exposições e de recolha de informação, distinguindo-se o formato individual de histórias de vida e o modelo de grupo de roda de histórias. No formato individual, um roteiro comum guia a recolha das histórias de vida em configuração de entrevista,

abordando questões gerais desde a infância e a família de origem, passando-se pela juventude e vida adulta, educação, trabalho, migrações e relações com o futuro, a par de questões específicas que exploram vulnerabilidades ou desigualdades sociais concretas.

Seguem-se, pois, os conselhos de Lahire (1998): varrer todas as dimensões da socialização nos vários ciclos de vida, sem pressupor uma coerência ou homogeneidade a priori, encontrando pluralidade e contradição; resgatar os principais agentes e princípios de socialização, na sua concorrência e/ou complementaridade; analisar os modos de agência dos entrevistados, em particular em momentos de crise, de hesitação, de bifurcação. No caso vertente, inspiramo-nos amiúde se na sua proposta dos “retratos sociológicos” como dispositivo que resgata quer a pluralidade disposicional dos agentes, quer a variedade dos contextos ou mundos da vida com que se entrelaçam essas disposições, sem, nunca descurar o percurso que permite dar conta dos fios que tecem o “coeficiente de singularidade” de cada agente social (Lahire 1998, 2002 e 2012; Lopes, 2014).

Para cada exposição, o Núcleo seleciona um grupo de oito a dez participantes que partilham as suas histórias de vida. No modelo de grupo ou rodas de história, as entrevistas são realizadas com seis a oito pessoas, focando em temas específicos ou períodos determinados. Nesta modalidade, potenciam-se os efeitos da interação e da contaminação narrativa: as histórias cruzam-se, discutem-se, partilham-se, gerando um micro espaço público de exposição, argumentação e performance numa aproximação à dinâmica que Galvanese e Lechner apelidam de interlocutores-sujeitos-participantes (Galvanese & Lechner, 2015: 266) envolvidos num “espaço narrativo” onde é possível “falar, mostrar, conviver, aprender e escutar” (Idem, ibidem: 278).

As entrevistas em ambos os modelos são gravadas em vídeo ou áudio, com garantia de confidencialidade. Após a gravação, são editadas para versões mais curtas em formatos textual e audiovisual para facilitar a divulgação. As versões completas e as transcrições integrais são disponibilizadas na plataforma do Museu da Pessoa, permitindo que

o material seja passível de ser visto, revisto e contestado, formando um património coletivo.

Em todos os casos damos mais importância ao processo do que ao produto. Ou, por outras palavras, o produto final (as exposições e os depoimentos catalogados no site do Museu da Pessoa) são parte integrante de um caminho e de uma rede de cumplicidades. Importa refletir, por fim, que optámos sempre por realizar as exposições em formato virtual e físico, ganhando com a cumulatividade dos suportes. Dessa forma, abrem-se ao mundo (no ciberespaço), mas sempre com um pé no território (com as exposições físicas e os momentos de debate que se promovem em cada local).

## **2. Experiências do Núcleo IS-UP do Museu da Pessoa**

O Núcleo IS-UP foi criado para construir um arquivo digital de histórias de vida, oferecendo dados qualitativos para análise sociológica e futuras pesquisas. No primeiro ano, foram recolhidas um total de 23 histórias que contemplam uma diversidade e uma multidimensionalidade importantes para a construção de uma reflexividade sobre as desigualdades sociais.

Este acervo proporciona já pistas valiosas sobre dimensões como classe social, género, família, educação, trabalho, habitação, migrações, política, consumo e lazer, além de diferentes fases da vida, como infância e velhice. As possibilidades de investigação que se relacionam com esta recolha encontram-se intimamente relacionadas com as especificidades dos três contextos territoriais incluídos nas iniciativas desenvolvidas. Em cada um dos contextos, desigualdades particulares foram abordadas e, assim, pesquisas ulteriores podem desenrolar-se em torno dessas mesmas particularidades.

### **2.1. Histórias de ex-trabalhadores de uma exploração mineira**

A primeira iniciativa dinamizada debruçou-se sobre as memórias da exploração mineira do Volfrâmio

nas Minas do Pejão, em atividade durante o século XX e encerrada no final de 1994, situada no município de Castelo de Paiva, Aveiro. Realizada em parceria com um projeto de investigação promovido pelo Instituto de Sociologia e outras unidades de investigação da Universidade do Porto e à qual se agregou o Teatro Universitário do Porto (TUP), que dramatizou in loco as histórias recolhidas. O seu principal objetivo consistia em estudar os impactos ambientais e sociais da exploração mineira em dois territórios do Norte de Portugal – Pejão em Castelo de Paiva e Regoufe em Arouca<sup>2</sup>.

A análise feita, no âmbito deste projeto, em torno das dimensões das construções identitárias e da memória coletiva relativa à exploração mineira, permitiu compreender alguns dos traços caracterizadores dos dois contextos socioterritoriais em estudo, assim como das diferenças importantes entre eles. No caso das populações do Pejão verificou-se que “as minas têm um persistente valor simbólico na construção das identidades pessoais e na identidade local coletiva, estando bem presentes nos quotidianos (estórias, conversas, lembranças, objetos) das comunidades que vivem nas localidades perto das explorações mineiras, onde ainda moram ex-mineiros e familiares” (Lopes, 2023b, p. 74). Neste sentido, tornou-se relevante fazer-se uma recolha e divulgação das histórias destes ex-mineiros que apresentam, ainda nos dias de hoje, uma forte ligação com as minas e cujas vidas individuais se cruzam com a história desta exploração mineira e do contexto socioterritorial em que ela se insere.

Nesta iniciativa, analisaram-se as desigualdades socioeconómicas e, concretamente, laborais (associadas à dura labuta da exploração mineira) que se cruzam com os processos de exclusão de ordem social, económica e territorial que confrontam hoje o estatuto periférico de Castelo de Paiva. Foi organizada uma roda de histórias que contou com a presença de seis pessoas, todas ex-trabalhadoras da Minas do Pejão e residentes das freguesias a elas circundantes, e realizada nas

instalações do Cavalete e Poço do Fojo<sup>3</sup>. Nesta roda foram partilhadas diversas histórias e memórias sobre as vivências, relações e condições de trabalho durante o período passado por estas seis pessoas na exploração mineira, explorando o cariz dialógico e relacional da construção partilhada das memórias.

A exposição resultante, intitulada “A exploração do carvão em Portugal – histórias de ex-mineiros do Pejão”, foi exibida exclusivamente em formato virtual, incluindo excertos audiovisuais selecionados das histórias compartilhadas. O lançamento da exposição ocorreu localmente junto com a peça “Da Raiva ao Paraíso”, do TUP, que também explorou as experiências dos ex-trabalhadores e foi realizada em colaboração com o projeto de investigação.

## 2.2. Histórias de mulheres num território rural e do interior do país

A segunda iniciativa realizada debruçou-se sobre o território de Vila Flor, distrito de Bragança, tendo sido intitulada de “Vila Flor no Feminino – Histórias de Mulheres Portuguesas no Interior”<sup>4</sup> e focando na importância das desigualdades e socializações de género na relação das mulheres com um território rural socialmente deprimido. Com esta iniciativa pretendeu-se analisar as questões de género das trajetórias femininas em meio rural (na educação, na conjugalidade, no trabalho, na maternidade), bem como as dificuldades de uma vida passada no interior do país, condição de variadas relegações – territorial, de género e de classe.

Todo o processo de recolha das histórias de vida e posterior construção da exposição foi possível devido à estreita colaboração estabelecida com uma associação local, a Associação Transmontana para o Desenvolvimento (ATPD). Esta parceria

2 SHS – Soil health surrounding former mining areas: characterization, risk analysis, and intervention

3 Ver mais em: <https://museudapessoa.org/historia-de-vida/a-explora-o-do-carv-o-em-portugal-hist-rias-de-ex-mineiros-do-pej-o/>

4 Ver mais em: <https://museudapessoa.org/colecao/vila-flor-no-feminino-hist-rias-de-mulheres-portuguesas-do-interior/>

permitiu um acesso privilegiado às mulheres entrevistadas e uma proximidade no desenvolvimento de outras atividades paralelas que enriqueceram a exposição, destacando-se o caráter de extensão que este Núcleo possui.

O processo iniciou-se com a construção do guião para as entrevistas, com questões específicas relacionadas com a dimensão do género e sua inscrição no território, e que foram realizadas a nove mulheres, todas naturais de Vila Flor. O conteúdo audiovisual resultante destas entrevistas foi editado para a construção da exposição e contou-se com a ajuda da ATPD para o desenvolvimento de atividades complementares como linhas da vida, mapas mentais e recolha de objetos e fotografias pessoais das participantes, que vieram a complementar as suas histórias e adicionar elementos para a exposição física. Esta foi realizada no concelho de Vila Flor, na biblioteca municipal, e contou com a presença da comunidade local, incluindo as mulheres entrevistadas e as suas famílias.

Após a exposição, foi iniciado um processo de reflexão sobre a compreensão dos territórios rurais atuais e das trajetórias que neles se constroem, fundamentalmente, a partir de uma dimensão de género. Foram, assim, identificados alguns traços comuns que caracterizam estas mulheres: valorizam o seu território de nascimento, sentindo uma forte identificação e pertença; enfrentam tendências e contratendências relacionadas às questões de género, entre modernidade e tradição; a família desempenha um papel central nas suas vidas; relatam um passado difícil marcado pela pobreza, escassez e trabalho árduo desde tenra idade, mas também expressam saudosismo em relação ao espaço público, às crianças e à sociabilidade no espaço rural (Madeira & Medon, 2023).

### **2.3. Histórias de pessoas em risco de situação de sem abrigo em contexto urbano**

Com o principal objetivo de refletir sobre a problemática da habitação na cidade do Porto e a sua relação com os atuais processos de exclusão social e económica, a terceira iniciativa do Núcleo

incidiu sobre as histórias de vida de pessoas que se encontram em risco de situação de sem abrigo, contribuindo para a compreensão das representações sobre a sua carreira de sem-abrigo, para utilizar um conceito caro a Howard Becker (1963) e a Anselm Strauss (1971).

Nos últimos anos, o Porto tem enfrentado transformações sociais, económicas e urbanísticas significativas, principalmente devido à gentrificação e turistificação, que resultaram em investimentos imobiliários em áreas degradadas e no aumento dos preços da habitação, afetando grande parte da população (Barbosa & Lopes, 2021). Esses processos intensificaram os desafios relacionados com a pobreza e a exclusão social já existentes na cidade.

Diante disso, surgiu a necessidade de desenvolver uma reflexão sobre a situação de sem abrigo no Porto, uma questão central no contexto da exclusão social urbana. A iniciativa foi desenvolvida em colaboração com os Albergues do Porto, uma instituição que acolhe pessoas em risco de exclusão social e, particularmente, as que se encontram em situação de sem abrigo. As histórias recolhidas referem-se a indivíduos atualmente residentes nos centros de alojamento temporário da instituição.

Foram realizadas oito entrevistas individuais nas instalações dos Albergues do Porto, resultando na exposição intitulada “Histórias (In)visíveis”<sup>5</sup> com o objetivo de promover a reflexão e a visibilidade pública da problemática em causa. A exposição virtual apresentou as oito histórias de vida em formatos textual e audiovisual, enquanto a exposição física foi inaugurada na Galeria Alberg’arte (pertencente aos Albergues do Porto) e contou com a presença de um público alargado, entre os quais se incluíram aqueles que partilharam as suas histórias de vida, as duas entidades parceiras e ainda um conjunto de representantes do poder local.

Foi possível perceber, no cruzamento das histórias, que a carreira de sem-abrigo não é tão linear quanto as propostas do interacionismo simbólico

5 Ver mais em: <https://museudapessoa.org/colecao/historias-in-vis-veis/>

possam pressupor, existindo avanços e recuos, embora o processo que conduz à situação de sem-abrigo (amiúde uma categoria que obnubila as múltiplas dimensões dos percursos) possua um cariz cumulativo (somam-se e cruzam-se contextos, estrangimentos e possibilidades) onde reverberam as ações e omissões das políticas públicas<sup>6</sup>.

### **3. Da sociologia para a sociedade: contributos para um maior diálogo**

Para além da construção de um repositório de dados qualitativos, útil para fins científicos, o Núcleo tem também o propósito de estreitar a relação entre academia e a sociedade, apresentando-se como um meio de diálogo entre ambos onde trocas reflexivas e analíticas se estabelecem reciprocamente. A sociologia não se limita a um estudo abstrato; ela é uma prática que deve ter efeitos sociais tangíveis e que implica, por isso, um compromisso com a sociedade. A sociologia tem a capacidade de desenvolver uma reflexividade constante sobre a vida social, procurando um conhecimento aprofundado e crítico sobre ela, assim como de se relacionar com o desenvolvimento de uma consciência social (Giddens, 2013). Tal como Michael Burawoy defende, esta disciplina terá muito a ganhar se favorecer a transformação do conhecimento que produz em práticas emancipatórias, o que só se consegue “encorajando a discussão pública” (Burawoy, 2021, p. 208) sobre os seus resultados.

As histórias de vida, por se construírem em torno de narrativas individuais, nas quais existe espaço para uma reflexividade intensa (Caetano, 2016), considerando a diversidade e multidimensionalidade dos fenómenos sociais que se combinam naquela que é uma trajetória pessoal, permitem

à sociologia perscrutar os vários fios do social. O uso desta ferramenta enquanto técnica de recolha de dados para a reflexão sobre as desigualdades sociais, tal como o Núcleo se propõe fazer, permite desenvolver aquilo que Mills (1969) designou de “imaginação sociológica” e que remete para a consciência de compreender a história, a biografia e as relações entre elas, no interior de uma dada sociedade, constituindo-se como a qualidade intelectual mais importante e que deve ser considerada prioritária pelos cientistas sociais na prática de tornarem problemas aparentemente individuais em questões públicas.

Este diálogo entre academia e sociedade, no âmbito do Núcleo, faz-se assim através da promoção de uma maior consciência sobre as desigualdades sociais, mas também através de práticas concretas que colocam o Instituto de Sociologia num contacto mais aprofundado com as populações envolvidas. Enquanto projeto de extensão universitária, o Núcleo envolve a ligação do conhecimento científico, do ensino e da investigação sociológica com as comunidades, fora das ‘fronteiras’ da universidade (European University Association, 2021), permitindo a introdução e desenvolvimento de transformações sociais.

Neste sentido, um dos objetivos do Núcleo diz respeito à construção de dinâmicas ativas de envolvimento com as comunidades e tem-se procurado atingir este objetivo a partir de três vias principais. A primeira tem a ver com a procura, a par da recolha das histórias de vida, de outras atividades participativas com as comunidades envolvidas, da qual é exemplo a construção colaborativa de elementos constitutivos das exposições físicas ou da peça de teatro. A segunda diz respeito ao estabelecimento de parcerias com entidades que atuam localmente, sendo esta uma questão fundamental, pois é a partir destas que se consegue uma maior aproximação com os territórios e as redes sociais efetivamente implantadas, alcançando outros recursos que alargam a capacidade de execução destas iniciativas. E a terceira remete para a própria realização de exposições físicas, tendo-se a preocupação de que estas se realizem em espaços próximos e significativos para as pessoas envolvidas.

6 Importa salientar o papel das notícias da imprensa sobre a exposição que contribuem para os objetivos desta atividade de extensão e deste dispositivo de produção de conhecimento – como é exemplo o artigo publicado no jornal Público a propósito da exposição: <https://www.publico.pt/2023/10/25/local/noticia/vida-jose-rui-isabel-gustavo-deu-volta-hoje-exposicao-2067915>

Um outro objetivo do Núcleo, que se relaciona também com a importância dada à relação academia-sociedade, remete para a divulgação de informação e conhecimento, numa relação aberta e transparente com a sociedade civil mais alargada. Esta divulgação tem sido feita fundamentalmente a partir de duas vias: por um lado, através de uma disseminação das iniciativas desenvolvidas na sociedade, usando tanto os tradicionais como os novos meios de comunicação social e usufruindo das complicitades e recursos da rede de parceiros, por outro lado, através do lançamento de publicações, dentro ou fora da comunidade científica, e que surjam das reflexões e análises emergentes da recolha de dados feita através das suas iniciativas.

## Conclusão

No primeiro ano de atividade do Núcleo IS-UP do Museu da Pessoa, foram acumuladas experiências valiosas que destacam a relevância das histórias de vida na prática sociológica e na relação com a sociedade. Essas histórias oferecem dados qualitativos profundos e multidimensionais sobre desigualdades e vulnerabilidades sociais, permitindo uma análise que abrange escalas individuais, institucionais e estruturais. Além disso, facilitam uma reflexão alargada e partilhada sobre essas desigualdades e seus impactos nas políticas públicas.

O Núcleo, enquanto atividade de extensão, tem sido crucial para fortalecer a conexão entre o Instituto de Sociologia e a sociedade civil, instituições e comunidades, especialmente na Área Metropolitana do Porto e no Norte de Portugal. O trabalho com diversos territórios e desigualdades sociais demonstra o potencial transformador do Museu da Pessoa para promover diversidade, inclusão e uma maior compreensão da sociedade portuguesa. O Núcleo amplifica a voz de grupos frequentemente invisibilizados, valorizando suas experiências através da sua participação enquanto cocriadores de um processo de auto e hétero conhecimento.

Sendo a atualidade portuguesa marcada por fortes desigualdades sociais, económicas, territoriais e culturais, surgem constantemente novos desafios à imaginação sociológica. O uso que o

Núcleo IS-UP do Museu da Pessoa faz das histórias de vida emerge, assim, como uma possibilidade de entrar nos processos de construção e disputa das memórias, sem paternalismos providenciais ou veleidades de porta-voz, mas com a consciência aguda de que, na assimetria de poder que caracteriza estruturalmente a nossa sociedade, há grupos e classes que conseguem impor, universalizar e naturalizar a sua versão dos acontecimentos (Godinho, 2024). Urge, pois, entrar no debate, amplificando a possibilidade vozes outras e diferentes histórias serem escutadas.

## Referências Bibliográfica

- Barbosa, I. & Lopes, J. T. (2021). Descodificar as paredes da cidade: da crítica à gentrificação ao direito à habitação no Porto. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXXVIII, 6-9.
- Becker, H. (1963). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. Free Press Glencoe
- Bertaux, D. (2021). A utilização das narrativas de vida numa perspetiva socio-etnográfica. *Sociologia On Line*, 27, 11-30.
- Burawoy, M. (2021). *Public Sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Caetano, A. (2016). *Pensar na Vida. Biografias e reflexividade individual*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Costa, A. F. (2001). *Sociologia*. 3ª ed. Coimbra: Quimera.
- Elias, N. (1993). *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: D. Quixote.
- European University Association. (2021). *Universities without walls: A vision for 2030*.
- Ferrarotti, F. (1991). Sobre a autonomia do método biográfico. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 9, 171-177.
- Galvanese, M. & Lechner, E. (2015). Pesquisa partilhada e a construção de conhecimentos: oficinas biográficas com imigrantes em Coimbra. In Lechner, E., Rostos, Vozes e Silêncios. Uma pesquisa colaborativa com imigrantes em Portugal (coord.). Coimbra: Almedina, 265-300.
- Giddens, A. (2013). *Sociologia*. 9ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Godinho, Paula (2024). "Mais abafadas do que esquecidas: sombras perenes e memória coletiva da Reforma Agrária. In Loff, M. & Cardina, M., 25 de Abril. *Revolução e mudança em 50 anos de Memória*. Lisboa: Tinta da China, 153 - 181.
- Lahire, B. (1998). *L'Homme Pluriel. Les Ressorts de l'Action*. Paris : Nathan.
- Lahire, B. (2002). *Portraits Sociologiques. Dispositions et Variations Individuelles*. Paris : Nathan.
- Lahire, B. (2012). *Monde Pluriel. Penser l'Unité des Sciences Sociales*. Paris : Seuil.
- Lechner, E. (2015). Rostos, Vozes e Silêncios. Uma pesquisa colaborativa com imigrantes em Portugal (coord.). Coimbra: Almedina.

- Lopes, J. T. (2023a). *Elas – percursos «inesperados» de jovens mulheres das classes populares*. Porto: Tinta da China.
- Lopes, J. T. (2014). Retratos sociológicos: dispositivo metodológico para uma sociologia da pluralidade disposicional. In: Torres, L. & Palhares, J. A. *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais da Educação*. V. N. de Famalicão: Húmus, 99-112.
- Lopes, J. T. (2023b). Um futuro para as memórias que são presente. In J. T. Lopes e S. Pinheiro (Orgs.), *Memórias com futuro: o olhar da sociologia sobre as atividades mineiras do Pejão e Regoufe* (1ª ed., pp. 73-75). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.
- Madeira, R. & Medon, L. (2023). Vila Flor no feminino – Histórias de mulheres portuguesas do interior. *Revista Memória Rural*, Nº 6, Câmara Municipal de Carraceda de Ansiães, <https://museudamemoriarural.pt/revista-memoria-rural-6-2023/>
- Mills, C. W. (1969). *Imaginação Sociológica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Pinto, J. M. (2004). Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 11-31.
- Silva, A. S. & Pinto, J. M. (2014). Uma visão global sobre as ciências sociais. In Silva, A. S. e Pinto, J. M. (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (16ª ed., pp. 9-27). Porto: Edições Afrontamento.
- Strauss, A. L. (1971). *Professions, Work and Careers*. San Francisco: Sociology Press.

**Catarina Figueiredo** Licenciada e Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foi bolseira de investigação no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Atualmente é doutoranda em sociologia no ISCTE e colaborou no Núcleo IS-UP do Museu da Pessoa. Email: [figueiredo.catarina.1999@gmail.com](mailto:figueiredo.catarina.1999@gmail.com).

Ciência ID:  
<https://www.cienciavita.pt/portal/901A-350B-545D>

**Leonor Medon** Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, frequenta atualmente o Mestrado em Sociologia na mesma instituição. É Bolseira de Investigação no IS-UP, onde integra projetos nas temáticas da cultura, desigualdades, memória, juventude e intervenção comunitária. Participa desde 2022 no Projeto Museu da Pessoa.

Email: [lmedon@gmail.com](mailto:lmedon@gmail.com).  
Ciência ID:  
<https://www.cienciavita.pt/portal/9F16-ADFA-B20D>

**João Teixeira Lopes** Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Coordenador do Instituto de Sociologia da mesma Universidade. Tem publicado nos domínios das desigualdades sociais, educação, cultura e estudos das crianças. Email: [jmteixeiralopes@gmail.com](mailto:jmteixeiralopes@gmail.com).

Ciência ID:  
<https://www.cienciavita.pt/portal/0116-680D-C431>

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 15 de março de 2024. Aprovado para publicação a 2 de setembro de 2024.



## “GO BACK TO YOUR LAND”? A CRITICAL OVERVIEW OF RACIST DISCRIMINATION IN PORTUGAL

Yasmine Loza  
Universidade Portucalense

### Abstract

In the current contextual climate, the phenomenon of racial discrimination in Europe is prevalent across media, politics and education in the international community and EU societies seeing more of the global South within the global North. Racist discrimination is not limited to the EU and is based on gendered, racialised, ethnic/religious and other sociocultural markers reproducing difference. Structural apparatus of bias must, arguably, be considered and treated as an urgent societal issue in EU communities. This thematic overview discusses some of the perspectives of racism and other segregation in the EU and scopes records of discrimination within the Portuguese context to highlight the sociopolitical and legal urgency to acknowledge and counter racist prejudice in its overt and covert forms. The paper traverses across literature on racism in the EU, outsider-within experience, and EU records in Portugal to critically reflect to what extent the EU contains the global South within its colonial lingers and contribute to research on racial discrimination in EU societies towards anti-racist commitments across Europe.

**Keywords:** Racial Discrimination, Portugal, Critical Race Theory, Identity, Racism, EU

## “VOLTA PARA A TUA TERRA”? UMA VISÃO CRÍTICA DA DISCRIMINAÇÃO RACISTA EM PORTUGAL

Yasmine Loza  
Universidade Portucalense

### Resumo

*No atual contexto, o fenómeno da discriminação racial na Europa é prevalente nos meios de comunicação, na política e na educação, tanto na comunidade internacional como nas sociedades da UE, que estão a ver mais do Sul global dentro do Norte global. A discriminação racista não se limita à UE e baseia-se em indicadores de género, racializados, étnico/religiosos e outros socioculturais que reproduzem a diferença. Os mecanismos estruturais de preconceito devem ser considerados e tratados como uma questão social urgente nas comunidades da UE. Esta visão temática discute algumas das perspetivas sobre o racismo e outras formas de segregação na UE, e analisa registos de discriminação no contexto português para destacar a urgência sociopolítica e legal em reconhecer e combater o preconceito racista nas suas formas explícitas e implícitas. O artigo percorre a literatura sobre racismo na UE, a experiência do “estrangeiro de dentro” e registos da UE em Portugal para refletir criticamente até que ponto a UE contém o Sul global nos seus resquícios coloniais, bem como contribuir para a investigação sobre discriminação racial nas sociedades da UE em direção a compromissos antirracistas em toda a Europa.*

**Palavras-chave:** Discriminação Racial, Portugal, Teoria crítica da raça, Identidade, Racismo, UE

## Introduction

The diffusion of fear and stereotypes of the ‘other’ from historical narratives until the contemporary period display systematic power imbalances which somehow reinforce the EU identity while exacerbating inequalities. Racism occurs across socially embedded distinctions interwoven between gender, race, ethnicity, religion, nationality, orientation, disability, cultural and socioeconomic markers. Racist and sexist ideologies mutually treat dominated groups—the “others”—as objects lacking full human subjectivity (Collins, 1986, p. 18). In the EU, discourses of selective supremacy are reinforced across societal frameworks and echo in international architectures and policies of human rights. These reproduce and subject non-Europeans, non-White, non-Westerns, into interlocked webs of racial prejudice if, and when, recognised, represented and subjected to embedded systems of social classification and differentiation in socio-political and legal spheres.

Yet, it is proclaimed by the EU that “racism strikes at the heart of EU values” (European Commission, 2020:25). For the conceptual purpose of this paper, discrimination is defined as any distinction, exclusion, restriction, preference, or unequal treatment directly or indirectly manifested and impairing fundamental freedoms and human rights in the political, economic, social, cultural or any other field of public life (Statistics Portugal, 2023: 30). Racism and racist discrimination are defined according to Council of Europe’s European Commission against Racism and Intolerance (ECRI), as signifying the belief that a ground such as “race”, colour, language, religion, nationality or national or ethnic origin justifies contempt for a person or a group of persons, or the notion of superiority of a person or a group of persons (European Commission, 2020). Identities are not singular and intersect across social markers and discrimination thus impacting each person in different ways depending on their situated location (Crenshaw, 2013) and the societal and individual beliefs acquired about their relational social category and cultural (dis)empowerment.

The EU has taken steps towards eliminating discrimination with the UN, funding apparatus fighting

racism and advocating for “equality and solidarity for all in Europe” (ENAR, 2023). It is proclaimed that simply being against racism does not suffice as what is needed is to be actively against it, and Portugal is one of the member states that agreed to tackle racism on national grounds (European Commission, 2020). Racism and the perpetuation of racist discourses, although being consistently challenged and resisted in these realms, remain. In the context of the EU, mobilising anti-racism as a project within the larger realm of EU integration reinforces apparatus of European imperialism (Muller, 2021:16), as EU identity is secured through the insecurity of its ‘others’. Deep issues are observed by a universalizing approach to anti-racism (Ibid.).

Portugal, former coloniser power, in the early 1930s had the world’s third largest colonial empire behind only the United Kingdom and France, occupying a significant area of Africa and some smaller colonies in Asia (Gonçalves, 2021:3). Since then, Portugal has contemporarily seen several recent moments where the media has shed light on instances of racism and politics of hate against non-Portuguese people, Afro-Portuguese people, Roma people, immigrants, refugees and other racial minorities. Such attacks included: the police physical assault of a black woman who did not have a bus ticket; the racist slurs shouted at a Porto football player from Mali, who abandoned the match; and the murder of a black actor, shot four times by a neighbour shouting racist abuse. There were also acts of intimidation (e.g., silent vigil outside the NGO SOS Racismo, symbolising a Ku Klux Klan parade) and attacks against property (e.g., swastikas and racist slurs graffitied outside SOS Racismo). This can be traced to the rise of the far-right political party Chega, which gained its first seat in parliament in the October 2019 general election, and 12% of the votes in the 2021 presidential election. Recently, in 2024, a fragmented parliament became evident in Portugal’s recent election, where third place finisher, Chega’s seat count quadrupled from 12 to 48 caused shock across the continent (Kassam, 2024). Chega’s racist and xenophobic discourse has encouraged hatred and violent attacks against ethnic

minorities and people of colour in Portugal, conveying the dangers of populist and racist political discourse from the far-right parties (Casquilho-Martins et al. 2022:13).

Despite the presence of several organizations and government bodies including but not limited to: Portuguese Association for victim support (APAV), Commission for equality against racial discrimination (CICDR), and SOS Racismo working against racist discourse, the dramatic increase in racial violence and discrimination over the past years has been considered a country failure in addressing racism through its politics of denial. Despite their presence, these organisations' capacities are limited, and more is needed to be done across societal realms to raise awareness, lessen hate and increase societal security in Portugal for all, through inclusive reparations for historical wrongs towards peace and security within and across EU communities.

### Outsider-within

While policy and organisational records provide statistical data, institutional and quantitative data is often limited to sample. Mechanisms of mistrust in societal apparatus may contribute to hesitation to discuss racial stigma and impact data on racial discrimination. The outsider within standpoint of women and racial minorities, one of many distinct groups of marginal intellectuals enriches contemporary sociological discourse (Collins, 1986). This portrays layered identities shifting their positioning from marginal and irrelevant to critical and central to decolonise harmful knowledge canons. It is argued that "racism sustains and rearticulates sexism" and that "in the case of Black women, race does not exist outside of gender and gender does not exist outside of race" (Parker & Lynn 2002:12). Despite the mere social construction of race or gender, these continue to be core significant markers in our world (Crenshaw, 2013: 1296). Differential racialisation is the notion of intersectionality and anti-essentialism; that no person has a single, easily stated unitary identity" (Ibid.). Women are most affected due to multiple markers

of inequality such as gender and race combined, facing double patriarchies (Loza, 2023). Different identities and individuals' intersectionalities lead to diversely varying ways of experiencing reality in interlocking webs of oppression (Collins, 1986). In Portugal, the phenomenon of discrimination affects women (17.5%) more than men (14.5%), as well as younger people, aged between 18 and 34 (18.9%) (Statistics Portugal, 2023: 24).

As an Egyptian arriving to study in Coimbra in 2012, at 21 years of age for a UN Alliance of Civilisations Summer School discussing these very matters, the first taxi driver I encountered upon arriving at Rede Expressos bus station weeks later, in my first visit returning from Lisbon back to Coimbra, greeted me with a disdain for my inability to speak Portuguese rather than warm welcome. As a polyglot, when I tried to communicate saying good evening and my destination in English or French, the western languages I know, not my mother tongue due to my own education and knowledge that people will not speak Arabic here, he was quick to shout: "estamos em Portugal, fala Portugues, c\*\*\*\*\*". This translates to 'we are in Portugal, speak Portuguese... followed by what I later learned was a common curse word used for emphases. It was scornful. It remains clear in my memory. With an understanding of languages, I understood what he wanted to say. Foreigners are not welcome unless they speak Portuguese. Erase your roots. We only speak one language. In this and more instances, I saw indirect and direct racism towards myself and others, in speaking of other nationalities, outsiders, like in any other country.

I was even more surprised to see racism by a worker in Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), what was back then the local foreign residence office to renew my residency also regarding language, incapacity to speak English, speaking fast Portuguese in a scornful way. Looking down on every client she encountered. Deriving a thrill of her rudeness. Abusing administrative power in a corrupt, unprofessional way. To need a lawyer just to be able to book an appointment or have a witness to the racism, having a Portuguese lawyer by my side to legitimately renew my residence

is racism. I, myself, should have been treated with respect, and full human dignity. My case is not as bad as they unfortunately get. SEF has been closed since closed due to corruption and discrimination, after the death of a Ukrainian citizen in Lisbon airport, Ihor Homeniuk, who was physically assaulted by SEF guard in 2020. Insisting on speaking the language without being welcoming enough to speak another may be an act of neocolonialism. It could also be because they did not speak another language, but how then, is your work to deal with newcomers, with foreign residents? In Egypt, tourists are met in their languages as people in the tourism and transport sectors have had to learn to accommodate foreigners. No foreigner is expected to speak Arabic upon arrival in Egypt. Perhaps this is a colonial linger?

Many years later, living in Coimbra for almost a decade, as I was walking my dog in my neighbourhood, a local bag shop worker in Baixa, thinking I am Spanish, followed me to my place shouting, “go back to your land” after many days of the death stare just for me being, existing, walking in the society I live with my terrier who lives forever in my heart. The persecution felt for doing nothing harmful to society is a memory I tried to depersonalise and dissociate from. Threatening me, following me home, to call the police, for nothing. I was shaken by the attempted intimidation and said, “call the cops, I live right here”. Say my dog urinates in the street. It was not even near any shops. By then I knew enough Portuguese to say that and shut my door. What kind of abuse is this, following me home, yelling? My dedication to pick-up after my dog (never did not, I abide by the law), was credited by another neighbour and even posted on his blog as an example to Portuguese people. She was clearly being racist, communicated by her slurs. I tried not to take these moments personally, but how could I not? Is it not personal when it is about your accent, appearance, cultural identity, your roots? Thinking I am from a neighbouring country, a European country, I was treated like this, showing the implications for people thought to be from the global South and all foreigners alike.

Censorship of racist experience casts a veil on them. Researching racism allows for societal

trajectories to be exposed. Of course, most people in Portuguese society were friendly and kind, many spoke English and when do not, are helpful in speaking slowly and explaining the language. While the actions of some do not speak for all, racist encounters reveal how racial prejudice bellows and echoes in Portuguese streets and communities. Only by asking how and why, racism begins to be cured, to remove the spread of societal disease. Most Portuguese people have been welcoming and helpful in learning Portuguese, keen to learn about my cultural roots and mystified by Egypt’s rich history. The few examples do not represent the Portuguese population and different people experience racism in different ways, moments and levels. These examples, among many, however, have resonances in everyday society. Direct accounts of racism may be used as scientific data about racism to shift the perspective from which we acquire information and lessen the chances of further discrimination in having these voices heard. These examples may be a representation of colonial lingers in Portugal, and they certainly stand against the idea that Portugal is not a racist country.

### **Critical race theory and racism in Portugal**

Critical race theory (CRT) is explored as a crucial point of departure to the epistemological choices informing the work. CRT, emerging from legal studies, informs that attempts to address and eradicate racial inequities must be grounded in the socio-historical legacy of racism (Delgado & Stefancic, 2001). This is a socially transformative theory which is understood as a process; constantly evolving as a methodological, conceptual and theoretical movement (Taylor, 1998). It disrupts and challenges racism in education (Solórzano, 1998) and other sectors, and thus is continually developing (Rema & Darquillius, 2017). CRT can be informed by other multidisciplinary areas such as sociology, psychology and political science scholarship.

Central to CRT is the understanding that how groups and subgroups are framed determines (dis)

empowerment (Delgado & Stefancic, 2001: 55). More than 1.2 million people (16.1%) have experienced discrimination in Portugal, most felt by people who identify themselves as gypsy (51.3%), black (44.2%), mixed origin or belonging (40.4%), women (17.5%), younger people (18.9%), highly educated (18.3%) and the unemployed (24.9%) with over 4.9 million people (65.1%) believing that there is discrimination in Portugal and 2.7 million (35.9%) who witnessed it (Statistics Portugal, 2023). Discrimination is thus felt across societal margins and its presence can no longer be appropriated or ignored. To introduce anti-racism action in the recruitment process, for example, mandatory training on unconscious bias for human resources professionals will be adopted (European Commission, 2020: 24). Before professionals reach the workforce, education of young people and Portuguese national school curricula should be urgently revisited.

CRT has “emerged from the legal arena to uncover the deep patterns of racial exclusion” (Parker & Lynn, 2002:12) and acknowledges the nuances in race and understandings of racial discrimination. CRT calls for multidisciplinary approaches across sociological, geopolitical and legal terrains to examine discriminatory frameworks which increase insecurity for certain groups in society. Since these exist across cultural landscapes, multilayered levels of identity and societal apparatuses, they must be investigated, and tackled, through diverse contextual locations. Representations on the relations between colonisers and colonised people may be lingering in contemporary relations between host societies and immigrants (Vala et al., 2008: 300). CRT is relevant to the Portuguese context to critically assess patterns of discrimination in EU societies, regarding EU minority national and immigrant identities to address the colonial ‘aftermath’ and whether colonialism simply took different names and approaches rather than finished. About 60,000 Ukrainian refugees had been welcomed into the country in 2022 (CERD, 2023) among other immigrant and refugee influxes including Syrian, Sudanese, Brazilian, Pakistani, and more.

Luso-tropicalism abstracts the impact of Portuguese colonialism somewhat praising Portuguese

colonial relations, to say that the Portuguese were ‘better’ colonisers than other EU nations. Can we derive conclusions on colonial relations from ex-colonisers’ top-bottom perspectives? Do these echo colonial tendencies and reinforce overt and covert discrimination? One of the greatest signs and catalysts of systematic racism is the denial of prejudice in Portuguese society (Lisboa Acolhe, 2022). Evidence conveys that the luso-tropicalist representation about colonial relations may protect Portuguese against the public expression of overt prejudice but does not protect them from new and hidden forms of prejudice, such as covert cultural inferiorisation (Vala et al., 2008: 300). Racism has also been evident in Portuguese football, where male players are most subjected to racism, especially during games (Neves et al., 2023: 11).

Abstractions of the understanding and analysis of racial discrimination include the weight of every instance of violence, how it is dealt with, and how it resonates to a larger scope and range less directly albeit strongly. There are direct and indirect resonances of discrimination whereby an instance of direct violence against a group or individual based on ideological reasoning reinforces “waves of harm” (Iganski, 2001) and vulnerability to other people from that group, due to its’ psychological, social and political consequences on other members, and people seeming to belong to the group. The vicious cycle of mistrust also implies that numerous victims of racial discrimination suffer in silence or blame themselves for their predicament (Delgado & Stefancic, 2001:43). This mirrors how groups perceive societal apparatus would treat them and induces internalised burden, responsibility and self-censorship of racist experiences due to societal structural censorship. Racist police brutality and hate speech by political parties has increased and circulated in online and offline spaces (Casquilho-Martins et al. 2022:13), shifting the symbol of police, supposedly the first in contact to keep the peace and enforce the law, for minorities. Only 8.8% people reported contacting authorities following the situations of experienced discrimination (Statistics Portugal, 2023: 26). There are several criticisms of how the state pretends to evade racism including some political

narratives which are circulated and legitimated in academic discourse. These contribute to the self-assuring idea of the country as modern and developed, by overemphasizing immigration and downplaying emigration in Portuguese society, in addition to the implication of demographic changes and institutional responses, with the false presumption that making difference visible, is a sufficient achievement (Araújo, 2013:27).

There is a critique of the production of evidence and the means of proof of racism. The question prevails about the lack of reconstructive knowledge about the reality of racial discrimination. The recurrence of testimonials or defensive documents based on experiences or personal relationships: “I have African friends”, asks whether these statements are significant in the analysis of racial discrimination as proof of it. The absence of direct accounts of racism contributes to the silencing gap and ‘racist mechanisms of speaking about racism’. Rather than being anti-racist; the systemic denial and perpetuation of racism through racist language increases the problem and diminishes the voices of victims further. The recommendation for more mechanisms denouncing discriminatory practices, accessible to all and education on xenophobia is critical in the Portuguese context (Casquilho-Martins et al. 2022: 15) to unlearn the normalisation of racism in society and uncover racism for the social injustice that it is.

Critics of CRT claim that its legacy has “completely transformed the nation’s schools into sites of Marxist conflict, pitting whites against minorities, the wealthy against the poor” (Pesta, 2021:23) or that CRT scholars are socialised by the ideological apparatuses of the West (Mocombe, 2017:84). These dichotomies arguably seek to ignore while cementing racism. Choosing not to focus on the significance of racial discrimination is a symptom of privilege while normalising racism as a normative apparatus in the EU is hypocritical at best. While CRT theorists may use western channels to resist racist apparatus within them, assuming reproduction of racist discourse by people of the global South reproduces the unequal grounds on which theories are made. This sustains and tries to steer its direction and possess critical anti-racist

discourse too, itself a racism. Anti-racism must be channelled through the same channels reproducing racism to counter public discourse of differentiation, preference and hostility.

Scholars have considered CRT’s main principle is that racism is ordinary and not exceptional which makes racism hard to detect, much less address, and means that formal rules that demand colourblind treatment will be able to remedy only the most flagrant forms of it (Delgado & Stefancic, 2007:136). This implies that racism, in its more subtle, covert forms, is undetected and thus understudied and remains largely unchallenged. Moreover, the social construction of race and shared traits attributed to different groups implies a hegemonic division which is unrealistic. Shared traits across identities must be revealed as studies show that more genetic variation occurs within races than between them (Ibid.:137). Why then does racism go beneath the surface and why does it exist at all?

There are variances in subtle and blatant acts of racism, in access to Portuguese nationality for example or recognition as equals. Exclusion of Roma is evident in discourses inhibiting Ciganos from the possibility of fully exercising their citizenship, discriminating Roma by political proposals and speeches of a racist and xenophobic nature (Casquilho-Martins et al. 2022: 8). Combating structural racism would help all individuals in society across group affiliations to lead dignified lives. More investment is needed in actions towards empowerment, combating antigypsism, and rethinking national strategies, so that effective integration is achieved (Magano & D’Oliveira, 2023: 10) and other minorities.

Racist violence is said to be a “problem of public order, like normal crime, but it is also a problem of social cohesion” (Bleich, 2007:161). In this way, the sentiments, emotions and experiences of “victim groups and society as a whole are extremely important measures of policy effectiveness” (Bleich, 2007:161). Despite policies enforcing education for minorities such as Roma children, the “overall enrolment rate of Roma pupils at 3rd cycle and secondary education level is still low and remains at 18,6 % and 2,6 % respectively” (ECRI,

2022: 6). The lack of integration in Portuguese schools of minorities at an early age is conveyed, where other students may reflect societal and family views which prejudice against Roma people and may contribute to bullying. Furthermore, students may not see themselves represented by teachers. Lack of teacher attention, or belief in pupil success could also contribute to how children feel going to school and incentives to drop-out. On the other hand, Roma families may feel ostracised by society or that Portuguese culture and education may differ from their own standpoints, so they may allow children to drop out, realising they will never be fully integrated and perhaps, not wanting to be integrated to preserve their cultural identity and not have to erase it, or appropriate it, to be included.

Contemporarily, power must be used in “addressing racism in the criminal justice system, increasing voting power and political representation, combating hate speech, and striving for recognition of language rights” (Delgado & Stefancic, 2001:113). The reflection of inclusive definitions of racism and racist violence in different national state legislations differs and thus impacts the data claiming to reflect statistics. The voice of victims is critical to work as it embraces a grass-roots approach to understanding the process of discrimination. It is important to ask whether “targeted groups feel like they are included and respected by the state, or do they feel isolated and vulnerable? Do citizens of the country feel united, or do they feel divided by race, ethnicity, religion, or national origin?” (Bleich, 2007:161). Racial profiling must be heavily assessed through the lens of CRT and the interlinking dynamics between racism and its recurrences, EU societies apparently standing against it, and direct accounts of experiences of racism through diverse channels of recognition and equality.

## Conclusion

The discussion on crime legislation of racial discrimination has advantages and disadvantages regarding how crimes of prejudice are dealt with, whether it is clearly rejected or ambiguously

overlooked. This would positively increase awareness on racial discrimination for national actors, such as politicians, teachers and legal professionals and thus improved responses. In Portugal, from 2017 to December 2022, over 2,300 complaints had been received, which doubled from the preceding 12 years, possibly explained by increasing awareness on discrimination (CERD, 2023), and may also reflect growing racial discrimination. Increased visibility would also enhance research and statistics in national and regional records. In addition to impacting people from other ethnic, religious and racial minorities and people seeming to be from such minorities in different non-linear ways, a crucial point to consider in intersectionality is the relationship between racial and gender discrimination. Implications of future research should encompass a wider theoretical spectrum in frameworks “related to race and the widening of the lens to take into account other perspectives besides the Black-White paradigm” (Parker & Lynn 2002: 17). This also includes other aspects of sociocultural identity such as class, nationality, EU or non-EU member immigrant, appearance and its connotations in the EU, etc. towards more multi-layered discussions in research to mirror diverse communities and intersectionality in the Portuguese context and in Europe.

The occurrences, reportage, legislation and repercussions of racism in national apparatus, civil society, educational and media realms may systematically counter racism by asking how it may be learned and unlearned at school, in the streets and in the home and seek to decolonise the curricula of these apparatus. By the end of nineteenth century and first three decades of 1900s, given the specific imperial situation in Portugal at the time, race was seen through the conceptual lenses of evolution, the role of the environment in social and biological transformation, and discourses of civilisation (Cleminson & Duarte, 2023:129). Civilising ‘missions’ impose discrimination and inequalities, and abuse people and societies while blaming them for their abuse, typical of narcissistic empires which can only be defined through their oppression of selected ‘others’. The politics of recognition must be considered crucial in shaping how

discourses of racial discrimination and violence are understood, and correspondingly resisted or validated, when reproducing cultural superiority and disregarding African agency (Ibid.).

The different sources identifying racist hate therefore largely depend on how race and racism are understood in Portuguese society and the EU, and transparent recognition of the existence of racism in Portugal. This implies that the history of Portugal, for the purposes of this concept, cannot be overlooked. The structural languages which may invisibilise and silence victims' accounts are mostly based on the denial of racism in Portugal and the lack of a true understanding of the origins and mechanisms perpetuating racist discrimination and bias. Investigating how identity markers intersect, in affirmations about any discourse about identity, must ask and acknowledge how our identities are constructed through the intersection of multiple dimensions? (Crenshaw, 2013:1299) Similarly in racist and anti-racist discourse, to decolonise hegemonic gazes and treatments, diversity in EU identity must be embraced across societal, political, legal and educational spheres in Portugal and the EU.

## Acknowledgements

This research is developed within the framework of the activities carried out by the R&D Unit No. 4112 – Portugalense Legal Institute (IJP), under the Contract-Program UIDB/04112/2020, funded by the Portuguese Foundation for Science and Technology, I.P. (FCT).

## References

Araújo, M. (2013). Challenging narratives on Diversity and immigration in Portugal: The (de)politicization of colonialism and racism. *Migrant Marginality*, 41-60. <https://doi.org/10.4324/9780203549704-9>

Bleich, E. (2007) “Hate Crime Policy in Western Europe: Responding to Racist Violence in Britain, Germany and France.” *American Behavioral Scientist*, vol. 51, no. 2, 2007, pp. 149-165., <https://doi.org/10.1177/0002764207306047>.

Casquilho-Martins, I, Belchior-Rocha, H, & Alves, D. (2022). “Racial and Ethnic Discrimination in Portugal in Times of

Pandemic Crisis,” *Social Sciences*, MDPI, vol. 11(5), pages 1-19, April.

CERD. (2023) “Portuguese Public Ministry (MP).” UN International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination, Committee on the Elimination of Racial Discrimination (CERD), 21 Apr. 2023, CERD/C/SR.2967. [gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/cerd-sr1447.pdf](https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/cerd-sr1447.pdf).

Cleminson, R., & Duarte, D. (2023). Anarchism, colonialism and the question of “race” in Portugal (c.1890-1930). *Journal of Iberian and Latin American Studies*, 29(1), 115-135. <https://doi.org/10.1080/14701847.2023.2178169>

Collins, P. H. (1986). Learning from the outsider within: The sociological significance of Black feminist thought. *Social problems*, 33(6), s14-s32.

Crenshaw, K. W. (2013). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In *The public nature of private violence* (pp. 93-118). Routledge.

Delgado, R., & Stefancic, J. (2001). *Critical race theory: An introduction*. New York: New York University Press.

Delgado, R., & Stefancic, J. (2007). Critical race theory and criminal justice. *Humanity & Society*, 31(2-3), 133-145. <https://doi.org/10.1177/016059760703100201>

ECRI. (2022) “ECRI Conclusions on the implementation of the recommendations in respect of Portugal subject to interim follow-up” European Commission against Racism and Intolerance (ECRI), Council of Europe, 2 Dec. 2022, [www.coe.int/en/web/european-commission-against-racism-and-intolerance/portugal](https://www.coe.int/en/web/european-commission-against-racism-and-intolerance/portugal).

ENAR. (2023) Annual Report 2023, European Network Against Racism (ENAR), 2023, [enarfoundation.eu/uploads/attachments/c1llkxp6kt2lvqu0v91ojydzj4-ef-annual-report-2022.pdf](https://enarfoundation.eu/uploads/attachments/c1llkxp6kt2lvqu0v91ojydzj4-ef-annual-report-2022.pdf).

European Commission (2020) “A Union of Equality: EU Anti-Racism Action Plan 2020-2025: Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, Economic and Social Committee and Committee of the Regions.” European Economic and Social Committee, 18 Sept. 2020, [www.eesc.europa.eu/en/our-work/opinions-information-reports/opinions/union-equality-eu-anti-racism-action-plan-2020-2025](https://www.eesc.europa.eu/en/our-work/opinions-information-reports/opinions/union-equality-eu-anti-racism-action-plan-2020-2025).

Gonçalves, M. (2021). The Scramble for Africa Reloaded? Portugal, European Colonial Claims and the Distribution of Colonies in the 1930s. *Contemporary European History*, 30(1), 2-15. doi:10.1017/S0960777320000314

Iganski, P. (2001). Hate crimes hurt more. *American Behavioral Scientist*, 45(4), 626-638. <https://doi.org/10.1177/00027640121957394>

Kassam, A. (2024, 19 March) “‘It’s a Really Big Threat’: Portuguese Minorities on the Rise of the Far Right.” *The Guardian*, Guardian News and Media, 19 Mar. 2024, [www.theguardian.com/world/2024/mar/19/portuguese-communities-on-the-rise-of-far-right-chega](https://www.theguardian.com/world/2024/mar/19/portuguese-communities-on-the-rise-of-far-right-chega).

Lisboa Acolhe. (2022) “Racial Discrimination in Portugal.” Lisboa Acolhe, 8 Feb., [lisboaacolhe.pt/discriminacao-racial/?lang=en](https://lisboaacolhe.pt/discriminacao-racial/?lang=en).

Loza, Y. (2023), “Challenges of orientalist productions and frames of an imagined other: a media monitoring analysis”,

- Journal of Humanities and Applied Social Sciences, Vol. 5 No. 3, pp. 178-192. <https://doi.org/10.1108/JHASS-01-2022-0002>
- Magano O, & D'Oliveira, T (2023). Antigypsyism in Portugal: Expressions of Hate and Racism in Social Networks. *Social Sciences*; 12(9):511. <https://doi.org/10.3390/socsci12090511>
- Mocombe, P. C. (2017). Against critical race theory. *Explorations in Ethnic Studies*, 37-38(1), 83-106. [https://doi.org/10.1525/esr.2017.37\\_38.1.83](https://doi.org/10.1525/esr.2017.37_38.1.83)
- Müller C. (2021) Anti-Racism in Europe: An Intersectional Approach to the Discourse on Empowerment through the EU Anti-Racism Action Plan 2020-2025. *Social Sciences*. 10(4):137. <https://doi.org/10.3390/socsci10040137>
- Neves S, Topa J, Borges J, Silva E. (2023) Racism in Football in Portugal: Perceptions of Multiple Actors. *Social Sciences*; 12(3):165. <https://doi.org/10.3390/socsci12030165>
- Parker, L., & Lynn, M. (2002). What's Race Got to Do With It? Critical Race Theory's Conflicts With and Connections to Qualitative Research Methodology and Epistemology. *Qualitative Inquiry*, 8(1), 7-22. <https://doi.org/10.1177/107780040200800102>
- Pesta, D. (2021). Critical Race Theory: Under the guise of eradicating racism and division, Critical Race Theory does the opposite. *New American* (08856540), 37(12), 23-28.
- Rema R., & Darquillius M. (2017). Recounting Racism, Resistance, and Repression: Examining the Experiences and #Hashtag Activism of College Students with Critical Race Theory and Counternarratives. *The Journal of Negro Education*, 86(3), 283-304. <https://doi.org/10.7709/jnegroeducation.86.3.0283>
- Solórzano, D. (1998). Critical race theory, race and gender microaggressions, and the experience of Chicana and Chicano scholars. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 11, 121-136.
- Statistics Portugal (2023) “Pilot Survey on Living Conditions, Origins and Trajectories of the Resident Population in Portugal.” European Union Agency for Fundamental Rights, Portuguese National Institute of Statistics, 14 Apr. 2023, [fra.europa.eu/en/promising-practices/pilot-survey-living-conditions-origins-and-trajectories-resident-population](https://european-council.europa.eu/en/promising-practices/pilot-survey-living-conditions-origins-and-trajectories-resident-population).
- Taylor, E. (1998). A primer on critical race theory. *Journal of Blacks in Higher Education*, 19, 122-124.
- Vala, J., Lopes, D. and Lima, M. (2008), Black Immigrants in Portugal: Luso-Tropicalism and Prejudice. *Journal of Social Issues*, 64: 287-302. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2008.00562.x>

**Yasmine Loza** is a researcher at Portucalense University, Legal Institute (IJP). She holds her PhD (2020) and MA (2014) in political science and international relations from University of Coimbra, and BA in Sociology and Psychology from American University in Cairo (2012). Her research traverses north-south perspectives in academic, legal and media realms about identity, discourse, culture, international relations and security. Email: [yasmine.loza@mail.upt.pt](mailto:yasmine.loza@mail.upt.pt)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7448-8016>

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 15 de março de 2024. Aprovado para publicação a 31 de agosto de 2024.



## PRESTÍGIO SOCIAL DAS LÍNGUAS DA GUINÉ-BISSAU AVALIADO PELOS SEUS FALANTES

Ronaldo Mendes  
Universidade do Porto  
Carlos Silva  
Universidade do Porto

### Resumo

A Guiné-Bissau é conhecida como um “pântano de línguas” (Intumbo, 2007), sendo composta por mais de duas dezenas de línguas, nomeadamente as línguas étnicas africanas, o kriol (guineense) e o português. Esta situação deve-se sobretudo ao processo histórico de colonização que forjou o ajuntamento de diversos povos levando para o atual território da Guiné-Bissau as suas línguas e culturas, como aconteceu um pouco por toda a África Ocidental. Neste artigo, procuramos compreender o prestígio que os falantes guineenses atribuem a cada uma das suas línguas, tendo em conta as condições de multilinguismo que caracterizam este país africano. Para isso, colocamos a três grupos de falantes – estudantes do ensino secundário, universitário e adultos – a pergunta: “Sente que é mais valorizado/a falando português ou kriol? Porquê?”. Os resultados mostram que, dentre as línguas faladas no país, o português é a língua mais prestigiada para os falantes mais jovens, mas não para os do último grupo. Este fenómeno é sintomático da continuidade da influência do português, a única língua de ensino e de administração, mesmo depois da descolonização.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau, Sociolinguística, Prestígio Linguístico, Diglossia.

## SOCIAL PRESTIGE ASSESSMENT OF THE LANGUAGES OF GUINEA-BISSAU BY THEIR SPEAKERS

Ronaldo Mendes  
Universidade do Porto  
Carlos Silva  
Universidade do Porto

### Abstract

*Guinea-Bissau is known as a “swamp of languages” (Intumbo, 2007), being made up of more than two dozens of languages, namely the native African languages, Kriol (Guineense) and Portuguese. This contact situation has its origins on the historical process of colonization that gathered of different ethnic-groups, their languages and cultures in the territory of Guinea-Bissau, as it happened throughout West Africa. In this paper, we seek to understand the prestige that Guinean speakers attribute to each of their languages, taking into account the conditions of multilingualism that characterize this African country. To do this, we asked three groups of speakers – secondary school students, university students and adults – the question “Do you feel you are more valued speaking Portuguese or Kriol? Why?”. The results show that, among the languages spoken in the country, Portuguese is the most prestigious language for younger speakers, but not for those in the last group. This phenomenon signals the continuous influence of Portuguese, the only language of teaching and administration, even after decolonization.*

**Keywords:** Guinea-Bissau, Sociolinguistics, Linguistic Prestige, Diglossia.

## Introdução

Conhecida como um “pântano de línguas” (Intumbo, 2007) ou um “mosaico étnico-cultural” (Embaló, 2008), a Guiné-Bissau é composta por mais de duas dezenas de línguas, nomeadamente as chamadas línguas étnicas, o kriol ou o guineense e o português. À semelhança do que acontece um pouco por toda a África, e particularmente na África Ocidental e Central, a situação sociolinguística guineense revela-se complexa devido ao plurilinguismo. Como consequência da expansão marítima europeia, da colonização e da escravatura, existe na Guiné-Bissau um crioulo, que é a língua de comunicação inter-étnica (Intumbo et al. 2013), e o português, dando azo à estratificação social das línguas em línguas étnicas (Fula, Mandinga, Balanta, etc.), língua nacional (kriol) e língua oficial (português).

Na tentativa de refletir sobre as questões que acabamos de colocar, discutimos neste artigo acerca das atitudes linguísticas de falantes guineenses face às línguas faladas no país. Especificamente, procuramos compreender o prestígio que os falantes guineenses atribuem a cada uma das suas línguas, tendo em conta as condições de multilinguismo que caracterizam este país africano. Para isso, consideram-se os três grupos de línguas do país: por um lado, a oposição é entre as línguas guineenses locais e o kriol e, por outro lado, entre o kriol e o Português – duas línguas que apresentam maior conflitualidade, dado ao seu “estatuto” de “língua nacional” e “língua oficial”, respetivamente.

Na secção 1, começamos por descrever o multilinguismo na Guiné-Bissau. De seguida, analisamos os papéis que estas línguas desempenham e os usos que lhes são reservados, quer de forma coletiva à luz dos conceitos de bilinguismo, diglossia e prestígio linguístico (secção 2 e 3), quer de forma individual do sujeito-falante (secção 4 e 5). Apresentamos ainda um caso público de instrumentalização do português como língua de poder (secção 6). Por fim, na secção 7, fazemos um sumário da nossa análise, assim como das suas implicações e deixamos algumas pistas para investigação futura.

## 1. Multilinguismo na Guiné-Bissau

Segundo o Ethnologue (Eberhard et al. 2023), existem em África cerca de 2.000 línguas vivas. Países como Camarões e República Democrática do Congo têm cerca de 200 línguas. A Nigéria, país mais multilingue do continente, conta mais de 500 línguas.

No caso específico da Guiné-Bissau, a situação linguística é deveras semelhante à do resto do continente. Com quase 2 milhões de habitantes (INE, 2023), “este país é heterogéneo do ponto de vista das suas tradições e culturas, o que se materializa, de certa forma, na sua repartição étnica e religiosa dando azo ao multilinguismo e ao multiculturalismo” (Mendes, 2023: 23). Dos dados oficiais anunciados nos censos de 1991 e 2009, é possível contar um conjunto de 27 grupos étnicos (RGPH, 1991: 29), distribuídos pelas oito regiões do país, além do Setor Autónomo de Bissau. Desses grupos, alguns podem ser considerados subgrupos do mesmo grupo. Por exemplo, a etnia Fula aparece subdividida em Fula-de-Boé, Fula-de-Futa, Fula-de-Forro, Fula-de-Toro e Fula-Preto, de acordo com a localização geográfica.

Apesar de os censos de 2009 fazerem referência apenas às principais comunidades étnico-linguísticas – nomeadamente, Fula, Balanta, Mandinga, Pepel, Mandjaku, Biafada, Mankanhi, Budjugus, Felup, Nalu, Saraculé e Susso –, se admitirmos que cada grupo étnico tem a sua própria língua, podemos assumir que, pelo menos até 1991, a GB continha, no mínimo, 25 línguas, incluindo o kriol e o português. Não existe, em termos oficiais, um número concreto de línguas presentes no país, nem sabemos em que estado estão alguns dos grupos étnico-linguísticos apresentados nos censos de 1991. Porém, podemos imaginar que uma língua como o kasanga, de uma comunidade étnica do Norte (entre Ingoré e São Domingos), devido ao pouco número de falantes que tinha, esteja em vias de extinção, como sugere Mendes (2023: 40). Por conseguinte, a quantidade de línguas guineenses varia dependendo das fontes a que acedermos. Por exemplo, Intumbo (2007: 4) e Couto e Embalo (2010: 28) referem a existência de 22 línguas, incluindo o kriol e o português; enquanto

Scantamburlo (2013: 21) aponta um número de 25 línguas, nas mesmas circunstâncias. Todos estes autores consideram que, devido às similaridades que apresentam, algumas dessas línguas poderiam ser consideradas variedades de uma mesma língua. No entanto, sabe-se que o facto de duas línguas apresentarem algumas semelhanças léxico-fonológicas nem sempre tem uma relação direta com o seu parentesco (Wardhaugh e Fuller, 2014).

Neste contexto multilingue, o kriol assume-se como a língua de intermediação entre as diversas comunidades linguísticas, isto é, é a língua franca, sendo falada em todas as regiões do país. De acordo com os últimos censos, o kriol era falado por 90,4% da população guineense, quer como L1 quer como L2 (RGPH-2009: 36). O português, porém, era falado por apenas 27,1% da população, embora a realidade do país faça crer que um significativo número desses falantes falem esta língua na sua “variedade” guineense, passivamente. Assim, seria prematuro falar-se de uma “variedade do português guineense”. Podemos falar de uma “variedade em formação”, a ser confirmada por estudos (socio)linguísticos descritivos, como existem, p.e., para as variedades de Angola, de Moçambique e São Tomé (cf. Timbane, 2013b; Kapetula, 2016; Hagemeijer, 2016).

De um modo geral, os falantes do kriol adquirem-no como língua materna (L1) nas cidades ou como segunda língua (L2) nas zonas rurais do país. Neste meio, a maioria dos guineenses adquire uma ou mais línguas étnicas antes de aprender português. Geralmente, esta língua europeia é adquirida na escola e usada no meio extra-familiar. Em meio familiar, o português é apenas usado pelos filhos de (Couto e Embaló, 2010: 47):

- guineenses que estudaram em Portugal ou no Brasil;
- casais mistos guineenses e portugueses;
- portugueses residentes na Guiné-Bissau;
- outros estrangeiros residentes na Guiné-Bissau.

## 2. Diglossia e bilinguismo

Num ambiente de multilinguismo, as línguas raramente estão em pé de igualdade. Por norma, as

línguas coexistem ocupando diferentes estratos e tendo condições de uso específicas. Nasce assim o termo diglossia. Ainda que este termo tenha os seus primeiros usos no grego (Linhares & Nogueira de Alencar, 2016: 495), ele é cunhado na Linguística moderna por Ferguson (1959) que o aplica ao árabe, ao grego moderno, ao alemão da Suíça e ao crioulo haitiano. Há diglossia quando numa situação linguística relativamente estável, além dos dialetos primários da língua (padrões regionais), existe “uma variedade sobreposta, muito divergente, altamente codificada” (Ferguson, 1959: 336). Esta última variedade é a que serve de base à ortografia, sendo adquirida e usada essencialmente em contextos formais. Em suma, numa sociedade com mais do que uma língua/dialeto, uma variedade de uso formal recebe o rótulo de “High” (e.g., o árabe padrão) e a de uso informal, “Low” (e.g., árabe vernacular). Para além disso, uma situação de diglossia apresenta as seguintes características:

1. **Distinção de funções:** há contextos em que apenas a variedade H ou L é apropriada, mas raramente se sobrepõem;
2. **Prestígio:** variedade H é vista como a “superior”, a mais pura, em consequência da sua padronização; enquanto “L” é vista como “desviante”, apesar do seu uso no dia-a-dia;
3. **Património literário:** entre as línguas/variedades envolvidas, a variedade H é aquela em que se encontra a maior parte da produção literária da comunidade;
4. **Aquisição:** enquanto a língua/variedade “L” é adquirida como língua materna, em normal contacto com os pais, a “H” é invariavelmente aprendida por via da escolarização, portanto, com explicitação de regras e conceitos gramaticais;
5. **Padronização:** a língua “H” é a que é geralmente estandardizada, tendo gramáticas, dicionários, tratados de pronúncia, etc;
6. **Estabilidade:** a diglossia, por norma, persiste por vários séculos, envolvendo várias gerações;
7. **Gramática/Léxico/Fonologia:** as duas variedades geralmente apresentam diferenças significativas ao nível gramatical e lexical e fonológica. Compartilham o léxico, mas o mesmo varia na forma e no significado.

Fishman (1967: 34) retoma a definição de diglossia e reconhece que ela existe não só em sociedades multilingues, com as suas várias línguas oficialmente reconhecidas, como também existe em sociedades multilingues, com dialetos, registos ou variedades diferentes. Se o conceito de Ferguson pode ser restringido apenas ao uso de variedades da mesma língua por uma comunidade, para Fishman há diglossia independentemente dos estatutos dos códigos utilizados por uma comunidade, sendo por isso diferente do bilinguismo. Isto porque, segundo o último, o bilinguismo pertence à esfera do indivíduo, enquanto a diglossia pertence ao nível sociocultural, embora possam coocorrer. Consequentemente, podemos ter:

1. **Bilinguismo com diglossia**, quando a necessidade de conhecer e de empregar os códigos implicados em âmbitos de uso distintos abarca o conjunto de uma comunidade;
2. **Bilinguismo sem diglossia**, quando se usa mais do que uma língua numa comunidade sem a necessidade de as empregar em âmbitos de uso distintos;
3. **Diglossia sem bilinguismo**, quando os códigos implicados são usados em contextos distintos, mas o conjunto da comunidade não tem conhecimento deles.

Note-se que, no contexto específico da Guiné-Bissau, não se trata propriamente de um conflito linguístico de duas variedades da mesma língua. São várias as línguas (as guineenses locais, o kriol e o português) que, convivendo, desempenham papéis diferentes e, por isso, são normalmente usados em contextos de comunicação diferentes.

### 3. Prestígio linguístico na Guiné-Bissau

No continente africano, o plurilinguismo inerente a cada território político deve-se, em parte, à demarcação de fronteiras na Conferência de Berlim (1885) sem ter em consideração os territórios ocupados por diferentes etnias, nem as migrações internas no continente africano (Salgado Salazar, 1991: 76-77). Consequentemente, além de se redistribuir algumas comunidades por diversos

países, criaram-se novos espaços étnicos, que incluem diferentes referentes linguísticos, sociais, culturais, religiosos, económicos e políticos. Nestes contextos, constroem-se novas identidades sociais de que a complexidade linguística é apenas um sintoma.

No caso específico da Guiné-Bissau, a situação sociolinguística é muito complexa. Isto deve-se, por um lado, à quantidade de comunidades linguísticas existentes no país. Por outro lado, não existem políticas linguísticas adaptadas ao contexto sociolinguístico guineense, promovendo a presença do kriol e de outras línguas locais no ensino, quer como objeto quer como meio de estudo. Acresce a isso a herança de políticas linguísticas coloniais, que em grande medida visavam “a integração das sociedades africanas num sistema de dominação mundialmente mais vasto e complexo”, cujas políticas passavam pela “tentativa de imposição do uso das línguas dos alienígenas aos africanos, procurando fazer delas os únicos meios e exclusivos veículos de comunicação, de troca de ideias e de elaboração de formas de pensamento em todos os territórios coloniais” (Nassum, 1994: 46).

Embora os caminhos para a implementação dessas políticas possam ser diferentes nos países colonizados, os objetivos eram os mesmos. Nas ex-colónias francesas, com a exceção de Madagascar, onde, p.e., já havia uma literatura em malgache antes da implantação colonial, eram “proibidas as línguas africanas e quem as utilize é posto de castigo, de joelhos, num canto, com orelhas de burro” (Ki-Zerbo, apud Nassum, 1994: 48). No caso do poder colonial e escravocrata português, havia o chamado “Estatuto de Indigenato” que, entre outras condições, impunha o domínio da língua portuguesa como uma das condições para que os povos colonizados, os “indígenas” (“não civilizados” na linguagem imperialista), fossem considerados de “assimilados” (Decreto-Lei nº 39 666, de 20 de Maio, do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, pelo Ministério do Ultramar, no seu artigo 56º). Esta política viu-se fracassada devido sobretudo às resistências culturais, o que tornou impossível que o português triunfasse face às

línguas étnicas e face ao kriol que se massificava cada vez mais à medida que a luta pela independência se tornava uma realidade.

Por necessidade de administração, fazia-se o uso de algumas línguas étnicas africanas (Nassum, 1994: 46), sendo que os agentes da administração colonial deviam aprender essas línguas. O poder colonial português, por exemplo, à semelhança do britânico, com a reforma da sua “Escola Colonial” em 1919 tentou implementar o ensino em línguas guineenses, nomeadamente em fula e mandinga, além do kriol (Nassum, *idem*: 52). Essa política, porém, viria a ser abandonada em 1926, passando a hegemonização linguística do português no ensino, que continuaria até ao presente.

Estes factos, aliados ao bilinguismo ou multilinguismo (parcial ou total) faz com que existam uma sobrevalorização de uma língua em detrimento de outras. O kriol, o português e as dezenas de línguas étnicas guineenses têm um uso bastante diferenciado, tendo em conta os contextos sociais, políticos, culturais e religiosos. Assim, vive-se uma relação diglósica (Ferguson, 1959) ou uma diglossia sobreposta, como argumenta Mendes (2023), uma vez que se opõe, por um lado, o português (língua oficial e de ensino) e o kriol (língua nacional) e, por outro lado, o kriol e as línguas étnicas. A assimetria então se impõe: o kriol e as línguas étnicas não são vistas como línguas de cultura, enquanto o português é (Nassum, 1994: 62).

No primeiro caso, o português, apesar do seu baixo número de falantes, é a língua mais prestigiada. Isto é uma das consequências de ela ser, tal como é nos restantes ex-colónias africanas de Portugal, a única “língua oficial” e de escolarização e de ensino, sendo por conseguinte a língua de administração do Estado e de relações internacionais. Em suma, é a língua de “contextos formais”. No entanto, se as línguas guineenses locais, línguas nacionais, são reservadas para o uso informal, nas ruas, em casa, com amigos e família, nas aldeias; o kriol, apesar de em termos legais não ser instituída como língua de ensino e de administração e de os manuais estarem escritos em português, desempenha um papel preponderante na comunicação entre os professores e alunos,

nas aulas e fora delas. Isso deve-se ao papel que desempenha como língua de comunicação inter-étnica e de unidade nacional. Aliás, durante a luta pela Independência desencadeada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), o kriol foi língua de ensino nas zonas libertadas, ao arripio da autoridade colonial (Jaló, 2019, 2020). O kriol e as línguas étnicas são línguas de uso diário, sendo línguas maternas de uma boa parte da população guineense. Ainda assim, o kriol parece ser mais prestigiado do que as línguas étnicas. Muitos jovens nascidos e residentes em Bissau, mesmo que tenham aprendido uma das línguas étnicas, não a ensinam aos seus filhos, transmitindo-se apenas o kriol, de uso mais alargado, e o português, a língua de prestígio (Mendes, 2023).

#### 4. Metodologia

Este trabalho tem como objetivo principal a discussão sobre as atitudes linguísticas que os falantes guineenses têm em relação às línguas faladas no país, analisando por conseguinte os papéis e funções que cada uma dessas línguas (as línguas africanas, o kriol e o português) desempenha. A análise consiste na descrição qualitativa das respostas que os participantes deram sobre como acham que são vistos falando cada uma dessas línguas.

O grupo de entrevistas em que nos baseamos é extraído dos dados de Mendes (2023) recolhidos entre os dias 9 e 19 de novembro de 2022, através de entrevistas numa conversa livre e espontânea em kriol. Destes dados, apenas foram consideradas as respostas a uma pergunta:

Sente que é mais valorizado/a falando português ou kriol? Porquê?

Para além da avaliação destas duas línguas, os falantes também eram induzidos a emitir juízos de valor acerca das línguas étnicas da Guiné-Bissau. Os 20 participantes deste estudo, 10 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, eram todos nacionais guineenses do ensino secundário (privado) e universitário (público), de idade compreendida entre os 17 e 30 anos de idade, sendo todos falantes do

kriol como L1 ou L2 e/ou de uma ou mais línguas locais (Mendes, 2023). Para a sua grande maioria, o português era a sua terceira língua, adquirida por meio da escolarização. Todas as transcrições e traduções em kriol foram feitas segundo a proposta de Mendes (2023), adaptada da Proposta de Grafia do Crioulo Guineense (PGCG) de Scantamburlo (1999).

## 5. As línguas da Guiné-Bissau avaliadas pelos seus falantes

Nas secções anteriores, argumentamos que, devido ao seu estatuto de (única) língua oficial e de ensino, o português é a língua mais prestigiada na GB, numa relação diglósica com o kriol e com as línguas guineenses locais. Analisamos, nesta secção, algumas das respostas à pergunta: Sente que é mais valorizado/a falando português ou kriol? Porquê?

As respostas confirmam que, para os entrevistados, o português é a língua mais prestigiada, como se vê em:

- a) kila i ka ta fala nan propi, pabia gos n odja kuma kriol propi i ka ta valorizadu na no sosiedadi. As ve si u na papia kriol djintis ka ta muito djubiu asin, pabia suma na no sosiedadi guinensi aos djintis mas ta dadu balur ora ke na papia purtuguis. La e ta djubiu suma alguin djiru, intilijenti [estudante universitário, 28 anos, Mandinga]  
Nem digas isso. Porque hoje em dia vejo que o kriol não é valorizado na nossa sociedade. Às vezes, quando falas kriol as pessoas não te olham, porque na nossa sociedade as pessoas dão mais valor a quem fala português. Aí olham para ti como alguém inteligente.

Como observamos na resposta anterior, os falantes demonstram saber as razões do prestígio do português. (Saber) falar português, conforme explicam, é sinónimo de ser alguém inteligente, culto, bem preparado. É preciso salientar que essa associação do português à inteligência é uma das consequências do processo colonial. Aliás, ainda nesse período, com a promulgação do já referido Decreto-Lei 39 666, “saber ler e escrever corretamente o português” era um dos requisitos para

que um indígena fosse considerado civilizado (Jaló, 2019). É provavelmente pela consciência histórica que um dos estudantes afirma:

- b) Di faktu, sin, djinti ma ta dan balur ora k na papia kriol. Pabia di ke? Ano no tene un sosidadi ki, ki n pudi fala di sarta forma, i kolonalizadu. N ton sendu konalizadu [kolonizadu], i obrigadu eh adota un utru kultura nu kual no kriol tambe [...] pur izemplu na un inxtituson e ta djubiu tipu un alguin ki ka... i ka “panha pe” [...] si u papia purtuguis abo u ma na privilegiadu di ki kin k na papia kriol, bu odja. [estudante universitário, 27 anos, Balanta]

De facto, as pessoas valorizam-te mais quando falas [português]. Porquê? Nós temos uma sociedade que, posso dizer, ainda está colonizada. Então, sendo colonizada, fomos obrigados a adotar uma outra cultura na qual falar kriol... Quando falas kriol numa instituição, por exemplo, és visto como “não civilizado”. Se falares português és logo mais privilegiado do que quem fala kriol.

De facto, falar português, na Guiné-Bissau, parece ter implicações no estatuto e pode ser uma forma de afirmação, de mostrar que se é “diferente”. Além disso, é uma língua através da qual os jovens aspiram uma projeção social.

- c) tambi i lingua ku no ta uza na no dukumentus, na ko di tarbadju, m pensa i pabia dees ku pui djinti ma ta da balur a purtuguis [estudante secundário, 18 anos, kriol]  
e também é a língua que utilizamos nos nossos documentos, nas instituições do trabalho, acho que é por isso que dão mais valor ao português.

Ao kriol é reservado o contexto menos formal. No entanto, os falantes sabem que é nessa língua que a comunicação é mais eficaz:

- d) Mas ora ku u sta na um ambienti, pur izemplu, kil ku no ta fala menus informal, ambienti familiar o di bankadas, kon serteza si u papia kriol djintis ma na dau valor, pabia kuma djintis ma na n tidu, e mas na obi ke k abo bu papia. Pabia kuma tambi na kil spasu i pudi ten la djintis ku u sibi kuma bo tene um disnivelamentu di nivel. [estudante universitário, 30 anos, Budjugu]

Mas quando estás num ambiente, por exemplo, menos formal, familiar ou de bancadas, com certeza se falares kriol as pessoas dão-te mais valor, porque entendem-te melhor. Porque também nesses espaços pode haver pessoas com níveis [de escolaridade] diferentes. É por isso que se falares kriol passas melhor a mensagem.

No que diz respeito às línguas étnicas, a diglossia em relação ao kriol é evidente pois os seus contextos de uso são ainda mais restritos e pode ser fator de exclusão social, como atesta o seguinte testemunho:

e) Pabia kuma anti di i ten kriol, i ten pepel, i ten budjugu, i ten... si bu papia kila ninguin ka n na n tindiu, ma si bu papia kriol u ta konsigui pasanta mensajen pa ki ku fasi parti di bu sirkulu familiar o di bu lingua maternu-etniku, i ta konsigui obiu. [...] M bo, no ta odja kila suma un alguin ku ka obi kriol, no ta tratat di um forma asin, no ka ta valorizal.[estudante universitário, 30 anos, Budjugu] Porque antes do kriol, há Pepel, há Bijago... se falares uma dessas línguas as pessoas não te entendem, mas se falares kriol consegues passar melhor a mensagem para as pessoas que não são do teu círculo familiar ou da tua língua materna-étnica. Eles conseguem entender-te. [...] Nós vemos essas pessoas como quem não sabe falar kriol, tratamo-las de forma diferentes, não as valorizamos.

De uma maneira geral, as respostas aqui citadas vão ao encontro do caso exemplificado na secção 6, na qual falamos sobre o uso da língua portuguesa como instrumento de poder. É evidente que o kriol é a língua de comunicação interétnica, aquela que praticamente todos os guineenses falam e entendem melhor, embora se lhe reserve frequentemente o uso mais informal e seja, por isso, pouco privilegiado quando comparado com o português. Isto porque, como se refere na resposta seguinte, “as línguas têm peso” e o português, na realidade guineense, pesa mais.

f) Pabia tambi e ta djubi, e ta midi pezu di lingua. Kerzer purtuguis i mas tene... es i pa utrus, i mas tene pezu en relason a kriol. Pesu na kuma, pezu na kal sintidu?

M bon, pezu na na, na sintidu, kerzer di, di... m pudi falau es i efeitos psikolojikus di kolonizason. Pabia kuma elis, normalmenti elis [kolonus] e ta tenta infirioriza tudu kil ki di nos, pa eleva mas di elis. Kerzer, si kriol dja ka konsideradu suma un lingua ate... e ku manda logu u ta moxta kuma si n bon si bu papia ki lingua purtuguis, en relason a kriol i mas tene pezu [...]. [estudante universitário, 30 anos, Budjugu]

Porque também, atualmente, as línguas pesam, quer dizer, o português, para muitos, pesa mais do que o kriol.

Pesa mais em que sentido?

Bem, peso no sentido de... posso dizer que são efeitos psicológicos da colonização, porque tentam inferiorizar tudo o que é nosso para elevar o que é deles [os colonizadores]. Quer dizer, se até como uma língua o kriol não é considerado... é por isso que falar português tem mais peso em relação a falar kriol [...]

Concluimos que, pelo menos na camada juvenil (escolarizada e das zonas urbanas), há uma distinção clara de funções e contextos de usos dos três grupos de línguas do país (línguas guineenses locais, kriol e português), muito na linha da teorização de Ferguson (1959) mas aplicada a línguas diferentes. O português, nessa ótica, é a língua high (H), usada em contextos formais e de escolarização; enquanto o kriol e as outras línguas são vistas como “línguas inferiores”, línguas que não têm regras, menos prestigiantes, apesar do seu uso no dia-a-dia das comunidades guineenses. Trata-se, portanto, de uma situação de bilinguismo com diglossia, na terminologia de Fishman (1967).

## 6. O português como instrumento de poder

A língua, enquanto produto social, é utilizada não apenas como um meio de comunicação entre indivíduos que partilham o mesmo código linguístico, mas também como um instrumento de poder e, conseqüentemente, de dominação e/ou de subalternização de um determinado grupo de pessoas. A corroborar as atitudes observadas nas respostas dos falantes guineenses entrevistados, apresentamos

nesta secção um caso público de instrumentalização do português como língua de poder, que decorre duma conversa espontânea entre o então selecionador nacional guineense Baciro Candé e os jornalistas desportivos guineenses.

[Jornalista faz pergunta em kriol]

Mister Candé: Eu falo consigo só em português!

[O jornalista insiste em kriol]

Mister Candé: Façam pergunta em português, eu respondo.

Jornalista: Nha ouvintis ma ta n tindi kriol. (“Os meus ouvintes percebem melhor kriol”)

Mister Candé: Se não fizer pergunta em português, eu não respondo. Ponto final.

Jornalista: Abo ku sibi. (“Tu é que sabes”)

O excerto aqui transcrito é dum encontro do ex-selecionador guineense com a imprensa após o último jogo de apuramento contra São Tomé e Príncipe, em Bissau, 15 de julho de 2023. O jornalista pedia-lhe um comentário sobre o facto de, na primeira edição do Campeonato Africano das Nações, CAN, em que a Guiné-Bissau participou (2017, Gabão), haver supostamente um jogador guineense que não iria participar do campeonato mas que, depois, esteve no Gabão.

Ignorando as razões de ordem prática – embora, à primeira vista, possamos pensar que tal reação se deva a uma aparente irritação do mister ou a um suposto ‘mal-estar’ entre ele e os jornalistas desportivos guineenses, como aliás se lia em jornais locais – neste excerto, interessa-nos aquilo que é do foro sociolinguístico. Situações equivalentes são comuns em outros contextos, p.e., nas escolas, nas instituições públicas e privadas. Pensamos na quantidade de vezes que ouvimos alguém afirmar, na Guiné-Bissau, que “se quiseres calar alguém, fala-lhe em português”. Fazendo o mesmo exercício, lembraremos ter visto nas vitrinas das nossas escolas e outras instituições frases como “aqui só se fala português”, ou “proibido falar crioulo”, ou ainda “uma pessoa que costuma falar o português tem sempre uma pele fina”, sendo portanto castigado o infrator, no caso das escolas, seja com palmatórias, seja pendurando-lhe ao pescoço as

chamadas “oredja di buru” ‘orelhas de burro’, entre outras formas de punição.

Lendo os comentários do Facebook, vê-se que, tal como houve quem classificou a atitude do selecionador de “arrogante”, há quem a justifique com a preocupação de “passar a mensagem a um maior número possível de pessoas” não falantes do kriol. Mas se for esta a preocupação, colocam-se outras questões: se admitirmos que os guineenses, na sua maioria, compreendem melhor o kriol do que o português, como avisou o jornalista, porquê que a comunicação do mister tinha de ser feita exclusivamente em português? Será a língua mais indicada para a comunicação desportiva, na GB? Não será a resposta do jornalista uma tentativa de demarcação de identidade coletiva, numa sociedade multilingue como é a sociedade guineense? Por que é que na escola “é proibido falar crioulo”? E nas ruas ou em casa; entre colegas ou entre pais e filhos, que língua falar? Por que é que uma pessoa que costuma falar o português tem sempre uma pele fina?

Pode dizer-se que esta é uma prática herdada do colonialismo português, que não só dominou e explorou os territórios colonizados, mas também alienou as culturas dos seus povos, inferiorizando as suas tradições e a sua História, considerando as suas línguas incultas (Jaló, 2019). Foi nesse sentido que, como ressaltamos anteriormente, o domínio da língua portuguesa tinha sido imposto como uma das condições para os povos colonizados subirem na escala social, nas ex-colónias portuguesas.

É nessa linha que enquadrámos a atitude linguística do mister. Mais do que uma questão de “passar melhor a mensagem”, ao afirmar que só responderia ao jornalista se este lhe fizesse perguntas em português, visa impor barreiras ao questionamento do jornalista (porque, presume-se, este não o conseguiria questionar com facilidade em português como o faria em kriol) e mostra, talvez inconscientemente, a sua superioridade linguística, evitando uma possível confrontação com os factos.

## 7. Conclusões

A multiplicidade de línguas em situações de contacto linguístico é comum em vários países africanos e a Guiné-Bissau não é exceção. No entanto, as línguas nativas africanas, os crioulos e as línguas europeias estão distribuídas de forma diferenciada na arena social (Zabus, 2007). Estas últimas são mais prestigiadas do que as primeiras. Esta situação, conhecida como diglossia (Ferguson 1959), gera desigualdades dentro destas sociedades, em parte devido ao acesso limitado à educação e ao conhecimento nas línguas africanas e à falta de pontes entre estas e as línguas europeias. Outro agravante é o facto de a maioria das línguas étnicas e do próprio kriol permanecerem sobretudo orais (no caso do kriol, reconhece-se que o seu uso escrito tem vindo a crescer, nomeadamente na poesia e na literatura em geral). A falta de recursos de conhecimento escrito cria uma relação desequilibrada com as línguas europeias faladas nesses territórios (Bernstein 1972).

Os testemunhos recolhidos atestam que os falantes do kriol não reconhecem esta como língua de pleno direito: devido aos efeitos da colonização, é visto como uma espécie de português corrompido. Da mesma forma, não veem utilidade social nas línguas africanas, conforme atesta o estudante universitário de 30 anos de etnia Budjugu (secção 5). Esta desvalorização pode atrasar o processo de standardização e reconhecimento do kriol como língua oficial. Por sua vez, este atraso dificulta o ensino, dado que muitas crianças contactam pela primeira vez com o português apenas em idade escolar. Outra implicação da avaliação pejorativa que os guineenses fazem das suas línguas étnicas é a aceleração da sua extinção e, por sua vez, a perda da diversidade linguística e cultural do país e da humanidade (Drapeau 2021).

Na Guiné-Bissau pós-independência, a educação e as políticas linguísticas não parecem conformar-se à realidade sociolinguística do país, fazendo com que o uso da língua colonial seja factor de diferenciação social. “Falar bem o português” é frequentemente o sinónimo de ‘inteligência’, ‘sabedoria’, ‘civildade’, etc, continuando o kriol, a língua guineense, fora do sistema de

ensino e de aprendizagem formal e adotou-se o português como a única língua institucional. Atualmente, recorre-se ao português muitas vezes não só com a intenção de mostrar essa tal “civildade”, de quem tem sempre uma pele fina, mas também como uma forma de condicionar e dificultar a comunicação da pessoa com quem se fala. Prova disto é a expressão coloquial guineense: “Se quiseres calar alguém, fala-lhe em português”.

Em conclusão, a documentação das línguas da Guiné-Bissau, quer das étnicas, quer do kriol, são urgentes e essenciais para a promoção da qualidade da educação (ODS 4) e para a redução das desigualdades (ODS 10). Neste sentido, o estudo linguístico do kriol e das línguas africanas, segundo os princípios CARE (Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, Ethics), deve ser incentivado, não só com vista à produção científica, mas também à produção de materiais didáticos em kriol, especialmente para os primeiros anos de escolaridade. Para além disso, o cumprimento dos objetivos supramencionados depende do reconhecimento dos direitos linguísticos da comunidade crioulo-falante, quer na Guiné-Bissau, quer nos países com comunidades significativas da diáspora guineense.

## Referências Bibliográfica

- Bernstein, B. (1972). Social Class, Language and Socialization. *Language in Education, A Source Book*, 62-78. London: Routledge & Kegan Paul.
- Delgado Salazar, R. (1991). Etnia, Espaço Étnico e Colonialismo. *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, nº12, 69-90.
- Drapeau, L. (2021). Language Endangerment and Standardization: Perspectives from the Fourth World. In W. Ayres-Bennett & J. Bellamy (Eds.), *The Cambridge Handbook of Language Standardization*: 397-420. Cambridge: Cambridge University Press.
- Couto, H. H. do; Embaló, F. (2010). Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau: Um país da CPLP. N. 20, *Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*. Thesaurus Editora. 2010. (Consultado a 19 de janeiro em <https://1library.org/document/zxlx0kdz-literatura-lingua-e-cultura-na-guine-bissau.htm>)
- Diário do Governo. Lisboa, nº 110/1954, 20.05.1954.
- Eberhard, D. M., Simons, G. & Fennig, C. (2023). *Ethnologue: Languages of the World*. <http://www.ethnologue.com>.

- Embaló, F. (2008). O crioulo da Guiné-Bissau: Língua nacional e factor de identidade nacional. *Papia*, 18, 101-107. (Consultado a 19 de janeiro em <https://docplayer.com.br/53157558-O-crioulo-da-guine-bissau-lingua-nacional-e-factor-de-identidade-nacional.html>).
- Ferguson, C. A. (1959). Diglossia, *Word*, vol.15, 325-340. (Consultado a 20 de janeiro em [Ferguson-Diglossia.pdf](https://www.jstor.org/stable/234488))
- Fishman, J. A. (1967). Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism. *Journal of Social Issues*, Wiley Online Library, v. XXIII, n. 2, 29-38. Consultado a 20 de janeiro em <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-4560.1967.tb00573.x>)
- Hagemeyer, T. (2016). O português em contacto em África. In A. M. Martins & E. Carrilho (eds.), *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlim: Mouton de Gruyter, pp. 43-67.
- INE, (1991). Recenseamento Geral da População e Habitação. (Consultado a 20 de janeiro em [https://www.stat-guineebissau.com/Menu\\_principal/IV\\_RGPH/rgph1/Resultados\\_rgph\\_1991.pdf](https://www.stat-guineebissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/rgph1/Resultados_rgph_1991.pdf)).
- \_\_\_ (2009). Recenseamento Geral da População e Habitação: Características Socioculturais. (Consultado a 20 de janeiro em <https://dataspace.princeton.edu/handle/88435/dsp01w6634600z>)
- Intumbo, I. (2007). Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português. Dissertação de mestrado em Linguística Descritiva, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Intumbo, I., Inverno, L. e Holm, J. (2013). Guinea-Bissau Kriyol. In: Michaelis, Susanne Maria & Maurer, Philippe & Haspelmath, Martin & Huber, Magnus (eds.) *The survey of pidgin and creole languages*. Oxford University Press. Oxford.
- Jaló, S. (2019). Língua portuguesa e colonização – caso da Guiné-Bissau. <https://www.buala.org/pt/a-ler/lingua-portuguesa-e-colonizacao-caso-da-guine-bissau>.
- \_\_\_ (2020). Ideologias Educativas na Guiné(-Bissau) – 1954-1986. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Kapetula, J. (2016). Interpretação de sujeitos nulos e pronominais no Português de Angola. Dissertação de mestrado em Ciências da Linguagem, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Mendes, R. (2023). Variação interna em kriol (crioulo da Guiné-Bissau): fonologia e aspetos sociolinguísticos. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Nassum, M. (1994). Política linguística pós-colonial: ruptura ou continuidade? *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, série I, n. 17, p. 45-78. [http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_7288](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7288)
- Youssi, A. (1995). The Moroccan triglossia: facts and implications. *International Journal of the Sociology of Language* 112, 29-44. <https://doi.org/10.1515/ijsl.1995.112.29>
- Timbane, A. A. (2013b). A variação e a mudança lexical de língua portuguesa em Moçambique. Tese de doutorado. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- Wardhaugh, R. e Fuller, J.. (2014). *Introduction to Sociolinguistics*. New York: Wiley-Blackwell
- Zabus, C. (2007). *The African Palimpsest Indigenization of Language in the West African Europhone Novel*. Second Enlarged Edition. Leiden: Brill.

**Ronaldo Mendes** Mestre em Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tem interesses em estudos de Crioulos, Fonologia, Variação, História da Língua e Sociolinguística, e é membro da Casa da Cultura da Guiné-Bissau. Email: [oraliokatchunkuro@gmail.com](mailto:oraliokatchunkuro@gmail.com)

**Carlos Silva** Investigador do Centro de Linguística (Universidade do Porto) e do Laboratório de Evolução da Linguagem (Universidade de Neuchâtel). É especialista em crioulos de base portuguesa. Email: [silvacarlosrogerio@gmail.com](mailto:silvacarlosrogerio@gmail.com)

Ciência ID:  
<https://www.cienciavita.pt/pt/D51F-3CA8-11D7>

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 15 de março de 2024. Aprovado para publicação a 16 de setembro de 2024.



## **A DOR NA DANÇA: IDENTIFICAR TIPOLOGIAS DE DOR E APONTAR (ALGUMAS) ESTRATÉGIAS PARA AS MINORAR**

Vanda Nascimento

Escola Superior de Dança | Instituto Politécnico de Lisboa

### **Resumo:**

Consciente de que à prática da Dança (em contextos de formação ou profissionais) se encontram associados episódios de dor ou de sofrimento, é proposto neste artigo, perceber os contextos da dor na Dança, onde o corpo se revela como base e instrumento fundamental do discurso artístico, identificar as tipologias de dor mais comuns nos seus praticantes e, finalmente, apontar algumas estratégias que se consideram boas práticas para minorar essas dores.

**Palavras-chave:** Corpo; Dança; Dor

## **PAIN IN DANCE: IDENTIFY TYPOLOGIES OF PAIN AND POINT OUT (SOME) STRATEGIES TO ALLEVIATE THEM**

Vanda Nascimento

Escola Superior de Dança | Instituto Politécnico de Lisboa

### **Abstract:**

*Aware that the practice of Dance (in training or professional contexts) is associated with episodes of pain or suffering, it is proposed in this article to understand the contexts of pain in Dance, where the body reveals itself as a fundamental basis and instrument of artistic discourse, to identify the most common types of pain in its practitioners and, finally, point out some strategies that are considered good practices to mitigate these pains.*

**Keywords:** Body; Dance; Pain

## Notas introdutórias

Este artigo surge na sequência de uma comunicação que fiz, em março de 2023, no âmbito da Aula Aberta, intitulada A dor na expressão artística, realizada no âmbito da 6ª edição da Pós-Graduação em Dor, na Universidade Católica e, neste sentido, destaco – de forma a contextualizar o interesse pela temática – dois aspetos que estiveram na base para a supracitada comunicação e, posteriormente e em consequência, para a investigação empírica que resultou neste artigo: (1) A minha participação numa Investigação desenvolvida no âmbito de uma dissertação de Mestrado, em 2019 – que resultou na publicação do artigo: *En Pointe: Dancers Report Their Pain Less Variably Than Do Controls* (*Journal of Pain*, 2020 – o que significou o despertar científico para aspetos relacionados com a dor no quotidiano de estudantes e profissionais de Dança, nomeadamente, com a sua magnitude, com o seu relato subjetivo e a sua gestão. (2) O facto de a dor ter sido uma constante ao longo da minha vida, na e com a Dança, e entender legítimo considerar esta experiência pessoal e profissional, como um ponto de ancoragem importante para a investigar.

Entendi – consciente de que à Dança se encontram associados episódios de dor – ser pertinente perceber os contextos de ocorrência da dor, definir as tipologias de dor mais comuns nos praticantes de Dança e apontar estratégias e boas práticas para as minimizar, optando por assumir o olhar, o sentir pessoal e a experiência profissional de quem convive com a Dança há mais do que quatro décadas. A estes três pilares acrescento o inevitável contributo do conhecimento de outros autores que entendi importante alicerçar para a discussão, para a construção do meu discurso e para a produção de conhecimento sobre esta matéria.

## O corpo que dá corpo à Dança

Ao falar de Dança, implicitamente, terei em consideração o corpo como uma entidade na sua complexidade biopsicossocial. Ou seja, elaborando um paralelismo com o conceito – proveniente da

medicina – do modelo biopsicossocial, proposto, em 1977, pelo psiquiatra e clínico-geral americano, George L. Engel)<sup>7</sup>.

A partir de uma perspetiva biopsicossocial, o corpo na Dança deverá ser compreendido como resultado não somente da interação dos fatores biológicos do organismo do indivíduo, mas, também, do ambiente em que vive e das suas relações sociais, numa visão e perspetiva que se pretende interdisciplinar.

A dança, enquanto arte performativa, utiliza o corpo como instrumento fundamental do discurso artístico (Fazenda, 2012) e como forma de comunicação e relação com o mundo. Podemos, com alguma facilidade, visualizar a excecionalidade dos corpos e do movimento dançado [...] ao assistirmos à performance de uma bailarina em pontas; ao observarmos o impressionante controlo da amplitude articular dos membros inferiores, de muitos bailarinos, muitas vezes ultrapassando os 180°, em equilíbrios perfeitos, em qualquer grande pose (Nascimento, 2010, p. 73).

Ou, ainda, sermos surpreendidos por quedas – num apoio ou de joelhos – depois de saltos que desafiam a gravidade, ou pelas inúmeras pirouettes ou voltas em que o corpo, na vertical, em contração ou em inclinações brutais, domina o equilíbrio num perfeito ‘desequilíbrio controlado’. (Nascimento, 2010).

Quando vemos imagens de Dança (fotos, cartazes, flyers, programas ou folhas de sala), ou quando assistimos a um espetáculo (ao vivo ou em diferido), independentemente do tipo ou estilo é recorrente observarmos, maravilhados, os corpos que dão corpo à Dança. Como refere Sasportes (2012, p.42), na Dança “(...) o corpo é simultaneamente sujeito e objeto de criação, o criador e a matéria de criação. (...) O bailarino é a sua obra.”

Quando vemos e pensamos em Dança, acredito ser comum, vermos e pensarmos em corpos que

---

7 O modelo biopsicossocial é um dos modelos que encontramos no campo da psicologia, até mesmo da psicoterapia. É uma abordagem que afirma que vários fatores (biológico, psicológico e social) influenciam o desenvolvimento e o bem-estar de uma pessoa, no contexto de uma doença, distúrbio ou deficiência.

se movem num determinado espaço (convencional ou não convencional), em um determinado tempo (que pode ir da pausa ao movimento muito rápido), corpos que usam superfícies de suporte distintas, que mobilizam, no seu movimento, vários níveis, direções e planos inscrevendo, na nossa memória, as imagens e os momentos mágicos que sentimos ao observarmos esta Arte “(...) que vive dos corpos que lhe dão corpo, da humanidade dos seres que materializam esta arte, que a transformam em experiência real, imediata, emotiva, inesquecível.” (Lourenço, 2014, p. 29).

### **A outra face: Trabalho árduo | Dor | Prazer**

Subjacente às belíssimas imagens a que o público tem acesso – enquanto ‘produto’ e objeto artístico – num patamar diferente (por detrás das cortinas) e a montante do que são as apresentações ao público, outro cenário se nos apresenta, outra faceta da vida dos corpos na Dança. Refiro-me ao dia-a-dia e ao percurso dos praticantes de Dança e, nomeadamente, daqueles que a elegem como modo de vida e profissão.

Corpos que se constroem entre aulas e ensaios e que representam muitas horas de dedicação ao treino e aprimoramento físico, técnico e artístico, muitas vezes em detrimento de horas para descanso ou para atividades de lazer. Como referem, Anderson & Hanrahan (2008, p.9) “Unlike many other athletes, dancers do not have an “offseason” and they continue training and performing throughout the year. Dancers are prone to overuse syndromes and injuries commonly occur from improper form. Inattention to technique, overtraining, and accidents.”. Assume-se que é muito comum, alunos e bailarinos, ignorarem a dor e o desconforto, sejam estas resultantes do treino ou de lesão, e verificar-se que, muitas vezes, e por variadas razões, “(...) dancers continue to dance, or hasten their return to training after injury, to their own detriment.” (Anderson, & Hanrahan, 2008, p.9).

Importa salientar, a propósito, um aspeto sobre a formação especializada em Dança que a diferencia de outros tipos de formação: a precocidade.

Refiro-me (1) à precocidade no início da escolha das carreiras – se considerarmos apenas o Ensino Artístico Especializado da Dança (alguns iniciam mais cedo) – que se inicia aos 9/10 anos (1º ano, do 2º ciclo), tem a duração de 8 anos (até ao 12º ano) e é um tipo de formação que envolve, inevitavelmente, muitos riscos na seleção e, também, no percurso. (2) A precocidade no fim das carreiras dos bailarinos. Comparativamente com outras profissões, são genericamente curtas (serão muito poucos os bailarinos com mais de 40 anos a exercer atividade regular a nível da performance artística (apresentações, espetáculos ou temporadas). Este percurso (de formação e profissional) implica, como referido, trabalho diário árduo. Com muitas horas de treino em dança e com o desenvolvimento de um conjunto de processos que visam a melhoria da performance, a superação constante, a busca incessante pela excelência:

(...) esses processos [do treino] envolvem a aprendizagem e o apuramento de técnicas corporais muito específicas, o condicionamento físico que suporta um esforço intermitente com períodos de grande intensidade e ações motoras em que a força, a flexibilidade e as capacidades coordenativas se tornam pertinentes. (Xarez, 2015, p.9).

A estas componentes associa-se a preparação das coreografias com muitas horas de ensaios e em que a replicação dos mesmos gestos, a solicitação das mesmas cadeias articulares e musculares, ou o uso recorrentemente do mesmo apoio, se constituem como práticas regulares e sem grande escapatória. Reconhecendo a indispensabilidade destas práticas, importa salientar que estas – quando exaustivamente repetidas, na provação dos limites e na procura constante da sublimidade – podem transformar-se em causas de sofrimento e riscos para a saúde e o bem-estar de quem dança. Segundo McEwen & Young (2011, p. 156) “Competitive atmospheres and the drive to achieve perfection, all of which collectively tend to encourage, indeed enforce, adherence to a culture of risk.”

Para fazer face a exigências desta dimensão, concordaremos que, para além dos treinos físico,

técnico e coreográfico, definidos por Xarez (2015) é indispensável possuir, na prática da Dança, muita perseverança, muito empenho, elevados graus de auto motivação e uma enorme paixão. Esta paixão, que se associa, inevitavelmente, ao prazer, muitas vezes é inexplicável, considerando o referido sobre o trabalho árduo e os estados de sofrimento. Sobre esta tríade, trabalho árduo | dor | prazer, partilho as palavras de Tiago Rodrigues, num texto de 2015 (incluído no programa da temporada 2016/2017 da CNB, pp.25-26) a propósito do espetáculo que dirigiu intitulado A perna esquerda de Tchaikovski, um espetáculo para uma bailarina (Barbora Hruskova) que chega ao fim da sua carreira.

(...) desejamos também mostrar ao público aquilo que a dança Clássica obsessivamente esconde: O trabalho infernal que está por detrás da beleza etérea do ballet. A disciplina militar, a dedicação que é quase devoção, a compulsiva busca da perfeição, as privações, a constante autocrítica. E sim, o prazer! Mas ao prazer que resulta da escalada extenuante a cumes inacessíveis. (Rodrigues, 2015, citado em Nascimento, 2023, pp. 36-37)

Tudo o que referi sobre o quotidiano de estudantes e profissionais da Dança está, regularmente, associado a processos de dor ou de sofrimento que nem sempre são reconhecidos como tal pelos próprios. Poderemos entender que este facto ocorre porque estes nem sempre diferenciam a 'dor do desempenho' da 'dor de lesão' (Anderson & Hanrahan, 2008) ou, em muitos casos, assumem e incorporam a dor como *conditio sine qua non* para se ser bailarino. Quem, no mundo da Dança (e, também, no Desporto) nunca ouviu, dos professores ou ensaiadores, as expressões 'bailarino tem de sofrer' ou 'no pain, no gain', como uma inevitabilidade para se atingir a excelência? Tornando-se as dores como, obrigatoriamente integrante, da vida de quem dança, velando e banalizando os riscos daí decorrentes. Ou, ainda, porque se normalizou que "the hierarchical power relations of the dance world that place the administrators, choreographers, ballet masters or mistresses and teachers at the top, and the dancers squarely at the bottom

of this microcosmic social ladder." Verificando-se, igualmente, esta hierarquia no lugar da formação em que "the teacher is placed in a position of power and control." (McEwen & Young (2011, p. 156). Os mesmos autores afirmam que "Authoritarian power structures, intensely competitive training and performing environments, and hyper-critical and perfectionist attitudes of instructors and performers are found to be ubiquitous pressures that initially appear to facilitate success in dance but may ultimately compromise health". McEwen & Young (2011, p. 152). Esta relação de 'habituação' ao sofrimento encontra espaço de existência, porventura, pelas características desta população, como referido no seu estudo Canaipa et al (2020, p.3).

(...) professional dancers are more interoceptive, as assessed by the heartbeat detection task, than is the general population. Furthermore, the more experienced the dancer, the better his/her interoception. Like other professional athletes, dancers are also known to be less pain sensitive, as demonstrated by higher pain thresholds and longer tolerance to experimental pain.

Reconhecendo 'o campo fértil' para a existência e a aceitação da dor, nos vastos domínios da Dança, discordo em absoluto que esta tenha de ser 'o fado' da vida de alunos e profissionais (bailarinos e professores) de Dança e acredito que "Increased knowledge and understanding of the pain experienced by athletes and dancers will ultimately assist in minimizing the potential for career ending injury as they continually strive to perform their best." (Anderson & Hanrahan, 2008, p.9). Acredito que práticas e comportamentos em que se dedique maior atenção aos sinais do corpo – muitos deles decorrentes do próprio treino e de uma visão biopsicossocial de quem dança – poderão ser aliados indispensáveis, na identificação e na melhoria dos relatos subjetivos de dor, que se verificam como essenciais, quer na programação dos diferentes tipos de treino – físico, técnico, coreográfico, psicológico, biológico, identificados por Xarez (2015) – quer para o encaminhamento e assistência clínica adequada e de qualidade.

## A dor na Dança: Corpo (dor)mente

A dor (no campo da medicina) é descrita como um processo complexo em que os fatores biológicos e psicológicos convergem para vivências do foro sensorial e emocional de um indivíduo. A dor “serves as a function of preserving one’s body from potential external life threats, being modulated by sensorial, emotional, and cognitive aspects. It is a complex experience highly subjective and difficult to assess both in clinical and experimental settings (Mendonça, 2019, p. 1). Para Anderson & Hanrahan (2008, p.10), “Pain involves two separate components: the physical sensation that is registered by the brain and the psychological response to that sensation” distinguindo, no âmbito da Dança, dois tipos de dor: a resultante do desempenho rotineiro e a associada a uma lesão aguda ou crónica, especificando que a primeira se caracteriza por ser produzida de forma voluntária e controlada (na duração e intensidade) pelo executante e não coloca em perigo o seu bom desempenho. Referem que “Injury pain, however, is usually chronic and is perceived to be outside of the athlete’s control. It threatens the ability to perform, providing athletes with a signal of impending danger to their wellbeing” (Anderson & Hanrahan (2008, p.10). Aalten (2007, p. 115) admite que “the dancer’s lifestyle can be a draining and inherently risky one in which pain and hurt are simply inevitable and expected.”

Ao partilhar o meu ponto de vista sobre a matéria optei por organizar a ocorrência de dor ou estados de sofrimento em quatro situações específicas que designei como: (1) Dores inerentes ao tipo de atividade, à estética subjacente e ao treino específico; (2) Dores resultantes de incidentes não previsíveis; (3) Dores decorrentes de lesões músculo-esqueléticas, e (4) Dores ‘silenciosas’.

Realço que os aspetos (conceito, causas, características) que aludo de forma breve e separadamente – por questões estruturais – podem acontecer em episódios isolados, mas também, e com frequência, ocorrem em situações interdependentes ou subsequentes, em entrelaçamentos de alguma (ou muita) complexidade.

(1) No que se refere às dores inerentes ao tipo de atividade, à estética subjacente e ao treino específico, identifique-as como as que a comunidade da Dança apelida, comumente, de ‘dores boas’, ou ‘performance pain’ (Anderson & Hanrahan, 2008).

Aludo, como exemplo, as dores decorrentes do treino da flexibilidade, cujo objetivo se prende com a aquisição de maiores amplitudes articulares, ou do treino da força, para a manutenção dessas grandes poses; as dores ‘normais’ no trabalho específico de lifts (quando um bailarino tem de sustentar o peso de outro, por vezes na receção de um salto...); o trabalho em pontas – ainda que realizado com sapatilhas feitas à medida, com proteções para os dedos (em silicone) e outros truques que cada um ajusta às suas necessidades – causador das recorrentes bolhas (de fricção) nos dedos dos pés, da formação de calos ou do aparecimento de unhas encravadas. As dores que sucedem a repetição de exercícios que estão na base do aumento da altura e da capacidade de suspensão do corpo no ar durante o salto (o denominado *ballon*), são outro exemplo prático desta tipologia de dor. Realço, ainda, as dores sentidas aquando da mudança do repertório, de acordo com o vocabulário motor ou a estética do coreógrafo, em que o uso de cadeias articulares e músculos são diferentes do repertório anterior.

Estas ‘dores boas’ por norma, desaparecem ou são atenuadas sem sobressaltos e sem que afetem o decorrer normal das atividades dos praticantes de Dança (sejam alunos ou bailarinos). Apesar de incontornáveis podem ser controladas através de práticas e procedimentos diários adequados (antes e pós atividade) como sejam, o aquecimento (*warm up*), no início e o retorno à calma e os alongamentos (*cool down*), no final da atividade; de horas indispensáveis ao descanso (de acordo com o tipo de esforço e o tempo gasto nas atividades realizadas), através de uma alimentação adequada e hidratação apropriada e que suporte os gastos energéticos individuais.

A estas práticas deverá acrescentar-se, indiscutivelmente, a planificação criteriosa de aulas com objetivos claros, mas atingíveis, com progressões – do ponto de vista físico e do ponto de vista de relação entre os conteúdos técnicos – adotando modelos demonstrativos, claros, em que a informação (visual, proprioceptiva e auditiva) seja de qualidade, motivadora e com uma forte componente de incentivo e de afeto.

Não descarto (pela sua relevância) o recurso a atividades complementares de treino físico específico, as práticas de relaxamento, a massagens, a meditação e, não menos importante, o investimento e interesses em atividades lúdicas e sociais (que poderão precaver outro tipo de dor, de que falaremos a seguir).

- (2) No que respeita às dores resultantes de incidentes não previsíveis, em que se enquadram, por exemplo, o estiramento de um músculo ou cadeia muscular, uma entorse, uma fratura óssea, uma luxação, a rotura de um qualquer ligamento, e que podem configurar-se em lesão. Embora não haja consenso “Alguns estudos definem lesão como sinónimo de dor ou problema nas condições musculoesqueléticas resultantes do treinamento e de competições associadas à dança.” (Silva & Enumo (2016, p. 133). Xarez (2015, p. 47) considera que se encontra “lesionado o bailarino ou praticante de Dança que por algum sintoma ou incapacidade ou condição se vê obrigado a interromper a sua atividade (...) durante pelo menos 24 horas.

Diria que as dores resultantes de incidentes não previsíveis serão facilmente identificadas, no tempo e no espaço da ocorrência (pelo professor, ensaiador ou pelo próprio) necessitam de intervenção de profissionais competentes para avaliação, prescrição de tratamento e acompanhamento da recuperação, e podem resultar em paragens pontuais (de pequena, média ou longa duração) ou, em casos muito graves podem resultar em limitações que derivam para o fim da atividade da Dança.

- (3) Numa outra categoria de lesão, causadoras de dor e sofrimento, e que importa referir, são as

relacionadas com o trabalho específico (transversais a todas as profissões) e que se denominam lesões músculo-esqueléticas (LME) Estas afetam músculos, articulações, tendões, ligamentos ou ossos, mas que podem ter, igualmente, implicações e perturbações do foro psicológico e que são referidas pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, no seu site oficial<sup>8</sup>.

Nos praticantes de Dança (tal como em outros atletas de alta competição) este tipo de doença – relacionada com a especificidade do trabalho – toma proporções consideráveis, assumindo aqui a relação indissociável do bailarino e do seu corpo, enquanto instrumento primeiro e prioritário da sua essência e existência. Sobre estas lesões, assaltam-me várias preocupações... partilho duas delas: A primeira, prende-se com a constatação de que estas dores – que se configuram em doença e ‘mais comum’ em indivíduos adultos – acontece, infelizmente, com alguma frequência (mais do que deveria) em praticantes muito mais jovens, ou seja, ocorrência de lesões por over use que resultam em fraturas de esforço e outras mazelas ‘crónicas’ com repercussões em termos de qualidade de vida e de percurso profissional que podem ser prematuramente comprometidos. A precocidade nas aprendizagens específicas (às vezes antes do recomendável), o longo percurso de formação aliado a uma enorme e continuada exigência e, em alguns casos, a desmedida participação em concursos e competições, constituem-se como sérios riscos para a saúde física e mental, sobretudo de jovens (alguns muito promissores) que veem a sua carreira precocemente acabada e, com sequelas graves para a sua vida futura. A segunda preocupação, prende-se com as dores resultantes do conjunto de situações atrás referidas e que, subsistindo para o resto da vida, ganham maiores dimensões quando associadas a paragens repentinas da atividade da Dança, sem o acompanhamento que

<sup>8</sup> <https://osha.europa.eu/pt/themes/musculoskeletal-disorders>

permita adequar e dosear a atividade a uma nova condição e a um novo timing. Diria que, nestes casos – parafraseando o Professor Luís Xarez numa das aulas do Curso de Pós-Graduação em Treino em Dança| FMH| UL – será necessário fazer um saudável e indispensável ‘desmame’. A adequação deverá ser realizada quer do ponto de vista físico (corpo) quer do ponto de vista psicológico (mente). Como aludem Silva & Enumo (2016, p. 135), “Um acompanhamento psicológico se faz necessário, já que a dor envolve mecanismos psicológicos, os quais podem influenciar a diminuição da dor, por meio de estratégias de enfrentamento adaptativas, e também acelerar a recuperação após as lesões.”

- (4) Para finalizar identifico, ainda, outro tipo de padecimento com que a comunidade da Dança se depara, a que chamei dores ‘silenciosas’. Estas distinguem-se das anteriores pois não são do foro físico (direto), falo das dores que não se sentem por palpação, que não identificadas por qualquer Raio X ou por Ressonância Magnética e que, por variadíssimas razões, muitas vezes as silenciámos. Falo das dores provenientes da gestão da ansiedade, enquanto consequência de problemáticas relacionadas com o stress, perante o público, stress gerado pelo medo de errar ou da eventualidade da falha. Refiro-me ao sofrimento que advém da falta de autoestima, de autoconfiança, do lidar com o julgamento e com a comparação (com os colegas, consigo próprio ou com o ‘modelo’ de eleição...). Ou, ainda, do sofrimento de se olhar a imagem refletida no espelho e sermos confrontados – ainda que não seja a imagem real – com a insatisfação dolorosa do corpo (im)perfeito. Estas dores, quanto a mim, são as mais difíceis de identificar e requerem, definitivamente, ajuda especializada e a gestão cuidada e responsável por parte dos professores, coreógrafos ou outros responsáveis pela vida e carreira dos estudantes de dança e dos bailarinos profissionais.

## Notas Finais

Se me perguntarem se é possível minimizar as dores na Dança? A resposta – apesar do que refiro e identifico nos itens anteriores – será, obviamente, que sim!

Não sendo apologista da normalização da dor ou da sua aceitação incondicional, acredito que contribuir para a sua minimização é uma obrigatoriedade de todos os agentes envolvidos.

Face aos desafios apresentados e que se relacionam com a convivência regular com a dor, as estratégias de desenvolvimento psicológico que possam ser adotadas são, também – paralelamente às que fui referindo na tipificação das dores – fundamentais para que estudantes e bailarinos aprendam a lidar com as adversidades relacionadas com a dor e a construir uma atitude resiliente, privilegiando a melhoria da performance, mas diligenciando para a prevenção de lesões, para o prolongamento das carreiras e para a promoção da saúde e do bem-estar.

Consciente do muito que há para fazer nesta matéria recorro mais uma ao espetáculo A perna esquerda de Tchaikovski e às palavras da bailarina Barbora: “Dançar dói, mas dói mais quando estou parada.”

## Referências bibliográfica

- Anderson, R., Hanrahan, S. (2008). Dancing in Pain: Pain Appraisal and Coping in Dancers. *Journal of Dance Medicine & Science*, Volume 12, Number 1, 2008, 9-16 PMID: 19618573
- Canaipa, R., Mendonça, D., Agostinho, M., Nascimento, V., Honigman, L., Treister, R. (2021). En Pointe: Dancers Report Their Pain Less Variably Than Do Controls. *J Pain Jan*;22(1), 97-105 doi: 10.1016/j.jpain.2020.06.005. Epub 2020 Jul 21. PMID: 32702405.
- Fazenda, M. J. (2012, 2ª Ed.). *Dança teatral: Ideias, Experiências, acções*. Edições Colibri e Instituto Politécnico de Lisboa.
- Lourenço, F. (2014). *Estética da Dança Clássica*. Edições Cotovia
- McEwen, K., Young, K. (2011). Ballet and pain: Reflections on a risk-dance culture. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health* Vol. 3, No. 2, July 2011, 152-173, <https://doi.org/10.1080/2159676X.2011.572181>
- Mendonça, D. M. G. (2019). Pain reporting accuracy and ability to accurately report other bodily sensations in dancers. Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Neuropsicologia.

- Nascimento, V. M. S. (2010). Os professores de técnicas de dança das escolas de educação artística vocacional em Portugal continental: caracterização do seu perfil académico e profissional e análise da sua prática docente. Tese de Doutoramento. Universidad de Sevilla
- Nascimento, V. (2023). Técnica da Dança Clássica – Reflexões| Análise| Testemunhos. Instituto Politécnico de Lisboa
- Rodrigues, T. (2015). Traduzir as tempestades. A perna esquerda de Tchaikovski: CNB, p.11(Programa da temporada)
- Silva, A.M. B. & Enumo, S. R. F. (2016). Dor e lesões em bailarinos adolescentes: revisão sistemática. *Rev.dor* .17(2): Apr-Jun, 2016, 132-13. <https://doi.org/10.5935/1806-0013.20160030>
- Sasportes, J. (2012). A Quinta Musa: Imagens da história da dança. Bizancio
- Xarez, L. (2015). Treino em Dança. Questões pouco frequentes. Edições FMH

**Vanda Nascimento** Doutorada| Universidade de Sevilha. Pós-Graduada em Treino em Dança| FMH| UL. Licenciada em Dança| ESD| IPL. Professora Coordenadora da ESD| IPL. Coordenadora Mestrado em Ensino de Dança Docente na Licenciatura e no Mestrado em Ensino de Dança| ESD. Membro Integrado do Centro de Investigação do Instituto de Sociologia UP – Subgrupo Criação Artística, Práticas e Políticas Culturais.  
Email: [vnascimento@esd.ipl.pt](mailto:vnascimento@esd.ipl.pt)  
ORCID ID:  
<https://orcid.org/0000-0002-6277-9254>

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 15 de março de 2024. Aprovado para publicação a 18 de abril de 2024.



## CHARTING THE COURSE OF SOCIAL BANKING: ANALYSING THE THEORETICAL AND EMPIRICAL UNDERLYING SOCIAL CRITERIA

Yolanda Cotelo  
Universidade da Corunha

### Abstract

This paper delves into the evolving landscape of sustainability in banking, particularly exploring the growing relevance and institutionalization forms of social banking. To this end, it first introduces a dynamic multi-theoretical framework, incorporating legitimacy, stakeholder, and institutional theories, to analyze the rise of social commitment of financial institutions. Secondly, two contrasting approaches are discussed to understand their different institutionalization forms and evolution – the corporate social approach adopted generally by mainstream banks and the tension perspectives approach of social banks. The former often engages in adjustments of determinate banking practices to meet societal expectations, while the latter, embraces tensions inherent in sustainability. To conclude this article advocates for considering the dimensions of social banking, rather than exclusive definitions, as an unlocked potentiality to overcoming the claimed debate surrounding the definition of social banking. The proposed framework and outlined dimensionality aim to contribute to advancement in understanding the evolving role of banks in society, especially in the context of sustainability.

**Keywords:** Social Banking, Sustainability, Legitimacy, Corporate social approach, Tensions approach.

## TRAÇANDO O CURSO DO BANCO SOCIAL: ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS DOS CRITÉRIOS SOCIAIS

Yolanda Cotelo  
Universidade da Corunha

### Resumo

*Este artigo explora o cenário em evolução da sustentabilidade no setor bancário, especialmente investigando a crescente relevância e formas de institucionalização do banco social. Para isso, introduz inicialmente um quadro dinâmico multi-teórico, incorporando teorias de legitimidade, stakeholders e institucionais, para analisar o aumento do compromisso social das instituições financeiras. Em segundo lugar, são discutidas duas abordagens contrastantes para compreender suas diferentes formas de institucionalização e sua evolução – a abordagem social corporativa adotada geralmente pelos bancos convencionais e a abordagem de perspectivas de tensão dos bancos sociais. O primeiro frequentemente se envolve em ajustes de determinadas práticas bancárias para atender às expectativas sociais, enquanto o último abraça as tensões inerentes à sustentabilidade. Para concluir, este artigo defende a consideração das dimensões de banco social considerando suas dimensões, em vez de definições exclusivas, como uma potencialidade desbloqueada para superar o debate em torno da definição de banco social. O enquadramento proposto e a dimensionalidade delineada visam contribuir para avançar na compreensão da evolução do papel dos bancos na sociedade, especialmente no contexto da sustentabilidade.*

**Palavras-Chave:** Banca Social, Sustentabilidade, Legitimidade, Abordagens sociais corporativas, Abordagem de tensões.

## 1. Introduction

The activity of receiving deposits from the public and providing credit on their own has been the traditionally defining credit institutions' business. However, nowadays, their scope embraces a full range of financial services, from payment to insurance services, among others. Economic and social challenges, together with the evolution of technology and innovation, have shaped the ongoing evolution of the financial system's structure.

This paper focuses specifically on the recent transformation, heightened by the aftermath of the 2007 economic crisis, related to the adoption of banking practices and discourses including ethical and environmental objectives (Paulet et al., 2015).

The rise of sustainability i.e., "development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs" (Bruntland, 1987), has raised the importance of these concerns. The role of financial institutions as intermediaries between society and finance situates them as a key sector in determining society's success in achieving sustainable development (Scholtens, 2009). They hold the capacity to foster the features necessary to enable both, their customers and business models to adopt a sustainable path.

In this context, a new form of organization concerned with the ability to effect positive social and environmental challenges has emerged. Different concepts such as triple bottom line, blended value, values-based, mission-driven, or hybrid organizations have been used in literature to refer to them (Haigh & Hoffman, 2012). Their business model differs from traditional entities in its sustainability-driven character as holding social and environmental missions while generating the needed profit to accomplish them.

In the investment world, they have introduced changes on individual and institutional levels through socially responsible investing. In finance, microfinance organizations have risen rapidly while in the banking sector, social or ethical banking has gained prominence.

All areas have reached the attention of experts and academics. Nevertheless, the social characterization

of credit institutions, defined by their pursuit of a triple social, environmental, and economic objective, has not yet been accompanied by a comprehensive approach capable of integrating the theoretical and practical levels of its definition and measurement (da Silva Inácio & Delai, 2022).

Despite the relevance and implications of their social factors, there is still no consensus regarding the nature of what a social bank is. Neither on how mainstream banking addresses sustainability nor on how previous banking traditions have dealt with it, evidencing the need for in-depth research.

This paper aims to contribute to filling these gaps, answering the question of how banking institutions face sustainability. To this end, first, we discuss the emergence of social banking and how long-held business norms and conceptions of the role of the corporation in society, have evolved. Secondly, we dig into the distinctive characteristics of social banks relating them to the way conventional banks adopt sustainability and the presence of social characteristics in traditional banking typologies. We do that under the corporate social approach and the tensions perspective of sustainability (Carroll, 1979; Van der Byl & Slawinski, 2015). Finally, we conclude that different institutionalization forms of social banks and levels of socialization, among other challenges surrounding social banking, as the clarification of its conceptualization, could be unlocked considering its dimensions as the first step forward toward its empirical analysis.

## 2. A dynamic multi-theoretical framework: legitimacy, stakeholder, and institutional theory

The field of social banking is still in the process of forming a consensus on its paradigm and establishing a recognized epistemology. Despite this, a plural set of theoretical approaches has been articulated.

This multi-theoretical framework is a response to the major changes in the banking sector that have pushed towards an analysis of financial institutions from a comprehensive perspective,

explaining financial institutions' function and significance in the real economy (Scholtens & van Wensveen, 2000)

Research efforts to explain the social commitment of institutions have tended to rely on a corpus of system-oriented theories – principally legitimacy theory, stakeholder theory, and institutional theory (Cormier et al., 2005). These approaches reinforce the idea that economic institutions cannot be analyzed independently from the social context and institutional framework in which they take place and which shape and influence them (Carnevale & Mazzuca, 2014; Deegan, 2002).

The key notions of each theoretical stream evidence the dynamic and overlapping nature of this multi-theoretical framework. First, economic organizations are shaped by definitions of appropriate legitimate forms of economic behavior which can vary across time and space. Legitimacy itself has been defined by Lindblom (1994, p.2) as “... a condition or status which exists when an entity's value is congruent with the value system of the larger social system in which the entity is a part”. This underscores how the extent to which stakeholders support corporate behavior or push to redefine their established goals can influence their effective functioning and performance, drawing upon the foundations of stakeholder theory (Freeman, 2010). At the same time, legitimacy plays an important role in processes of institutionalization, mainly, producing normative orientations. Consequently, this approach highlights the stakeholder's role in the configuration of social banking together with the relevance of legitimacy in the resulting different institutionalization processes.

### **2.1 The role of society's interest: A stakeholder theory approach.**

The prevailing firm's desire to maximize short-term interests, disregarding the longer-term impact on society and stakeholders', highlighted the system's failure to take into consideration dimensions, such as ethics, transparency, and accountability (Benedikter, 2011). As a result, concerns arose about the functioning of money and finance, leading to calls

for social and sustainable action. These demands, advocate for aligning values with the pursuit of societal well-being beyond the explicit economic, technical, and legal interests of entities (Carroll, 1979).

### **2.2 The rise of ethical and sustainable commitment in banking: A legitimacy crisis approach**

The concern for sustainable criteria in banking can be considered as a corporate response to a legitimacy crisis, motivated by the effects of the 2007 crisis and the evidenced detachment of the financial system from the general interest and the real economy (Fourcade & Healy, 2007). There is a legitimacy crisis when disparity emerges between social and institutional or corporate values (Lindblom, 1994). In this case, the desire of organizations to maximize short-term interests disregards the longer-term impact on society and stakeholders' interests.

In this context, society's legitimacy was increasingly relying on responsible behavior, understood as enhancing further social welfare beyond the more explicit economic, technical, and legal interests of the firm. In other words, social criteria were claimed to be factors for consideration (legitimacy). Consequently, as a way to recover the congruence between the sustained social values of the organizations and the values embraced by society, financial institutions started to include social and environmental commitments accompanied by a deeper disclosure of non-financial information around these goals.

### **2.3 The normativization of sustainability: Institutional theory approach**

As a result of the legitimacy crisis associated with the 2007 financial breakdown, banking institutions began to increasingly assess and explain their financial performance, articulated in the legitimate normative orientations, rather than simply the premises of profits and efficiency (Fourcade & Healy, 2007).

However, adopting normative orientations has a number of consequences within the market process. Aware of these implications, credit institutions manage the normative orientations in coherence with their business criteria and principles to avoid undesired consequences within the economic and market process. Consequently, the need to conform to society's requirements and expectations did not produce a general change in the structure and/or operations of credit institutions. Instead, particular strategies were formulated under business may continue "as usual".

Each of the several legitimacy strategies would result in different models of institutionalization for social principles and practices, depending on the stakeholders involved, the type of practices and operations developed, narratives and discourses, etc. Thus, normative orientations can contribute to determining different institutionalization forms (types) of banking. Nevertheless, legitimacy may not be the sole reason, as various interrelated motives can drive the adhesion of these orientations (Deegan, 2002). Yet, the complexities involved in distinguishing the underlying fundamentals of the strategies, which range from contributing to the community's expectations to capturing funds or taking advantage of the appearance to act correctly, conform to a challenge.

### 3. Different approaches to social criteria in banking

As presented at the beginning, what characterizes social banking is their guide from a triple bottom-line principle for a triple impact which identifies three areas of focus: profit, people, and planet (Fourcade & Healy, 2007). The existence of certain agreements around this definition helps to overcome the wide debate around its conceptualization, mainly driven by the interest in underlying different particularities of each business model configuration: ethical banking, sustainable banking, alternative banking, value-based banking, and green banking (Weber & Remer, 2011). The discussion based on these terms may foster

the differentiation of sub-types of social banking. However, it provides scant support, if not outright contradictions, to initiatives aimed at determining the criteria for distinguishing what qualifies as social banking and what does not.

Advancement in building epistemological consensus on the field, as presented in previous sections, requires understanding what normative orientations imply and how can they lead to the adoption of a variety of institutional forms. Hence, before delving into various business models that can serve to accomplish their pointed mission, it is crucial to differentiate how entities align with legitimacy. This distinction is essential to contrapose business models that fully address this perspective to strategies that may emulate it, tailoring goals, methods, and outcomes.

To this end, we deepen on what we have considered the main contraposed institutionalization forms of social criteria in banking. We address corporate social approaches (section 3.1) and the tensions perspective of sustainability (section 3.2). It is not aimed to be a comprehensive review of each of them as the space of this paper is limited, however, we will succinctly make use of them to advance the conceptualization of social banking to be able to point out characteristics and differences.

#### 3.1 Corporate social (CS): responsibility, responsiveness, or performance.

Social banking is not the only term surrounded by a lack of clarity. Instead, the frequently shrouded discussion about definitions is one of the factors contributing generally to the ambiguity around the social commitment of the organizations. What follows evidence it.

"Corporate social" can be defined as encompassing the economic, legal, ethical, and discretionary expectations that society has of organizations at a given point in time (Carroll, 1979). When accompanied by responsibility it emphasizes the motivation of a corporation to address an issue. While responsiveness would highlight the managerial processes and performance would stand out the results and impacts.

The corporate social approach of business is economic in nature as it is the basic economic unit in our society. Business is expected to operate under laws and regulations. Furthermore, society has expectations of firms above legal requirements, the ethical responsibilities. Lastly, it has a discretionary component, about which society has no clear-cut message for business, instead, it is left to individual judgment and choice. The decision to assume them is guided only by the organization's desire to engage in social roles. The discretionary dimension is purely voluntary, although, societal expectations do exist for businesses to assume social roles over and above those described.

An organization doing most of all categories is usually characterized as proactive, problem-solving, and industry leader (Carroll, 1979). Having reached such, the corporate social approach would no longer be just the content of a group of policies, i.e., a retroactive addition to business. Instead, the pursuit of sustainability, despite it was not the reason why they were initially created would conform by then, their continuing *raison d'être*, i.e., their business model mission. Thus, a corporate social approximation could lead to a business transformation.

Although, a foundational start over is required. In the end, the transition to becoming a social credit institution forces any organization to align with a mission that shifts immediate, instrumental, self-interest towards the consideration of a broader context of benefits that include the social and natural environments of which they are a part. Yet, as far as we are aware, this ideal stage has not been reached by mainstream banking institutions. We concisely examine why.

Corporate social approaches and social banking share the aim to present a bridge between ends that has previously been seen as an incommensurable dichotomy (ex., profits vs. social and environmental mission). In both cases, the kind of issues they address, are in a transient state. As explained in the previous section by the dynamic character of orientations, as the times change, so does the emphasis on the range of social issues businesses are expected to address. Also of interest is the fact that particular social issues are of varying concern to businesses (here would relate the

discussion around the conceptualization of social banking commented previously). However, they discern their discretionary responsibility, strategies, and consequently, levels of performance, i.e., its characteristics.

Social banks take responsibility, even if not explicitly expected, to solve societal and environmental problems. They are fully designed to successfully serve the three goals, significant social and environmental missions maintaining economic viability. In contrast, the corporate social conceptualization does not require assuming the core responsibilities of such a triple mission. Consequently, under the corporate social approach, organizations manage the alignment with societal expectations throw add-on goals. They lay down managerial strategies as the alignment with symbols or institutions with a solid base of legitimacy, redirecting their public's attention to those aspects where their legitimacy is greater, or attempting to influence expectations surrounding their activity to boost their legitimacy.

As a result, changes do not fully affect the entity instead just imply the creation of certain products or participation in certain activities. An example of this is the current mainstream focus of banking on reducing negative impacts (such as carbon emissions) and implementing end-of-pipe initiatives (such as waste minimization and pollution control). They represent attempts to fix gaps not leveraging the potential to achieve high environmental impact.

Yet, their activity continues subordinated to conventional financial valuations, representing the added objectives, a superficial compromise that does not imply a profound change regarding their business (Relano & Paulet, 2014). As a result, there are important differences in performance among social and non-social banks, as higher as their social commitment.

Although entities may have acquired by implementation of some social characteristics, there are still constraints and important limitations. However, normative developments in mainstream banking evidence that socialization, i.e., widening banking institutions' scope on sustainability is not only desired but also possible.

### 3.2 Tensions perspective of corporate sustainability.

The adoption of a corporate social approach contributes to explaining the inclusion of social criteria. Nevertheless, as much of the research, relies on a win-win perspective assuming that the three goals mutually reinforce each other (Van der Byl & Slawinski, 2015). The emphasis on the financial benefits of pursuing also social and environmental objectives has supported its legitimation. However, it is an instrumental view, the same present in studies based on trade-off approaches that end up prioritizing one element over another. Therefore, it fails to explicitly consider the inherent tensions of sustainability (Bruntland, 1987).

Tensions can exist between competing elements of economy, society, and environment or the present and future temporal contexts. Consequently, given that sustainability encompasses several contradictory yet interrelated elements, two perspectives have been developed recognizing such tensions rather than simply avoiding them.

On one side, the integrative approach. This perspective of sustainability focuses on rebalances from instrumental to weighting (ideally equally) sustainability elements, shifting focus from just economic to social and/or environmental. It recognizes the tensions through its management (Van der Byl & Slawinski, 2015). This implies that an organization's business models may include practices, goals, and values that do not perfectly align instead that may contradict each other. It can be better understood by analyzing banking by making use of its traditional typologies.

Built on the base of its legal form different banking models have been traditionally identified. Various of them, such as credit cooperatives, savings banks, mutual banks, and not-for-profit banks, have played a relevant role in achieving social and environmental goals. For example, providing access to segments of the population financially excluded, driving regional development, or encouraging certain values and principles. As a result, they have been characterized by counterbalancing the traditional heavy focus on economics with an approach

that places more weight on environmental and social considerations.

Thus, they conform an example of the latent tensions between the three objectives being consciously present and managed through integrative balance. Moreover, these instances to be considered a crucial aspect when analyzing social banking. Introducing a social dimension to banking is not an entirely novel phenomenon, notwithstanding the significant momentum the move toward sustainability has gained (Relano, 2015).

On the other hand, more recently, the paradox perspective of organizations has been used to deepen sustainability tensions. This approach argues that organizations face multiple paradoxical tensions, i.e., interrelated contradictions. Under paradox, tensions are embraced through exploration rather than a resolution perspective. In contraposition to the prior instrumental perspectives that understand elements as a conflicting objective function with a deal option. Paradox examines how to work through contradictions requiring innovation and creative approaches to be developed (Van der Byl & Slawinski, 2015). Therefore, it differs from the integrative lens view of managing tensions through counterbalancing.

Hence, the tensions approach may contribute to differentiating among institutionalization forms of social criteria. First, the one from mainstream banks reinforces the differences among social corporate approaches, underlying win-win and trade-off perspectives, and the social bank conceptualization. Secondly, the one of previous banking traditions with social and/or environmental missions, based on the counterbalance, characteristic of the integrative perspective. Third, the resulting innovative business models that embrace paradox tensions, i.e., new social banks. Yet, knowing if the paradox theory truly describes the reality behind the social banks that emerged from the 2007 legitimacy requires further investigation.

### 4. The dimensions of social banking

The theoretical framework developed to explain the rise, evolution, and institutionalization of social

banking, brings attention to the fact that more than an operational definition is needed to advance the field. The identification of social banking features has evidence key for understanding how the current spread of social and sustainable concerns, interact within the whole banking system and the theoretical framework lying around. However, due to the presented different underlying logics and subsequent institutionalization forms of social banking, characterization by itself has shown not sufficient to overcome some current limitations (Relano, 2015; San-Jose et al., 2011). Instead, being conceived as articulated wide groups of interlinked characteristics, social banking dimensions have the potential to fulfill this need, putting together a balance of the specificity of social banking and the generalization required to allow comparison. Therefore, their relevance is triple.

First, determining and analyzing the features of social banking clarifies its conceptualization. Secondly, it brings light into a black box. Until now, literature has tended to rely on external categorizations of banks as socials based on the criterion of institutional membership of private organizations such as the European Federation of Ethical and Alternative Banks and Financiers (FEBEA) or the Global Alliance for Banking on Values (GABV) (Paulet et al., 2015; San-Jose et al., 2011). The determined dimensions allow to establishment of a social typology based on transparent criteria. Finally, it contributes to solving the terminological debate around the definition by allowing its empirical measurement. This not only means that it is possible to address empirically social banking. It also possibilities to gain comparative insights for example on how traditional banks address sustainability, banking transformations, the evolution of previous banking traditions with social characteristics, or the determination of levels of socialization.

Thus, we believe that future work in this direction would contribute to fostering the advancement of the field. On top of being the dimensions of social banking, the answer to the gaps pointed at in this paper.

## 5. Conclusion

Defining social banking is still a matter of discussion, despite the growing social and academic relevance of the topic. The exposed theoretical and empirical underlying of social banking bring attention to its dimensions, interlinked characteristics of the phenomenon, instead of contrasting exclusive definitions of a normative nature, as a potentially relevant contribution to the advancement of literature in theoretical and empirical terms.

The multi-theoretical framework developed explains the key role of banking in and for society. It's able to successfully dip into the roots, rise, and spread of sustainability in banking. Furthermore, the different approaches to social criteria in banking evidence the different motivations, strategies, and performance levels behind the various forms of institutionalization of social criteria. Such perspectives can link the changes brought about by the 2007 crisis with the deep origins of the social characteristics of banking. All of it fosters the conceptualization of social banking. Yet, future investigation is required.

We conceive the research on social banking dimensions as an important step further to be able to address research gaps advancements. Especially, as it could be enabling its wider empirical measurement. Therefore, the dimensions have the potential to both, bring insights to current questions as well allow the formulation of new ones. Thus, we deem social banking dimensions as an opportunity to reconcile perspectives and advance sustainability.

## References

- Benedikter, R. (2011). *Social Banking and Social Finance*. Springer New York. <https://doi.org/10.1007/978-1-4419-7774-8>
- Brundtland, G. (1987). *Our common future*. World Commission on Environment and Development. <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>
- Carnevale, C., & Mazzuca, M. (2014). Sustainability report and bank valuation: Evidence from European stock markets. *Business Ethics: A European Review*, 23(1), 69-90. <https://doi.org/10.1111/beer.12038>

- Carroll, A. B. (1979). A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *The Academy of Management Review*, 4(4), 497-505. <https://doi.org/10.2307/257850>
- Cormier, D., Magnan, M., & Van Velthoven, B. (2005). Environmental disclosure quality in large German companies: Economic incentives, public pressures or institutional conditions? *European Accounting Review*, 14(1), 3-39. <https://doi.org/10.1080/0963818042000339617>
- da Silva Inácio, L., & Delai, I. (2022). Sustainable banking: A systematic review of concepts and measurements. *Environment, Development and Sustainability*, 24(1), 1-39. <https://doi.org/10.1007/s10668-021-01371-7>
- Deegan, C. (2002). Introduction: The legitimizing effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282-311. <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>
- Fourcade, M., & Healy, K. (2007). Moral Views of Market Society. *Annual Review of Sociology*, 33(1), 285-311. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.33.040406.131642>
- Freeman, R. E. (2010). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Cambridge University Press.
- Haigh, N., & Hoffman, A. J. (2012). Hybrid organizations: The next chapter of sustainable business. *Organizational Dynamics*, 41(2), 126-134. <https://doi.org/10.1016/j.orgdyn.2012.01.006>
- Lindblom, C. K. (1994). The Implications of Organizational Legitimacy for Corporate Social Performance and Disclosure. *Critical Perspectives on Accounting Conference*, New York.
- Paulet, E., Parnaudeau, M., & Relano, F. (2015). Banking with Ethics: Strategic Moves and Structural Changes of the Banking Industry in the Aftermath of the Subprime Mortgage Crisis. *Journal of Business Ethics*, 131(1), 199-207. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2274-9>
- Relano, F. (2015). Disambiguating the concept of social banking. *ACRN Journal of Finance and Risk Perspectives*, 4(3), 48-62.
- Relano, F., & Paulet, E. (2014). Differentiating between sincere and insincere corporate social responsibility. Post-Print, Article hal-01513917. <https://ideas.repec.org/p/hal/journal/hal-01513917.html>
- San-Jose, L., Retolaza, J. L., & Gutierrez-Goiria, J. (2011). Are Ethical Banks Different? A Comparative Analysis Using the Radical Affinity Index. *Journal of Business Ethics*, 100(1), 151-173. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-0774-4>
- Scholtens, B. (2009). Corporate Social Responsibility in the International Banking Industry. *Journal of Business Ethics*, 86(2), 159-175. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9841-x>
- Scholtens, B., & van Wensveen, D. (2000). A critique on the theory of financial intermediation. *Journal of Banking & Finance*, 24(8), 1243-1251. [https://doi.org/10.1016/S0378-4266\(99\)00085-0](https://doi.org/10.1016/S0378-4266(99)00085-0)
- Van der Byl, C. A., & Slawinski, N. (2015). Embracing Tensions in Corporate Sustainability: A Review of Research From Win-Wins and Trade-Offs to Paradoxes and Beyond. *Organization & Environment*, 28(1), 54-79. <https://doi.org/10.1177/1086026615575047>
- Weber, O., & Remer, S. (2011). *Social Banks and the Future of Sustainable Finance*. Taylor & Francis.

**Yolanda Coteló-Ouréns** Yolanda Coteló-Ouréns is Ph.D. candidate and FPI researcher at the project Money in Transformation both at the University of A Coruña. Her research focuses on social banking, corporate social responsibility, financial innovation, and financial inclusion. She has been visiting researcher at the University of Porto from September to December 2023.  
Email: [yolanda.coteló@udc.es](mailto:yolanda.coteló@udc.es)  
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5683-6689>

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 15 de março de 2024. Aprovado para publicação a 18 de abril de 2024.

Visando concretizar o valor da ciência e maximizar o seu impacto, os **Cadernos IS-UP** têm como objetivo estabelecer uma ponte entre a universidade e a sociedade, a ciência e a prática ou, ainda, entre a investigação e a intervenção social.

---

Aiming to realise the value of science and maximize its impact, **Cadernos IS-UP** seek to establish a bridge between university and society, science and practice, or even between research and social intervention.